



Assembléia Legislativa de São Paulo

# Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se Manifesta

## Agricultura e Agronegócio



Assembléia Legislativa de São Paulo

# Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se manifesta

## Agricultura e Agronegócio

### Índice

08.12.1999	003
23.02.2000	045
22.03.2000	081
31.05.2000	112
20.06.2000	148

## Agricultura e Agronegócios

**08.12.1999**

- Duarte Nogueira – Deputado. Coordenador do grupo temático Agricultura e Agronegócios
- José Carceles – Secretaria da Agricultura
- Edson Gomes – Deputado
- Aldo Demarchi – Deputado. Relator do grupo temático Agricultura e Agronegócios
- Otávio – Fundação SEADE
- Francisco Eduardo Ferreira – Conselho da Juventude
- Caio –

**SR. PRESIDENTE** – Daremos início aos nossos trabalhos. Primeiramente, quero-me desculpar pelo atraso, em função de assuntos outros que não pudemos evitar.

A pauta de hoje, na verdade consistia numa reunião preliminar, de um trabalho que a Fundação SEADE vem preparando para nossa Comissão e outras Comissões Temáticas do Fórum São Paulo Século 21. Infelizmente, não houve ainda tempo hábil para finalizarmos esse trabalho. E, na verdade, a Fundação SEADE fará hoje uma apresentação daquilo que está sendo elaborado. Isso é muito importante para que nesta Comissão Temática, em função da necessidade de trabalharmos com uma série de dados, possamos quebrar certa etapa, no sentido de não ficarmos dedicando parte do nosso tempo para levantamento de dados, e, portanto, possamos prosseguir no sentido de buscarmos as metas, sobre as quais conversávamos na primeira reunião da instalação do nosso Fórum Temático, na semana retrasada.

Portanto, gostaria de pedir ao representante da Fundação SEADE que rapidamente iniciasse sua exposição, para que possamos dar continuidade à reunião de hoje.

**SR.** – Trouxe para conversarmos, a pedido da Coordenação do Fórum e da Coordenação deste bloco temático, o roteiro da análise ou dos dados gráficos e tabelas que irão compor esse primeiro relatório que a Fundação SEADE está fazendo para o Fórum, e estará sendo entregue até o dia 23 de dezembro.

Um pouco do que está no roteiro, já tivemos uma conversa preliminar no Gabinete do Deputado Duarte Nogueira, é a composição das preocupações levantadas na primeira reunião, e que tivemos acesso à ata, onde constavam 11 temas listados como importantes. Pegamos os dados disponíveis para serem compilados de forma rápida, dada à urgência do tempo. Então, é um pouco a composição da demanda do grupo temático, com as informações da Fundação SEADE que esse relatório está sendo proposto.

Como todos os demais (no total de 16 Cadernos, se não teve mudança), eles têm uma peculiaridade de estar apresentando uma caracterização mais geral do Estado de São Paulo e de suas regiões nesses diferentes temas. Juntando esses temas que foram levantados o de Agricultura também segue essa linha.

Tenho algumas cópias e, tive tempo de fazer muitas cópias. Posso deixar a proposta de roteiro, pelo menos para alguém acompanhar. Tenho cinco cópias aqui.

Esse é um sumário do que vai estar constando nesse primeiro trabalho da Fundação SEADE e das discussões que foram feitas até o momento, esse caráter mais geral dos primeiros relatórios, inclusive é subsídio para estar levantando pontos que sejam de interesse dos grupos temáticos, para serem aprofundados em momento posterior. Seja no trabalho da Fundação SEADE, seja na demanda que o Fórum pode fazer para outros órgãos, outras entidades que também devem estar sendo chamadas para colaborar.

Então, como disse, os itens que estão compondo são uma mescla das informações que a Fundação SEADE tem maior conhecimento de causa, vamos dizer assim, algumas coisas que temos manuseado, com as preocupações que foram levantadas na primeira ata.

A proposta de roteiro tem a primeira parte, que chamo de regionalização da estrutura produtiva. É fazer uma caracterização do que nós definimos como as sete principais regiões produtoras no Estado, por meio dessas variáveis que estão listadas. O tipo de atividade predominante, o valor da produção, a participação dessas regiões no valor da produção agropecuária do Estado, pessoal ocupado, número de estabelecimentos, padrão tecnológico, dados sobre irrigação, estruturas de armazenagem, que é um pouco do que tinha aparecido, pelo menos que foi possível compatibilizar com a preocupação da regionalização que aparece no documento que tive acesso, com material que tínhamos disponível.

Não tenho muito material sobre isso, porque fui avisado da reunião um pouco em cima da hora, então trouxe mais ou menos o que já estava preparado.

Aqui é só para dar uma idéia da regionalização que vamos estar utilizando.

Temos ainda a configuração antiga, que são as 14 DIRAS do Estado de São Paulo.

Como o mapa ainda está em confecção, trouxe só para dar uma idéia do que estamos pensando nessa regionalização. São sete Regiões, como estava dizendo, uma primeira Região seria juntando o que eram as regiões de Araçatuba, Presidente Prudente, formando uma Região do Oeste Paulista, a questão da pecuária e tal. Uma outra Região, que é onde está concentrada, na verdade, a maior diversificação da Agricultura no Estado, que une essa parte Noroeste, a antiga Mogiana, Ribeirão Preto, Campinas, Piracicaba, que é o eixo da cana, da laranja. No Estado seria uma outra região. Este meio abrange Bauru, Marília, Assis, que tem café. Depois vamos fazer uma caracterização com variáveis cada vez melhor. Esta parte aqui, Sorocaba, que na verdade – (o Vale do Ribeira ficou um pouco separado) – é Sorocaba se estendendo até quase a Região Metropolitana de São Paulo. Depois o Vale do Ribeira separado. E aqui o Vale do Paraíba.

Então, é um pouco a idéia do que está sendo apresentado nessa regionalização, com essas informações que estão listadas. E a base dela, o dado mais recente que temos é o censo agropecuário 95-96 do IBGE.

A segunda parte, na qual tenho mais transparências, apresentarei depois. Pedirei para completar o roteiro, para terem idéia do todo, que é a questão do emprego rural, que também foi uma outra preocupação que apareceu no documento de vocês, que era um pouco a associação com a mudança tecnológica na Agricultura e os impactos sobre o emprego.

Então, esse bloco está composto por duas vertentes. Uma que trata do emprego agrícola e outra que trata do emprego não agrícola no meio rural. Tendência muito forte em São Paulo é ocupar pessoas que estão no meio rural fora da Agricultura, por uma série de motivos, ou seja, por mecanização de algumas culturas, por crises de outras. Então, as pessoas têm conseguido opções de emprego e renda fora da Agricultura. Essa linha detalharei um pouco mais, é a que tem mais ilustrações.

O terceiro item contempla uma preocupação que estava no documento. Digo que contempla alguns temas, alguns itens dentro desses grandes blocos temáticos. No emprego rural pode-se ter outras implicações. É o que estava dizendo um pouco no começo, que depende muito do interesse do Fórum, o encaminhamento ser dado e as futuras demandas que possam ser feitas. No terceiro item, com base numa pesquisa que a Fundação SEADE fez em São Paulo em 1996, chamada Pesquisa da Atividade Econômica, que é a PAEP, faremos um retrato da Agroindústria no Estado de São Paulo, com ênfase nesses itens que estão listados.

O porte das empresas, a distribuição geográfica das empresas e da produção agroindustrial no Estado, aí é a mesma coisa, a regionalização segue mais ou menos o mapa que estava apresentando. A questão do pessoal qualificado e o destino da produção. O dado é de 1996 e temos essas informações para 15 Regiões do Estado de São Paulo.

Um outro item que não estava especificado naqueles 11 temas da ata a que tive acesso, mas que aparece no texto da reunião dos senhores é a questão do financiamento rural.

**SR. PRESIDENTE** – Só para ilustrar, a ata referida é a da primeira reunião que fizemos, de instalação dos Conselhos dos Grupos Temáticos. Nós procuramos colocar para a Fundação SEADE todas as idéias que os Conselheiros trouxeram para a primeira reunião que fizemos. A despeito disso, o documento da área da Agricultura, o documento da parte do café, e todas as colaborações que os Conselheiros trouxeram vão ser incorporadas nesse material da Fundação SEADE, para que não fiquemos nesse trabalho de ajuntamento de dados, mas na verdade para que possamos fugir disso, e assim possamos dedicar todo o trabalho do Fórum para a fixação de metas e de elaboração de objetivos de produção, de regramento de características agroindustriais e outras que o Estado precisa. Portanto, na linha que procuramos discutir dentro da primeira reunião do Fórum.

Desculpe.

**SR.** – Então, a parte de financiamento está pegando um pouco a evolução do crédito convencional, as informações que o Banco Central organiza das instituições públicas e privadas que estão no crédito rural. A idéia é mostrar um pouco o que seja. É um dado de conhecimento geral de que o sistema está em crise desde meados da década de 80. Se fizermos um contraponto com o comportamento da produção agropecuária não só em São Paulo, mas em vários Estados brasileiros, e a intensidade do ritmo de mudança tecnologia, a hipótese é que se tenha outras formas de financiamentos, outras formas de os agricultores estarem obtendo recursos, para estarem seguindo com esse processo. Então, a idéia é mostrar esse dado apontando essa queda e levantar um ponto do surgimento dessas novas formas de financiamento que estão listadas. No caso o PRONAF, alguma coisa sobre C.P.R. e Bolsa de Mercadorias.

Estão aí as fontes: Banco Central, Banco do Brasil, Banco do Estado, o período de 1995 a 1998, para estar fazendo essa caracterização do sistema de crédito.

O item seguinte vai tratar do tema da Reforma Agrária no Estado. É também uma preocupação que apareceu no documento de vocês, na primeira reunião a que o Deputado se referiu. As informações que conseguimos reunir para esse primeiro documento dizem respeito a esses temas. A evolução nesse período de 1980 a 1998, número de assentamentos, famílias assentadas no Estado, a participação de cada órgão executor, se INCRA, se ITESP. E tem alguns dados sobre a participação da produção em assentamentos em alguns produtos agropecuários no Estado. É um pouco essa idéia de pelo menos estar ilustrando alguma coisa sobre esse tema.

O último item é sobre o Comércio Exterior. É uma coisa que apareceu como uma preocupação mais ampla na reunião, do que vai ser contemplado nessa primeira fase. Quer dizer, a questão do Comércio Exterior está em pleno momento de rodadas de negociação na °M.C. e tem uma vertente enorme de discussão nessa área. O que conseguimos, pelo menos apresentar, é passar para os membros da



Comissão, e para as pessoas que terão acesso a esses Cadernos, a importância dos produtos agroindustriais na pauta de exportação do Estado de São Paulo.

Temos informações da CECEX, dos 50 principais produtos exportados, quase 25% são produtos agroindustriais, principalmente os voltados ao processamento da cana-de-açúcar, do café, da laranja, da soja. Basicamente, esses são os mais importantes, e aparece também um pouco de carnes.

Essa estrutura no final e a idéia que nos foi passada, e que é uma orientação geral para todos os documentos que estão sendo produzidos, é a partir desses itens estarem suscitando um pouco essa preocupação que o Deputado há pouco manifestava, e a partir disso que questões que se colocam para a elaboração de políticas públicas em geral, porque o Fórum está discutindo todas as atividades no Estado, e no caso específico de políticas para Agricultura, para Agroindústrias. Então, o relatório fecha com algumas questões embasadas nos dados que foram apresentados, para estar colocando essa discussão para frente, a efetivação disso tudo.

Os três itens que terão mais densidade nesse relatório o da regionalização, o do emprego e o da Agroindústria. Os demais terão uma densidade menor por questão das informações que tínhamos disponíveis e pelo tempo. Quer dizer, essas e outras questões do interesse do Fórum podem ser aprofundadas posteriormente.

Eu queria, mas não sei se projeto alguma coisa do emprego rural, pode ser? É o que tinha mais, e assim conseguiremos percorrer os outros temas a partir dessa problemática. Quer dizer, o emprego como uma variável final de todo o processo produtivo, e com isso conseguiremos pegar um pouco os outros itens do relatório.

O primeiro dado que poderemos mencionar, ou seja, a preocupação que estará permeando um pouco o relatório, é que pensar hoje políticas para o meio rural envolve muito mais do que simplesmente quem está no meio rural, se formos pensar a questão do emprego.

Esses são os dados da APINADI, que é a fonte principal. Na verdade, a primeira coluna, 1992 e 1997 são os dois anos de referência. Quer dizer, um pouco

para mostrar que desde 1992 quase 50% de cidade e meio rural, quem se ocupa na Agricultura. Esse é o título da tabela é, são as pessoas ocupadas ali. Atividade agrícola entenda-se pecuária junto. Porque é uma classificação da APINADI, mas está toda a Agricultura na verdade. Então, vamos mostrar que aí se tem a importância de pessoas que hoje residem na cidade e trabalham no campo. A questão da mecanização de cana, que irá impactar várias cidades, pois há muitos cortadores de cana que hoje residem na área urbana. Portanto, não é uma questão que aflige só quem está na área rural.

Aqui já é aquela outra informação a que eu estava me referindo, ou seja, quem reside na área rural. O conceito é o do IBGE, de população economicamente ativa, que reside no meio rural. Para mostrar, também, 1992, 1997, que em 5 anos teve uma inversão. O vermelho é o rural, quem mora na área rural e está ocupado fora da Agricultura. E o azul é quem mora na área rural e se ocupa na Agricultura. O que os dados da APINADI mostram é que no período de 1992 a 1997 teve uma inversão na participação. De tal forma que em 1997, 52%, o dado é esse, não está explicitado, mas 52% de quem mora na área rural hoje se ocupa fora da Agricultura. E menos da metade está na Agricultura. Isso é uma coisa importante porque o relatório não vai seguir uma linha se essa situação é boa ou não, se isso é o que deve ser ou o que não deve ser. Quer dizer, é uma constatação. Culturas que têm-se mecanizado muito. Outras, acho que o exemplo mais claro no Estado de São Paulo, nos anos 90, é o algodão e o café, pelo menos até metade da década de 90, em que se teve erradicação de cafezal, o algodão também sumiu no Estado de São Paulo. Quer dizer, são culturas que empregavam muita gente e que desapareceram e que poucas oportunidades foram criadas. Então, as pessoas acabam se ocupando fora da Agricultura. Acho que um pouco o desafio que se coloca é como que se consegue traçar políticas que façam com que efetivamente o emprego agrícola cresça e que se consiga recuperar algumas atividades. E dada essa tendência, como é que se pode estar traçando algumas políticas que dêem conta de as

pessoas estarem se ocupando em outras atividades, várias delas que tinham inclusive ligação com a Agropecuária, com a Agroindústria.

**SR.** – Sobre o caso do algodão que o senhor mencionou, tenho em mãos, depois eu queria passar para o senhor, no seu endereço, um trabalho muito interessante da Associação Brasileira de Algodão, em que faz, no estilo do seu trabalho, constatações. A associação faz um diagnóstico completo da atualidade do algodão no Estado de São Paulo, que praticamente não existe, embora seja o Estado o maior consumidor de fios, com o maior parque têxtil do País. E nós estamos importando algodão de outros Estados. Então, ela tem um projeto, propostas concretas, com soluções para isso e estímulos realmente para a volta do plantio e incentivo, e que casa muito bem com seu projeto de sete regiões produtoras, pegando aquela região tradicional do algodão etc. Esse trabalho também oferece sugestões de políticas de estímulo. E inclusive uma minuta de um projeto de lei, que eu também vou passar para o Deputado, Presidente da Comissão, para o Nogueira, e que pode contribuir com o Fórum. Quer dizer, é um trabalho puramente técnico. Depois, então, vou querer o seu *e-mail*, o seu endereço, para mandar esse trabalho, que enviarei também para o gabinete dos deputados. Se os Srs. Deputados acharem que vale a pena, reproduzirei o trabalho e mandarei para o pessoal do Fórum. Esse trabalho é assinado pelo Presidente do Conselho da Associação Brasileira de Algodão, uma pessoa extremamente capacitada e entendida no assunto. É um trabalho que demandou custo, estudos. Então, é um trabalho completo, que mereceria, pelo menos, ser lido. Não é grande, mas é muito substancioso.

**SR.** – Gostaria de receber, sim. Quer dizer, acho que um pouco reforça. E a questão que o senhor estava ressaltando, do caráter técnico do documento, quer dizer, todos os Cadernos que a Fundação SEADE tem produzido apresenta esse objetivo. Na verdade, é estar suscitando questões e levantando uma série de

informações que possam estar colocando as questões, para que os grupos temáticos e o Fórum no seu todo formulem as políticas necessárias.

Vou aproveitar, uma vez que começamos a falar um pouco das culturas, essas transparências que estou mostrando, e quase todas devem estar nesse documento. A cor está muito ruim na referência à cana. A outra fonte que vamos estar trabalhando, como estava dizendo, é a questão do emprego agrícola. É uma aproximação que temos feito pela Fundação SEADE. Temos um boletim, *Censor Rural*, que já está indo para o seu terceiro ano e que tem uma vantagem em relação às outras pesquisas, proporcionando que se entre nas atividades. Porque as fontes a que eu estava me referindo, censo Agropecuário, APINADIS, são pesquisas muito boas para darem os grandes números, de quantas pessoas estão ocupadas na Agricultura. Entretanto, não consigo saber, valendo-se dela, quantos estão na cana, na laranja, no algodão e assim por diante.

Então, essa pesquisa que a Fundação SEADE faz é um pouco uma aproximação disso, de estar entrando nessas atividades. E partir das mudanças que ocorrem no sistema produtivo, estar observando como isso se reflete na demanda de mão-de-obra.

Então, aqui estão esses dados para as seis principais atividades. O período é 1990-1998. Tem um amarelo aqui, que não sei se vocês conseguem ver, mas que é relativo à cana de açúcar. Quer dizer, a cana de açúcar ainda é de longe a principal atividade empregadora no Estado de São Paulo. Mesmo com a intensificação do uso de colheita mecanizada pós 95, 96, ainda ela é a principal empregadora e uma das principais fontes de preocupação para quem está pensando políticas para a Agricultura. Porque ela tem um peso muito importante na geração de empregos e na geração de divisas para o Estado de São Paulo, e está passando por um processo de transformações importantes, o que vai resultar numa série de implicações para todo mundo, não só para trabalhadores, mas também para arrendatários e mesmo usinas, que vão ter dificuldades para estar seguindo num processo competitivo.

Então, a idéia é um pouco traçar, por meio disto. Na verdade, isso espelha um pouco em algumas a redução da área cultivada e em outros a mudança tecnológica. É sempre essa a composição da nossa estimativa.

**SR.** – Quer dizer que a não ser a laranja e as oleaginosas, o restante caiu, não é?

**SR.** – O resto tudo caiu. O café recupera depois de 1995. Acho que hoje talvez seja, das grandes culturas, a que esteja passando por um momento mais favorável, não só porque temos informações de replantio de cafés na região de Marília, na região do Oeste paulista, ou porque o preço do café tem estado muito bom nos últimos anos. Apesar de o preço estar sendo negociado acima de R\$ 200,00 a saca, é uma atividade que tem a questão da agregação que você está dizendo. Acho que são as três. E as oreliculas é um caso, uma parte importante. No relatório que estamos fazendo, estou agregando uma informação sobre o conjunto de frutíferas – banana, uva – que são culturas que isoladamente não pesam muito no total do Estado, mas que juntando, dão uma participação importante. Elas têm participações localizadas muito importantes no uso de mão-de-obra.

**SR.** – Um aspecto importante que devemos relatar nessa curva amarelinha é que de 1995 a 1998 tivemos duas concepções. É muito importante tê-las para análise. De um lado é a questão, digamos assim, do processo de mecanização induzido pelas dificuldades, inclusive é um projeto de lei discutido nesta Casa. E de outro lado é um aspecto importante, digamos, que com a questão da liberação de preços, com a desregulamentação, caímos, nos últimos 3 anos, de cerca de 20% de plantio para 7%. E é claro que pesa muito a mão-de-obra no plantio. Então, são questões chaves para não ficarmos apenas na da substituição da mão-de-obra por um processo de mecanização.

**SR. JOSÉ CARCELES** – Queria que não se esquecesse a atividade da Pesca, como uma menção. No Estado de São Paulo ela é uma atividade mais desenvolvida, mas depois ela caiu. Como não devemos estar falando somente daquilo que está sendo produzido, mas daquilo que se pretende fazer no próximo século, então gostaria de dar algumas informações. Por exemplo, a Pesca é uma atividade econômica mais desenvolvida no mundo inteiro, mais do que todas essas que já vimos. Porque a proteína animal, hoje, segundo a FAO, resulta de uma pesca de 100 milhões de toneladas por ano. Há 15 anos, essa estatística é uma constante. Então, verificamos que no mar a quantidade que temos é fantástica. O que contraria certas informações de alguns grupos de ecologia, no sentido de que precisamos preservar. Uma vez que temos tirado essa mesma quantidade do mar, e ela não diminuiu.

No Brasil, a atividade pesqueira não foi desenvolvida porque, a política do Brasil deu as costas para o mar, dedicando-se mais às culturas de interior. Contudo, não podemos esquecer que é uma atividade que pode absorver mão-de-obra enorme de trabalhadores (nem sempre bem qualificados, do ponto de vista educacional), uma atividade que produz proteína de primeira grandeza e que tem mercado tranqüilo no mundo inteiro.

Então, é necessário que façamos um pequeno trabalho. Dividi de duas maneiras. Primeiro, as condições gerais para que se estabeleçam empresas no Brasil, com certas garantias. Porque na atual situação é muito difícil. O empresário... só louco é que entra em certas atividades.

Então, há necessidade de que as regras sejam mais claras para que aqui se estabeleçam empresas. Atualmente, a carga tributária é muito grande. A corrupção é fantástica. Não há um empresário que não tenha problemas de corrupção dentro da sua empresa, com funcionários que vão fiscalizar. Então, esses pontos precisam ser abordados.

Existe crédito, hoje em dia, para a Agricultura. Para outras atividades é muito difícil. Outro dia, o Presidente da República criou um crédito para a atividade

pesqueira. Só que a transação é inacessível, porque as exigências são de tal porte que invalidam qualquer pretensão de retirada. Então, a empresa está paralisada.

Portanto, esse capítulo da pesca precisa ser inserido. Ontem, estive na Secretaria da Agricultura e conversei com o pessoal da Pesca, e eles têm uma visão até diferente da minha, mas respeitamos a pesca interior. Hoje em dia os Pesque e Pague, os criadores no Interior, representam uma fonte econômica muito grande, coisa que não se fazia anteriormente. Mas mais importante do que isso, segundo a FAO, é que 80% da produção pesqueira do mundo provém do mar e 20% vem do interior.

Hoje a pesca se realiza predominantemente no Atlântico. O Atlântico Sul tem até uma comissão internacional. Recentemente estivemos numa reunião no Rio de Janeiro, de caráter mundial, a respeito da fixação de quotas de pesca do atum. É no Atlântico Sul onde se pesca hoje, que vai das costas do Brasil até a África. Quer dizer, é um lugar fantástico. Segundo um Almirante do antigo GEXP, Grupo Executivo da pesca, que era um grupo interministerial, mais de 3.000 barcos foram assinalados, ou seja, é uma economia pujante. Um barco pesqueiro custa quatro milhões de dólares. Então, se multiplicar isso por 3.000, veremos que existe uma quantidade enorme de valores destinados a essa atividade.

Então, não podemos deixar de incluir como futuro. Ontem dizia ao Secretário Meirelles, conhecedora da situação, e ele está de acordo, que é necessário fazer alguma coisa.

Então, queria pedir a você para que achássemos um espaço no seu belíssimo trabalho, para que incluíssemos o setor pesqueiro, porque ele é uma atividade que vai dar grandes frutos para o País.

**SR.** – Dentro desse registro, além da atividade pesqueira, estou vendo aqui uma preocupação com o emprego rural. O assunto é sobre o tema rural, mas poderíamos considerar – além das atividades rurais propriamente ditas tradicionais, da cana, do café, do açúcar, mesmo nessa divisão que existe, para quem está

pensando em prospecção de futuros empregos, além da atividade pesqueira, que como ele disse tem uma densidade grande, uma capacidade grande de empregar pessoal, mesmo pessoal não qualificado, – – outras áreas que estamos chamando hoje de agronegócios, dentro da cadeia como um todo. Sei que é difícil, atualmente, fazer um levantamento dentro dessa área, mas acabamos de fazer um levantamento agrícola na região de Moji das Cruzes, juntamente com o Sindicato Rural, as Faculdades Cantareira. É impressionante o número de jovens que hoje está retornando para a atividade agrícola, com um novo patamar tecnológico. É aquilo que você estava falando. Ele vive na cidade, mas trabalha no campo. E quem mora no sítio vai trabalhar na cidade. Há uma espécie de intercâmbio. Quer dizer, você trabalha na cidade, mas tem uma atividade rural e vice-versa.

É importante considerar, dentro do trabalho da SEADE – admiro o trabalho da SEADE –, o nível de detalhamento em que vocês chegam, mas deveriam considerar essas novas atividades que estão surgindo. As cadeias produtivas de Moji das Cruzes poderiam servir como exemplo.

**SR.** – Queria fazer um comentário geral e passar rapidamente pelo resto das transparências, depois poderíamos abrir mais para a discussão de vocês.

Como estava dizendo, este primeiro relatório teve um tempo muito curto para elaboração e apresenta um caráter mais geral. Sua preocupação, colocando minimamente, é um pouco do pessoal ocupado na agroindústria, na produção agroindustrial. E pegar todo elo entre produção, pós-porteira e varejo, não teríamos condições de estar atendendo nesse momento. Essas questões colocadas são extremamente relevantes, como outras que surgirão durante os trabalhos.

Não sei qual a forma de encaminhamento que irá ser dado. Mas é preciso que se chegue a um consenso nos trabalhos de vocês, para a solicitação de temas a serem aprofundados. Porque é difícil dar conta de todas as discussões e querer ditar qual que é a seqüência de trabalho. Porque vão surgir preocupações de cada um que está representando determinado tema. Então, é preciso verificar como a



questão será considerada mais adiante. Mas o tema que você está colocando é importante. Inclusive essa parte do processamento agroindustrial dos frescos é um crescimento enorme.

Um último comentário sobre essa tabela, só para reforçar. Existe um agregado no azulzinho, que são os grãos, que é esta coluna aqui. Como grãos entende-se algodão, soja, milho, essa classificação tradicional das estimativas de safras, e o grande peso refere-se ao algodão e ao arroz, principalmente ao arroz de sequeiro no Estado de São Paulo, que teve uma redução muito grande de área. Aí não é tanto a questão da mudança tecnológica muito abrupta, mas é exatamente a crise em si da cultura, a retração e a área cultivada.

Então, nesse capítulo trabalharemos um pouco nessas duas frentes. E o aparece no nosso relatório, quanto à Piscicultura, é a preocupação que o senhor estava colocando. Essa ligação da Piscicultura, na mesma linha do que ele estava dizendo, e sua integração com o Pesque e Pague. O Pesque e Pague empregando gente e dando uma certa dinâmica a algumas regiões. Não sei se teríamos tempo para preparar algo com profundidade. Temos um cronograma e estamos fechando esse relatório até sexta-feira desta semana, com todos os trâmites.

Vou projetar somente uma última transparência, para também não ocupar muito mais tempo, que é sobre a questão Agrícola, baseada na estimativa da Fundação SEADE. Como o Fórum vai estar pensando coisas para o próximo milênio, decidimos fazer uma simulação de um cenário de demanda de mão-de-obra para as culturas que analisadas hoje no SEADE, aproximadamente 50 culturas no Estado.

Então, esta é a evolução da demanda e o período 1990-1998, como os outros. Temos uma última coluna com o ano de 2005. E esse 2005 seria, pela lei atual, o ano em que 100% das áreas com declive que permita a mecanização da colheita façam essa, que são os 8 anos. Então, é fazer um pouco alguma coisa do impacto que isso teria para o Estado de São Paulo. Portanto, estamos fazendo uma simulação que 75%, a faixa eu não me lembro exatamente, mas acho que 60 a 75%

da área de cana no Estado de São Paulo teria possibilidade de estar sendo mecanizada até 2005. E para as outras culturas que a compõem, se elas saíssem do nível tecnológico mais baixo para o que há de mais moderno em termos de tecnologia para aquela atividade. Obviamente, essa limitação está baseada nos coeficientes técnicos que dispomos para alguns sistemas produtivos. Então, quer dizer, o impacto, pelos dados que estão colocados, deve ser da ordem de 20% a 30% de redução. Se pegarmos aquela redução que eu mostrei na primeira transparência da atividade agrícola, é um cenário complicado. Quer dizer, visto por esta resultante do emprego, mas obviamente não é só isso, são mudanças que afetam os outros itens da vida das pessoas. O emprego e certamente a economia regional de alguns lugares produtores no Estado de São Paulo vão sofrer muito.

Voltando à última transparência, temos a queda da atividade agrícola que ocorreu de 1992 a 1997. Somando, a coluna toda somando quem mora na cidade e no meio rural, constatamos o pessoal que estava na Agricultura, que caiu de 1.200.000 para 900.000 pessoas. Quer dizer, a perspectiva é um pouco essa. Se não tivermos políticas que venham ao encontro de recuperação de atividades, ou estar pensando em outras formas para dinamizar atividades como as que você estava comentando, atividades intensivas no uso de mão-de-obra e no sentido de gerarem mais renda por unidade de área, quer dizer, que esteja numa situação de pequena produção, poderia estar se beneficiando.

O cenário, do ponto de vista do emprego, não é muito alentador, obviamente se repetir isso. Não estou dizendo que se vai repetir, mas a tendência é essa.

Voltarei, agora é a última coisa mesmo, para mostrar um fato interessante. Aquele gráfico anterior era só de quem estava na Agricultura e aqui é de quem está no meio rural, para mostrar que a queda é muito pequena. E por que ela é muito pequena? Porque as pessoas se ocuparam fora da Agricultura.

Essa é a idéia aí estamos trazendo nesse item do relatório, e a importância do que se vai pensar, para o meio rural, não só em São Paulo, porque é uma tendência mundial. Acredito que existirão políticas que ultrapassarão o que esteve

restrito à Secretaria da Agricultura, à política agrícola convencional. O rumo da discussão é mais no sentido do desenvolvimento rural, considerando agrícola e não agrícola como parte de tudo isso.

É assim. Ilustrei um pouco melhor esse item, que é o que tinha disponível para trazer. Só uma última fala, no sentido de que serão poucos os relatórios pois temos a preocupação de carregar menos em textos e deixar mais ilustração, para não ficar um negócio impossível de ser lido.

Portanto, essa é uma orientação geral para que os relatórios tenham o essencial de texto e mais ilustração. E um pouco do que está colocado é isso.

**SR. PRESIDENTE** – Gostaria de passar a palavra agora aos Conselheiros, no sentido de cada um fazer a sua colocação, naquilo que porventura achar necessário, para podermos dar seguimento a nossa reunião.

**SR.** – Primeiramente, queria parabenizar o pessoal pela exposição e fornecer alguns dados que me parecem ser importantes.

Com relação a esses dados que foram apresentados, de que um grande número de pessoas que hoje residem na área rural, e, portanto, não prestam serviços na área rural. Talvez na área urbana ou em outras áreas.

Temos acompanhado, ao longo dos anos, que o fator ocorreu porque existiam muitas colônias, principalmente nas usinas de açúcar. Por falta de uma política para manter essas pessoas colônias (elas foram derrubadas), eles vieram para a cidade. Esse é um fator ocorrido. E aqueles que estão hoje na área rural e que prestam serviços na área urbana, são os chamados pequenos agricultores, que não conseguem mais se sustentar ou sobreviver da pequena agricultura. Hoje, ou realmente tem uma quantidade grande para poder sobreviver da agricultura, ou tem, às vezes, de morar na zona rural, com seu pequeno sítio, e passa a prestar serviços de empregado na área urbana. Isso ocorre muito e com freqüência.

Com relação à mecanização, queria apenas fazer o seguinte comentário. Sabemos que existem alguns conflitos com relação à questão da mecanização. E o grande ponto em que se bate é que se mecanizar os canaviais, o corte de cana, isso causaria realmente um número grande de desempregados.

É uma questão que precisamos discutir, uma política para isso. Existem mecanismos para que possamos, inclusive, buscar alternativas para eliminar as queimadas, e ao mesmo tempo a manutenção dos empregos.

Sabemos que hoje, por exemplo, quando a cana é queimada, o grande problema a enfrentar, Caio sabe disso, temos debatido muito essa questão, é queimar a cana e colocar máquinas para queimá-la. Certo? Hoje, felizmente, os usineiros mais conscientes não têm realmente se utilizado disso, apenas alguns. Quer dizer, queimam cana, causando dois crimes ao mesmo tempo: Poluição do ar e desemprego.

Este é um ponto que realmente precisaríamos discutir. Temos inclusive um projeto, que infelizmente não conseguimos viabilizar, de mecanizar até 70% dos canaviais, porque algumas regiões não conseguem mecanizar nem isso, por causa do terreno acidentado. Mas ainda que mecanizassem 70% dos canaviais, mantendo 30%, o corte de cana manual crua, a cana crua sem queimar, com certeza você poderia manter o mesmo nível de emprego. Quer dizer, é uma política que teria de buscar alternativas e discutir com mais profundidade.

Realmente, existem possibilidades na eliminação da queimada e ao mesmo tempo a manutenção do emprego.

Para finalizar, queria simplesmente abordar a questão da laranja. Sabemos que é um problema seríssimo que estamos atravessando, e inclusive onde está praticamente monopolizada a questão da indústria de suco. Dois grupos poderosos, Cutrale e Citrosuco, que todos são conhecedores, controlam a situação.. As pequenas não conseguem mais sobreviver. E o que é pior, isso está afetando o produtor, porque essas grandes empresas de suco acabaram de alguma forma tendo uma produção suficiente, para que naquele período em que a laranja está no

ponto para se colher, ela tenha a produção própria dela. E aí, claro, o produtor fica na mão dessas grandes produtoras de suco. E isso realmente está fazendo com que os produtores de laranja não tenham nem condições de sobreviver.

Esta é a grande questão. Temos produtores de laranja que chegaram a ponto de não ter como sustentar a sua própria família nesta safra de 1999.

Então, é uma questão muito polêmica e que tem de ser debatida, não há como buscar alternativas se realmente não se mexer na ferida, onde está realmente a ganância da questão.

**SR.** – Queria aproveitar para fazer um esclarecimento, que deveria ter feito quando mostrei a transparência. Cresce, pela nossa estimativa, a demanda de mão-de-obra na laranja. Mas o alerta, e que precisa ficar presente, é que como estamos fazendo uma estimativa da demanda, não sabemos efetivamente se as pessoas foram contratadas ou não. E quem acompanhou a laranja este ano viu que boa parte dela não foi colhida. Quer dizer, apesar da renovação do laranjal, da mudança do adensamento, hoje se tem uma espécie de laranja por hectare, uma produtividade um pouco maior, por isso precisa de mais gente para colher. Essa idéia está mostrada naquele gráfico. Na prática é o seguinte: chegou o momento de colher, e por conta do preço baixo, não foi colhida. Então, o cenário ali não é tão favorável como aparece no gráfico. Esta é a observação que queria fazer e que vai aparecer.

**SR.** – Deixem-me fazer uma indagação à Fundação SEADE. Essas curvas identificando o aumento da demanda por setor, qual que é a metodologia que a Fundação SEADE utiliza para identificar esse crescimento?

**SR.** – Na verdade, acabei esquecendo, mas poderia ter trazido exemplares do Boletim, desse Censor Rural, que deixamos com o deputado na reunião passada. Encontra-se disponível na página da Fundação Seade na Internet.

**SR. PRESIDENTE** – Isso. A Coordenação vai passar um exemplar aqui, para os Conselheiros terem uma idéia do que se trata. É extremamente interessante, porque é uma informação concisa, mas bastante abrangente, do ponto de vista de informação gerencial.

**SR.** – É uma metodologia, uma estimativa, um procedimento muito simples de ser feito. Essa demanda é uma aproximação, na verdade, do que seria o emprego nessa atividade, porque aquela expressão equivalente a homem-ano, fazemos assim. Se a pessoa estivesse empregada durante 200 dias de trabalho, numa jornada normal de 8 horas, teríamos esse montante de pessoas. Como na Agricultura sabemos que a jornada não é de 8 horas, porque temos o trabalho da mulher que ajuda o agricultor, o dos filhos, os membros da família não remunerados. Mas esse equivalente ao homem-ano é obtido da multiplicação da estimativa da área, da safra no ano corrente, com essa necessidade de mão-de-obra por unidade de área. No caso, por exemplo, do hectare. Da multiplicação dessas duas exigências, obtemos esse valor anual. A metodologia permite que se trace o perfil sazonal da cultura e do agregado das culturas no Estado, que temos disponível, quer dizer, quando tínhamos os resultados por DIRAS, antes da mudança na Secretaria da Agricultura. Era interessante observar como se comporta de forma semelhante ou diferente do padrão que você tem no Estado. De modo que se o pico de absorção de mão-de-obra no Estado de São Paulo é no mês de agosto/setembro, no Vale do Ribeira não tem nada a ver com isso, porque o que importa lá é banana. Então, ela é legal para estar vendo... Infelizmente, com a mudança e com a criação dos 40 escritórios regionais da Secretaria, não temos nível de confiança suficiente para estar abrindo uma estimativa dessa para as 40 regiões. Quer dizer, precisaríamos de uma informação muito mais refinada para fazer isso.

Estamos tentando ver se voltamos para alguma coisa próxima das 14 regiões, mas basicamente é isso. A necessidade de mão-de-obra, onde é que conseguimos?

Com cooperativas, com associações. Entrevistando o pessoal especialista na área de cana, de laranja, entidades que fazem levantamentos de custo de produção, tem-se o item mão-de-obra, com coeficientes técnicos baseados nas diárias.

É essa a forma. Essa necessidade de mão-de-obra é partilhada por seis grupos de operação de cultivo: preparo do solo, plantio, tratos culturais, acredito que a capina está fora, porque quando começou a pesquisa era talvez a operação mais importante você estar olhando, em função do aumento de capina mecânica e química. Hoje isso vale para a colheita. E a colheita é um beneficiamento feito dentro da propriedade. Logo, o que captamos é o emprego agrícola direto dentro da porteira.

Como disse no começo, é uma metodologia simples e bastante útil. Nossa preocupação não é tanto a precisão do número de pessoas, se 100.000 ou 110.000 ou 105.000, mas é estar vendo um pouco dessa evolução. A partir das estimativas anuais é que fazemos essa curva, simplesmente com isso.

**SR.** – Pela oportunidade, gostaria de saber como é que é tratado. Sabemos que existem produtos sazonais, safras. E essa mão-de-obra é utilizada em várias colheitas de produtos. Migra de produto, vamos dizer assim, têm áreas com cana, e na mesma região, que você falou, tem o café, o algodão. Como que é feita essa divisão?

**SR.** – Isso não conseguimos captar. Não conheço nenhuma pesquisa que capte isso no Brasil. Porque não tem. O que temos é essa estimativa do emprego total. Inclusive com a limitação de que não conseguimos nem abrir a posição da ocupação, se são membros da família, se são trabalhadores volantes. Quer dizer, sabemos que na cana tem o peso do temporário porque a colheita é assim, mas pela nossa estimativa não dá para entrar.

E nessa questão da migração, saber se a mesma pessoa está na cana e depois vai para outra atividade, essa metodologia não capta, e eu, sinceramente,

desconheço se existe alguma. A não ser que alguém esteja monitorando isso em alguma região específica. Porque você entrevista o trabalhador, acompanha seu movimento no Estado ou região. Mas não tenho visto nada nesse sentido.

**SR.** – Só para ajudar nessa questão, se me permite, temos acompanhado muito essa questão de safra e entressafra. Tenho um dado que talvez possa ajudar na pergunta feita, com relação à cana de açúcar, basicamente, quem trabalha com mão-de-obra de migrantes, que vêm do Norte e Nordeste, e o período de safra, – – que aqui geralmente se inicia em maio e termina por volta de novembro, dezembro, e no Norte e Nordeste é o inverso. Começa realmente em dezembro, janeiro e termina no meio do ano. Então, há essa correlação no que diz respeito à cana-de-açúcar.

As demais lavouras, laranja e tal, geralmente não têm realmente nenhum período, ou outra safra que poderia estar substituindo ou até dando continuidade no trabalho.

**SR.** – A última pergunta que ele fez, um problema que vem acompanhado da mudança tecnológica ou da crise em algumas culturas é que várias regiões produtoras em São Paulo têm caminhado no sentido de estarem se especializando muito numa cultura. Por exemplo, a região dos meus pais, em Taquaritinga, que já foi a capital do tomate nos anos 80, hoje é cana e laranja, as duas em crise. Isso do ponto de vista de você estar pensando em saída e alternativas para a economia é complicado. Em algumas regiões isso vai ser mais válido, ou seja, as pessoas estarem migrando entre culturas e outras não, porque realmente não se terá opção. Ou é cana ou não é outra cultura. É isso que talvez esteja ocorrendo mais, é a alternância das ocupações no meio rural, sendo elas agrícolas ou não. A pessoa sai da lavoura e se emprega na construção civil, ou qualquer outra coisa, é um bico.



**SR.** – Com licença, Senhor Presidente. Estou com o mesmo problema. Queria fazer uma observação, pegando aqueles dados de ocupação de mão-de-obra e fazer uma reflexão, deveríamos pensar um pouco nisso.

Durante muito tempo, vamos dizer, a Agricultura liberou mão-de-obra, daí o crescimento econômico do país absorver por meio da indústria, dos serviços, da construção civil ou coisa parecida.

Hoje, quando o nosso companheiro da Seade mostrou aquele quadro da liberação da mão-de-obra, daquela inversão, mão-de-obra que mora no campo e trabalha na cidade, é o que a Cepal chamava de emprego disfarçado. Quer dizer, será que está trabalhando?

Aquilo realmente é uma preocupação. Temos consciência de que os setores Agropecuário, Agricultura, Agronegócio têm uma responsabilidade social muito grande além da econômica, que é do emprego da mão-de-obra.

Quando ele mostrou aquela linha amarela, eu até quase que fiz uma brincadeira, “será que a cana sumiu”? Quer dizer, está com tanta dificuldade o setor, que já se tem a impressão de que não existe mais. E o Caio fez uma observação interessante. Ele falou: Olha, aí ocorreram duas coisas para essa liberação de mão-de-obra da cana. Uma que o setor foi induzido, que é a mecanização da colheita, não que ela tenha sentido uma necessidade de ordem tecnológica ou de ordem de diminuição de custos. Não. Ela foi induzida.

Então, os senhores vejam o seguinte. Esse pessoal foi liberado e está aí, vamos dizer, teoricamente trabalhando na área urbana. Um outro companheiro lembrou bem que houve uma época que, com a extinção das colônias, das usinas, das fazendas de café, o pessoal foi morar em conjuntos habitacionais, uma coisa também de certo modo induzido por aquele modelo de construção de casa popular. Hoje, não existe mais esse estoque de residências na área rural, e dizer que tem gente que mora, entre aspas, na área rural e está trabalhando, entre aspas, na área urbana, é um paradoxo.

Devemos pensar um pouco no seguinte. Temos que ter coragem para entrar em algumas coisas. Meio Ambiente, ecologia, é importante e politicamente correto, mas ninguém tem muita coragem de falar em meio ambiente, e, o que é uma degradação maior do Meio Ambiente? É a queimada da cana ou é o camarada morando em favela, em condições sub humanas na cidade?

Este Fórum tem de ter um pouco de coragem para ver isso. Nós do setor produtivo, especificamente o setor canavieiro, temos de ter um pouco de coragem em mostrar esse problema.

A obrigação hoje na colheita é: não se pode queimar. É controvertido. O Meio Ambiente é importante, mas também temos de pensar e não ficarmos só nos modismos e tal. Entenderam? E não analisar o negócio pela rama.

Temos oportunidade nessa Comissão, e estou pegando o caso da cana porque foi abordado aqui, para talvez pôr o dedo na ferida, entrar um pouco mais nisso.

Era só esta a reflexão que queria fazer. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE** – Alguém mais gostaria de manifestar-se? Tem a palavra o nobre Deputado Edson Gomes, Presidente da Comissão de Agricultura.

**SR. DEPUTADO EDSON GOMES** – Queria cumprimentar o nobre Deputado Duarte Nogueira e mais o nobre Deputado Aldo Demarchi, Conselheiros. Para dizer ao Dr. Rubens Rizek, que falou sobre o algodão, que nós estivemos lá em Ituverava, com alguns cotonicultores, e especialmente com o Tadashi Mini.

Depois gostaria de passar às mãos do senhor um trabalho feito pela Associação, e que institui o Programa de Incentivo ao Algodão do Estado de São Paulo e cria o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão e dá outras providências. Passarei às mãos do senhor. É um projeto de Lei de nossa autoria, mas na verdade respaldado pela Associação.

Gostaria também de me dirigir ao Dr. José Cassiano. Nobre Presidente, a Pecuária está passando por uma transformação extraordinária. Ontem à noite estávamos em Brasília, e conversava, numa reunião, com o meu irmão, o Vadão.

**SR.** – É um grande companheiro.

**SR. DEPUTADO EDSON GOMES** – É. Agradeço.

Mas novilhos de 12 meses, quer dizer, hoje a Pecuária abate um novilho com 12 meses, não é, Dr. José Cassiano? É uma coisa fantástica.

Estamos propondo para o Algodão um incentivo que saiu dos cotonicultores, a exemplo do que já existe no Mato Grosso.

Então, falei com o Secretário da Agricultura, por ocasião em que ele esteve em Tupã, sobre criar um Programa de Incentivo à Pecuária. Conhecemos algumas propriedades que têm a Pecuária Leiteira irrigada. É uma coisa fantástica.

Como apresentou o Dr. Otávio, temos condição extraordinária de gerar emprego no meio rural assim rapidamente. E isso, em relação a alguns investimentos e alguns créditos que o Governo coloca, é irrisório.

Vimos o Dr. José, do Sindicato de Pesca, coisa fantástica. Quer dizer, desconheço a Pesca, que não é o nosso ramo, mas acho, que, como disse o senhor, estamos aqui num momento muito bem coordenado pelo Nogueira e pelo Demarchi, de proporcionar uma mudança extraordinária.

Tenho acompanhado esse agricultor que tem a Pecuária de Leite irrigada. O cidadão tirava 500 litros de leite e passou a tirar 2.000 litros de leite. E ainda não despertou para essa questão do agronegócio, que é uma coisa fantástica.

Então, queria complementar, e passar às mãos do senhor esse projeto que é o Programa de Incentivo da Cultura do Algodão, aqui em São Paulo.

Obrigado.

**SR.** – Queria endossar as palavras do companheiro da parte da Pesca. Realmente, acho que é necessário mesmo nos virarmos de frente para o mar e incluir esse assunto da Pesca, da indústria pesqueira aqui.

E também com relação à pesca do Interior, como é chamada a proliferação desses Pesque e Pague, vejo com certa preocupação um aspecto disso. Ou seja, para todos os produtos de origem animal existe uma fiscalização, que é o Dipoa do Ministério da Agricultura etc. A pesca sofre isso. Tem até uma Divisão Especializada em Pesca em Brasília e aqui. Mas para esses Pesque e Pague do Interior, não conheço uma regulamentação, uma fiscalização específica etc. O peixe é um bicho muito contaminado, é perigoso, está certo? E ninguém sabe o que eles comem lá nesses Pesque e Pague. E a qualidade da água. Eles não comem só ração. Porque seria fácil inspecionar a ração. Então, o que vocês imaginam de lixo, de resto que é jogado nesses pesqueiros, e porco deteriorado, e pintinho deteriorado e o que não presta mesmo, e a água ali contaminada. Levamos lá as crianças e vemos todo mundo passando um domingo com uma varinha, pescando e comendo. Certo?

Então, é só para lembrar que esse setor de Pesca realmente está esquecido. A pesca marítima está abandonada pelas autoridades. Inclusive as autoridades de fiscalização de preço, porque se você ver o que é pago no barco, em Santos, quando ele chega, e o que nós vamos pagar aqui no supermercado e na feira, a diferença de preço é monstruosa. E temos essa pesca interiorana, que é completamente abandonada, sem fiscalização, sem nada. E não conheço, pode ser que tenha. Os rios contaminados. E esses laguinhos aí, esses Pesque e Pague. Isso dá um medo danado.

Era só este registro. E no mais, cumprimentar a Presidência dos trabalhos. E também o Deputado Gomes, vou querer ver o trabalho dele. Vamos discutir muito sobre algodão. O Tadashi é um grande amigo meu. A usina dele de Guará, eu vendi para ele. É uma cabeça. Precisaria ter uma meia dúzia de Tadashis aqui em São Paulo.

**SR.** – É uma grande cabeça.

**SR.** – É. E muito amigo do seu irmão também. Eu o conheço muito bem. O Fórum está tomando aquela direção que realmente eu esperava. Costumo levar a sério as coisas onde eu participo. Cheguei aqui cedinho, ansioso para participar desse trabalho. E confesso que, se fosse para ficar debatendo aqui os problemas do dia a dia do setor, eu iria me desinteressar, não viria mais. Mandei até uma carta para o senhor dizendo que o que esperamos é discutir o estratégico, não o tático do dia-a-dia, quer dizer, o futuro, onde vamos chegar, onde queremos chegar. Porque se não soubermos onde queremos chegar, não sabemos nem onde estamos. Se está aqui, ali, não sabemos onde queremos chegar. Então, é esse o objetivo. Percebo que ele está toando esse rumo e eu estou muito satisfeito.

Apenas fiquei preocupado quando o senhor disse que tem um prazo até sexta-feira para terminar um trabalho. Eu não entendi bem. Porque acho que vamos ficar aqui quase um ano trabalhando.

**SR.** – Não. Tem a primeira versão do trabalho.

**SR.** – Então, não tenha muita pressa, porque temos muita coisa para fazer aí. E o seu trabalho deve ser o último.

**SR. PRESIDENTE** – Na verdade, a Fundação Seade tem um papel estratégico fundamental para o resultado desse direcionamento que o Fórum quer dar, que a Casa propõe à sociedade.

Quando juntamos aqui especialistas, no caso do setor da Agricultura, do Agronegócios, e creio, acreditamos nisso, os mais renomados representantes de cada um dos setores, não queremos só o detalhamento técnico. A Fundação Seade está se incumbindo disso. Então, este é o seu papel. Quer dizer, é direcionar o detalhamento dos dados. É confirmar o que se apresenta do ponto de vista de

análise de dados, para que possamos de fato não perder tempo, como é a nossa vontade e o nosso compromisso aqui, ou seja, para de ato fixarmos as metas. Qual é a meta de produção, o direcionamento que o Fórum propõe de desregulamentação. O que nos compromete do ponto de vista tributário. Qual é o papel que a política pública, que nós possamos aqui direcionar, para viabilizar setores produtivos das cadeias que congregam o Agronegócios. Este é o verdadeiro objetivo. Então, o resultado daquilo que procuramos fazer está tendo alguns passos positivos nesse sentido. Pois não, Deputado.

**SR. DEPUTADO EDSON GOMES** – Só queria mais uma vez registrar que a condução dos trabalhos pelo Deputado Nogueira está assim extraordinária, com a sua coordenação e do Demarchi, e com as pessoas aqui convidadas, da melhor qualidade.

Gostaria de pegar um gancho na Pesca e falar um pouquinho de pesca de água doce. Vivemos lá nas margens do Paraná e do Tietê. Então, é o seguinte. Batemos muito nessa questão da privatização das energéticas. Mas faltou aí um item extremamente importante, que está nascendo agora. Por exemplo, a CESP já fez e continua fazendo um trabalho de povoamento, de peixamento nessas represas. Temos inclusive participado de vários. Acho que deve ter essa postura, esse trabalho precisa assim ser intensificado, de maneira extraordinária, inclusive nas geradoras que ainda estão para serem privatizadas, no caso de Ilha Solteira, Três Irmãos, Primavera, Represa Paraná. Mas as outras que foram privatizadas, que o novo proprietário tenha essa responsabilidade de fazer o peixamento, mas para valer. Porque isso também tem um peso econômico muito grande na pesca profissional e principalmente para o turismo. Quer dizer, o cidadão que sai de São Paulo, e vai para essas cidades, Tietê, Paraná, Rio Grande, fazer o seu turismo aquático, tem o objetivo também de pegar o seu peixe.

Portanto, a atividade pesqueira de água doce também tem conotação extremamente expressiva. Gostaria de dar uma sugestão: que esta Comissão

encaminhasse também à CESP, ao Governo, que fosse assim uma preocupação o povoamento de peixes nos rios paulistas, de uma maneira geral.

**SR. PRESIDENTE** – SR. Otávio, da Fundação Seade, pediu a palavra.

**SR. OTÁVIO** – Só esclarecendo um pouco essa questão do cronograma, como coloquei de início e o Deputado Duarte Nogueira estava dizendo agora, o SEADE firmou um convênio com a Assembléia, para os trabalhos do Fórum, que vai efetivamente até o final do ano que vem. Aí é uma questão de acerto. Eu não sou a pessoa indicada para tratar disso, porque tem a coordenação do Fórum, a coordenação do SEADE. Mas há uma série de produtos previstos nesse convênio. E um primeiro, que é esse de caráter geral, para estar mapeando essas questões, é esse primeiro documento que estamos fechando agora.. Não é o último. Quer dizer, pelo menos a Fundação SEADE espera que os grupos temático, a coordenação do Fórum cheguem com novas demandas a partir de janeiro. E aí, sim, demandas mais específicas e fruto das reflexões que são feitas aqui. A minha participação aqui é simplesmente estar apresentando um relato técnico que suscite e auxilie, subsidie a discussão. Se houver uma decisão do Fórum de que é importante o aprofundamento de determinado tema, seja ele a Pesca, seja ele a mecanização da cana, seja ele o emprego na cadeia produtiva, acho que esta é uma decisão que tem de ser tomada. Não cabe a mim estar induzindo ou defendendo qualquer tipo de coisa. A partir da demanda desse Fórum, que é o Fórum criado, que é o caminho oficial aí criado pela Assembléia para as demandas. Então, esperamos que isso tenha desdobramentos no ano que vem.

Então, quando disse de estarmos fechando nesta semana, são esses pontos a que me referi. Quer dizer, como disse, são alguns itens dentro dos grandes temas. Não temos a pretensão e também não temos a competência de estar tratando de forma adequada todos os temas que surgirão nos debates desse grupo temático. Por isso que eu acho também que o Fórum e o grupo já estão solicitando a

colaboração de outras associações, que é um pouco essa idéia do conjunto da produção das instituições.

O SEADE entrega, a partir da semana que vem, 16 Cadernos, um para cada grupo temático, com essa visão panorâmica, vamos dizer assim, do Estado, regionalizando, quando possível, que foi fruto daquilo que disse inicialmente. Esse relatório é o que SEADE dispunha para fazer nesse momento, com alguma preocupação que já havia surgido numa primeira reunião.

Com a continuidade dos trabalhos dos senhores e dos outros grupos temáticos, a tendência que imagino é que começarão a surgir demandas mais específicas, que se aprofunde efetivamente um tema. E o objetivo é esse mesmo, de lá no final estar pensando em que política tomar para o ano que vem.

É um pouco nesse sentido que eu disse que algumas coisas que foram tocadas não conseguimos contemplar nesse relatório, dado o tempo escasso e o caráter de ser um primeiro pontapé, vamos dizer assim, para a discussão

**SR. PRESIDENTE** – Estamos partindo para o encerramento e queremos identificar ainda quem quer fazer uso da palavra, além do SR. José Carcelles, o Francisco e o Caio, para que possamos encerrar e não avançar no horário que estipulamos do meio dia, até para tornar as nossas reuniões atrativas e não cansativas.

Pois não , Sr. José Carceles.

**SR. JOSÉ CARCELES** – Só queria dar um esclarecimento a respeito da qualidade da água dos Pesque e Pague, dos criadores. Segundo informações, tenho acompanhado na Secretaria da Agricultura, o primeiro fato é que a Secretaria estima em 2.000 criadores no Estado de São Paulo. A Associação dos Criadores, que Ivone comanda, fala em 3.000, o que é uma grande quantidade. Então, eles estão preocupados principalmente com os metais pesados dessa água. Isso é mais importante até do que os microorganismos. Então, eles estão criando normas, que



logo, logo, serão apresentadas, para que as pessoas sigam. A preocupação que tivemos lá na Secretaria é que essas normas não sejam excessivamente graves e que venham a impedir a atividade. Precisa haver um acompanhamento, e dizia isso ontem para o Júlio. Precisa haver um acompanhamento. Não adianta só baixar normas em cima de uma mesa, sem conhecer a realidade. Então, as duas coisas têm de caminharem concomitantemente.

Por outro lado, um detalhe que o nobre companheiro aqui comentou. Hoje a perspectiva de vida do brasileiro é muito maior do que de alguns anos atrás. Então, estamos com um contingente de aposentados muito grande. O que fazer com esses aposentados.? Então, a pesca de vara é um grande atrativo. Você vai a um Pesque e Pague num fim de semana e vê a quantidade imensa de pessoas pescando. Então, temos de pensar que essa atividade pode também dar resultado no lazer para os aposentados. Era só isso.

**SR. PRESIDENTE** – O Sr. Francisco, do Conselho da Juventude.

**SR. FRANCISCO EDUARDO FERREIRA** – Primeiramente, teria de parabenizar a Assembléia Legislativa pela realização deste Fórum, e o trabalho dos coordenadores e dos nobres Deputados, e a honra de estar do lado deste time da pesada aqui, não é? É uma honra muito grande.

Eu sou um neófito na área de Agronegócios. Quer dizer, estou pensando há uns seis anos, até porque montei um projeto de Agronegócios aqui na cidade de São Paulo e hoje sou um militante da área.

Vejo o trabalho da Fundação SEADE, um trabalho muito importante, esse levantamento, esse Banco de Dados, para podermos propor, ser o embasamento de políticas públicas que vamos fornecer daqui para diante.

Acho fundamental esse Banco de Dados apontar novas ocupações para os jovens que estão chegando aí. Temos hoje o problema de geração. Não temos hoje jovens produtores rurais, os jovens produtores. É necessário trazer esse pessoal

para a área que vamos chamar de área de Agronegócios, que é uma área importante para o País.

Essas novas ocupações que vão surgir por aí precisam, hoje, de uma articulação com os centros e os institutos de pesquisa. Eu estava no ITAL, e o que tem de pesquisas feitas ali, eu acho que poderíamos aproveitar. O Governo do Estado de São Paulo, a população do Estado de São Paulo, já pagou por essas pesquisas, têm vários subprodutos que podem ser hoje desenvolvidos. Quer dizer, estamos no momento de desenvolver tecnologias, em todas as cadeias produtivas, desde o leite, a carne, os alimentos de maneira geral. Tem um estudo sobre a cana-de-açúcar com mais de 300 derivados, além da energia, do açúcar e do álcool, você tem outras possibilidades.

Acho fundamental criarmos um mecanismo aí para contarmos com a colaboração dos institutos de pesquisa, o ITAL, o Instituto Agrônômico, o Instituto de Zootecnia. Acho fundamental o que já foi feito. Não é ficar inventando. Já tem muita coisa feita e estamos num momento de desenvolver tecnologias.

Na vida acadêmica, para quem não sabe, você fica muito perdido na pesquisa pura e perde um pouco a praticidade que o empresário tem. O empresário, diante de uma tecnologia, pode fazer avaliações e vendo a possibilidade econômica, ele viabiliza. Esta tem de ser uma proposta do Fórum, para poder desenvolver novas tecnologias e novas ocupações de trabalho e novo tipo de renda.

É claro que isso tudo vai demandar novas regulamentações. Outro dia estávamos em Tremembé, com uma cooperativa – eu esqueci o nome da cooperativa –, mas que tem 100 produtores de rã e a preocupação maior era com a qualidade.

Acho que o Dr. Rubens está um pouquinho mal informado sobre a Piscicultura, eu acompanho um pouco isso, eu sou solidário com SR. José. Hoje tem o SEPTA, o pessoal do IBAMA, que está fazendo uma fiscalização rigorosa. Como ele disse, acho que há até uma preocupação excessiva. Acho que quem está

num setor, você quer ter e mostrar que tem qualidade nos produtos. Então, é importante que tenha uma fiscalização. E uma fiscalização séria, correta.

Agora, há excessos. No caso que vou citar aqui, lá da cooperativa, percebemos que o gargalo da rã era exatamente o abatedouro. Então, os 100 produtores construíram um abatedouro lá. Para a rã, um bichinho deste tamanho, você tem de ter um pé direito de 6 metros, senão você não aprova no SIFE. Quer dizer, é uma coisa absurda. Está jogando dinheiro fora. Foi feito isso. Foi feito nos conformes da lei. Trouxemos todo mundo que trabalhava na área de regulamentação. Era o IBAMA, o DPRN., a Secretaria da Agricultura, foi feita uma reunião com todo mundo, para saber o que era preciso. Porque senão jamais conseguiríamos aprovar para fazer um abatedouro de rã. Isso numa cooperativa de 100 produtores, sendo que o Secretário é um dos produtores de lá. Imaginem se não fosse.

Fico imaginando que vamos desenvolver aqui, novas oportunidades e acaba se criando um engessamento tão forte, tão grande, que se inviabiliza qualquer tipo de novas ocupações, novas possibilidades.

É claro que tem de haver a preocupação com a qualidade. Isso é fundamental hoje.

E uma outra coisa, e aí estou na cadeia como um todo, você cria novas ocupações. Há um mercado. Acho que aí o SEADE junto com outras instituições pode ajudar, que é o processo de comercialização. Porque não adianta dizer para um camarada: você faz doce de batata doce que você vai vender. E como é que ele vai colocar isso no mercado depois. Temos de pensar no pequeno, naquele que não vai ter mais emprego, que vai ter de se virar no seu trabalho ali.

Acho que a Agroindústria vai ter, quando o Governador Covas colocou que ia gerar 1 milhão de empregos na área de Agroindústrias e gerar 300 mil novas empresas, com a média de 5 pessoas trabalhando, e até um pouco mais. Podemos até colocar isso não sei se como meta do próprio Fórum, ou seja, num horizonte de 10 anos.. Queremos viabilizar, ou seja, que esse projeto, que essa política pública

que vai ser gerada aqui, que isso crie várias empresas e que gerem novas ocupações e renda,

O que eu vejo assim, não sei se posso orientar o trabalho do SEADE, que eu respeito muito. Sou um usuário, que, pelo menos duas vezes por semana, saio buscando dados do SEADE, acho interessante, poderíamos até depois conversar um pouco sobre as necessidades que tenho.

Vou citar um exemplo. Fizemos esse Censo Agrícola de Moji e veio uma empresa de Vitória, do Espírito Santo, querendo fazer processamento na área de produtos hortifrutigranjeiros. Eles vêm para cá e perguntam: onde é que eu coloco? Eu digo: não sei. Por isso que fomos fazer o censo Agrícola de Moji, com o Deputado Jooji Hato. Você precisa saber onde vai colocar uma indústria de processamento de plantas, que tipo de plantas. Porque aí você vai ter uma indústria de embalagens, que você vai colocar do lado ali. O que falta? Eu cito isso no próprio SEADE. Por região, não há uma distribuição do que está sendo colocado claramente ali. Você tem o camarada que produz caqui, mas ao mesmo tempo, além do caqui, ele tem de produzir pepino, tem de produzir algum tipo de coisa, para poder ter renda o ano inteiro, porque senão ele não tem.

Acho que este é um detalhe importante. Você estava falando de monitoramento. Talvez até o Fórum tenha de propor algum tipo de monitoramento em algumas regiões em que realmente vai gerar aumento de emprego e renda. Quer dizer, que não fique só no levantamento global, sabemos a dificuldade disso. Porque na hora em que você precisa do dado efetivo, vem um empresário lá, ou um consultor de empresa e fala: olha, posso montar isto aqui? Ah, eu não sei. E aí, alguém como consultor fica com medo de indicar aqui.

No geral, é isso. Dentro desse processo, dessa formulação e dessa geração de novas ocupações e renda, vejo o trabalho dos Deputados, a legislação, porque na hora em que você cria isso aqui, você vai ter o problema da tributação. Se o camarada vai por cooperativa, se é empresa coletiva, que tipo e coisa vão ser criados. Imagino que isso vai ter demanda, vai ter decorrências futuras.

Agora, é fundamental buscarmos esses dados, essa articulação com o setor de pesquisa, ver o que existe. Ir pensando numa regulamentação séria, que garanta a qualidade dos produtos, pois isso acaba ajudando.

E mais uma coisa também. Às vezes criticamos a população, que não tem informação, mas também criar algum tipo, um centro de difusão de tecnologia, não sei se via CAT, ou os próprios institutos, do Sistema AS, de como esses futuros empreendedores vão poder buscar tecnologia.

**SR. CAIO** – Deputado Nogueira, como Coordenador, é um prazer participar deste grupo e sentir realmente uma mudança, que eu chamaria de mudança institucional extremamente importante.

Antes de qualquer coisa, ouvi atentamente as palavras do Deputado a respeito da evolução que tem havido nesta Casa, o que nos deixa com muito orgulho.

Mas, de fato, cada Estado tem as suas culturas e obviamente os seus objetivos. E o Estado de São Paulo, antes de qualquer coisa, precisava de uma forma urgentíssima fazer obviamente o casamento das entidades fundamentais e organizativas para fazer de fato políticas que levem realmente a Agricultura e o Agronegócio deste Estado na condição que merecem.

Estamos vivendo uma crise de competição de outros Estados, com a chamada guerra fiscal, que é uma coisa terrível, como aqui já se falou. E, portanto, temos uma oportunidade chave para fazer isso.

Achei excelente a Fundação SEADE estar conosco. Acho que a Fundação SEADE é hoje realmente uma fonte fundamental de dados com relação a trabalhos. Queremos propor que aqui pudéssemos não apenas descer em termos de detalhes na questão do trabalho, do nível de emprego, porcentagens do nível de emprego, transição, faixa urbana, rural, mas também em relação à qualidade do emprego.

Acho que ouvimos muitos discursos e nem sempre a qualidade do emprego é devidamente colocada, é devidamente apreciada na discussão. Qual é o número de

carteiras assinadas por cultura agrícola? Como é que está se modernizando a relação capital/trabalho no campo? Qual é o efeito dessas políticas nas várias regiões? O que determinada cultura, que está recebendo determinado tipo de estímulo, retorna à sociedade na forma evidente da modernização capital/trabalho, que é fundamental na avaliação de uma sociedade?

O que nós sentimos, nobre Deputado, é que todos nós participamos, e Vossa Excelência algumas vezes, é que há de fato um vácuo de dados e de conhecimentos de realidade, que às vezes se transformam de uma forma agressiva para a agricultura paulista, num debate via jornal, entre Executivo, Legislativo e o agricultor. É posto às vezes como a figura que responsável pela degradação das relações de uma cadeia, em que ele é absolutamente...

Então, a questão do poder econômico e das formas como o Executivo às vezes se posiciona em relação a isso, até pelas dificuldades do Executivo tem hoje de ter gente gabaritada, obriga a que inovações institucional tragam o setor privado para as discussões.

E esta Casa tem a vantagem fundamental de transformar aquilo que é importante em lei. E a lei define o que é o Norte. O Norte permite que o empresário faça investimentos com a segurança e igualdade naquilo que vai fazer.

Não podemos viver o período que vivemos, fui vítima desse período, infelizmente, que foi o período militar, em que as coisas eram baixadas, de cima para baixo, obviamente, de uma forma definitiva, e que de repente, dependendo do General ou do Coronel, se mudava a política de um ano para outro. E começa, então, no Brasil também, apesar das mudanças todas, a estar vivendo com Medidas Provisórias. Dependendo do humor, muda-se a Medida Provisória de um mês para o outro.

E, por outro lado, vivemos uma questão terrível, constantemente, de análises feitas. E ainda se discute neste país se um índice inflacionário está grávido de outro ou não.

Então, de repente, para a minha surpresa, quero colocar aqui até certo ponto indignação de participar de algumas reuniões em que figuras proeminentes desse governo pegam um dado do fundo do poço, quando a Agricultura estava absolutamente quebrada, vê-se uma recuperação de preços em 5 meses, e então se diz que o agricultor está exorbitando, que é maluco. E se compararmos isso com o preço de dois anos e meio atrás, o preço é muito menor. E ele é culpado no processo, quando temos, digo no caso do álcool especificamente, que é o que me deixa indignado, setores de distribuição oligopsônicos tremendos. . E o setor de revenda, que fez, nessa abertura do Governo, uma loucura de AMP, 140 distribuidoras, do dia para a noite, com telefones e salas alugadas, fechando de um dia para outro, com uma sonegação maluca. Dumping das grandes, para poderem promover o preço ao consumidor que seja atrativo. Quebra a Agricultura. E de repente o Governo diz: “Mas esse preço é extraordinário para o consumidor.” Mas está matando a galinha.

Então, acho que nesta Casa podemos realmente consolidar a política, transformá-la em lei. Não podemos viver, como colocado pelo companheiro da área do trabalho, do bom ou mau humor do Promotor Público, que faz o que quer porque não há uma lei. Essa lei tem de ser feita nesta Casa. Não podemos depender de um Secretário ou de um outro, que de repente tem outro objetivo diferenciado, num momento eleitoral.

Então, acho fantástico o que estamos vivendo. Coloco da forma mais transparente possível, com absoluta transparência. E se não for assim, não vamos ter a mínima.

Eu quero novamente parabenizá-los e dizer que queremos ser o mais transparente possível, fazer o que for possível e necessário. Mas o que não pode acontecer, num governo democrático, que vem conduzindo as coisas de uma forma democrática, de repente ser seduzido por coisas do passado e a Agricultura ser colocada, ser triturada, da forma como está sendo feita.

Obrigado.

**SR.** – Dr. Caio, só para contribuir um pouco mais com o que o senhor falou. Realmente, Deputado, esta Casa é o fórum onde nós, da Indústria, do Comércio, da produção, não temos medo de falar o que pensamos, de falar o que anda acontecendo. Não temos medo de falar isso aqui, porque, se falar isso fora daqui, existe perigo de represália. Mas aqui não há represália. Então, esta realmente era a tônica que deveríamos ter aqui, fazer uma coisa assim, abaixo os panos quentes e falar o que realmente está atingindo, sem medo de represálias. Quer dizer, o que estamos querendo é construir um futuro, e não é crítica, não é nada. Vamos esmiuçar os problemas, abrir o paciente e fazer realmente uma análise dos problemas. Acho que o senhor tem toda razão e colocou muito bem o que tinha para falar.

**SR.** – O nosso Coordenador aqui, o Deputado vai encerrar a reunião. Mas gostaria de deixar aqui os cumprimentos a todos, o agradecimento pelo comparecimento. Acho que a preocupação do SR. Rubens é muito importante, ou seja, que nós possamos traçar uma política que realmente atinja todos os setores. Mas também quem tem assento aqui nos setores diversos, querem colocar os seus problemas, porque estão familiarizados, vivenciando os problemas.

Acho que o Artur foi muito feliz, quando traz dados históricos, porque que estamos com pessoas na área urbana trabalhando no campo, e porque têm pessoas do campo trabalhando na área urbana. E em cima desses dados históricos é que vamos traçar realmente, gerar o que vai atingir o Agronegócio.

E também esta última colocação do Luiz, foi também extremamente importante. Estamos discutindo, e o Presidente da Comissão de Agricultura está aqui presente, neste exato momento, dois projetos relacionados à Agricultura. É a cobrança da fiscalização, de Selo de Qualidade.

Então, quem sabe se este Fórum, vamos dizer assim, com o advento deste Fórum, deste Conselho, os setores todos aí se acostumem a vir aqui na Casa para discutir. Porque depois que se discuti, vota e sanciona-se a lei, é meio difícil. Acho



que nesse momento é importante nós ouvirmos todos os setores envolvidos nessa lei que vamos votar. Inclusive, o SR. Secretário esteve no Congresso de Líderes ontem, justificando, explicando, detalhando respondendo os questionamentos, para que a lei saia da melhor forma possível. Mas nada melhor do que ouvir quem está vivendo o problema. Ou seja, os diversos segmentos.

Então, quero cumprimentar a todos. Acho que estamos pelo menos saindo da inércia dos nossos trabalhos e indo para um objetivo comum, que vai atender a todos os setores do Agronegócios..

**SR. PRESIDENTE** – Já encerrando a reunião, quero agradecer a presença de todos. Agradecer a colaboração individual de cada um dos Srs. Conselheiros. E dizer que do ponto de vista do objetivo que traçamos, quando da formulação do Fórum, em especial este grupo temático está se sentindo, sem dúvida alguma, extremamente compensado em relação aos objetivos que procuramos traçar na primeira reunião, quando da instalação. Foram incluídas aqui, na reunião de hoje, contribuições muito valiosas, do ponto de vista de montarmos o modelo do objetivo que queremos traçar.

Quero agradecer a contribuição importantíssima da Fundação SEADE, através do SR. Otávio, inclusive reconhecendo que o tempo exíguo que foi dado à Fundação SEADE se dá em função de que estamos trocando o pneu com o carro andando. E na verdade não queremos concentrar o potencial de trabalho, a contribuição qualitativa que temos aqui dos Conselheiros numa tarefa que a Fundação SEADE faz por excelência, que é a análise de dados e que vai nos municiar ao longo do nosso trabalho. As agrobandas, os nichos de trabalho que temos aqui são de fato os objetivos principais, para que nós possamos preencher esse vácuo que foi colocado e evitar que o debate que hoje fazemos via jornal seja feito de uma maneira mais adequada e mais construtiva, positiva para toda a sociedade.

É desnecessário dizer dos caminhos que temos de trilhar, para buscar os créditos necessários para gerar produção, para remunerar o nosso produtor nas mais diferentes áreas de atuação. Mas acho importante procurarmos colaborar aqui, porque isso o próprio mercado acaba regulando, fazemos o papel de advogado do diabo do Estado, que tem um papel regulador, no sentido de tentar ordenar, mas que às vezes acaba comprometendo, criando fatores comprometedores da produção.

Então, acho que o papel do Fórum é esse. Quer dizer, trabalhar no combate à corrupção, ao desperdício e contribuir para ordenar fatores que comprometem a produção, como carga tributária, excessiva regulação, a guerra fiscal. Quer dizer, o Governador Mário Covas inclusive já demonstrou que São Paulo não vai entrar na guerra fiscal. Mas São Paulo vai, sem dúvida alguma, combater que a ele seja imposta qualquer forma que possa ser interpretada como guerra fiscal. E que isso é muito importante para nós.

Além disso, acho que é inexorável a questão tecnológica de todos os segmentos. O aspecto que vai ser aqui colocado ao longo de todo o Fórum, que é a questão da regulação excessiva que o próprio Estado acaba realizando.

Ontem, o Secretário da Agricultura esteve aqui na Assembléia trabalhando politicamente a aprovação de dois projetos importantes, que dizem respeito a essa questão. E um deles, que é a questão do selo de Qualidade para os produtos de São Paulo, que é uma coisa mundial. Aquilo que for apresentado como produto de São Paulo, a cana de São Paulo, o álcool de São Paulo, o frango de São Paulo, o peixe de São Paulo tem de ser uma coisa que tenha o selo estadual garantindo qualidade, garantindo um bom produto, garantindo isenção do ponto de vista fito-sanitário, zoo-sanitário e aquilo que corresponder à apresentação desse produto em mercados fora do Estado e internacionais.

Além disso, já encerrando, acho que estamos caminhando para a fixação de metas e para uma palavra, duas palavras que o Caio colocou, extremamente

importantes, mas que dizem respeito ao conceito que esta Casa quer passar à sociedade, e estamos trabalhando nesse sentido, que é uma mudança institucional.

Acho que o poder Legislativo, além do seu aspecto fiscalizador e legislativo, tem o papel fundamental de trazer os especialistas mais destacados da sociedade, que aqui estão sendo apresentados, para que possamos trabalhar em conjunto. Conversamos pelos jornais e por outras alternativas de comunicação. Mas está faltando sentarmos aqui, como estamos fazendo agora neste instante.

Então, queria agradecer e dizer que o papel da Assembléia, do nosso Presidente Vanderlei Macris, dos nossos Deputados, do Presidente da Comissão de Agricultura, Deputado Edson Gomes, e todos nós Deputados aqui da Assembléia, e o nosso Coordenador, Deputado Aldo Demarchi, é tentar passar para a sociedade que a Assembléia quer fazer essa mudança institucional, mas depende da vontade da sociedade. Esta é uma questão imutável do momento que estamos vivendo, da virada do milênio, que marca inclusive o objetivo maior do Fórum.

Portanto, quero agradecer a todos os senhores. E antes de encerrar a reunião, colocar aqui como data para próxima reunião, além de que independente de nos reunirmos aqui, estaremos fazendo contato pelos caminhos das Assessorias e das Secretárias dos senhores. Assim que a Fundação SEADE disponibilizar os Cadernos para cada um dos grupos temáticos, imediatamente faremos chegar aos senhores. Mas do ponto de vista da próxima reunião de todos nós, queria sugerir, inclusive já aproveitando a sugestão do deputado Demarchi – a Assembléia volta do recesso em meados de fevereiro, para que não façamos na primeira semana, por uma questão até de arranjo de agendas e disponibilidade da Casa – , que nós marquemos, então, para o dia 23 de fevereiro, que é uma quarta-feira, às 10 horas, a nossa próxima reunião, sem prejuízo do nosso contato para fornecimento das informações que a Fundação SEADE irá fazer, ou do contato fortuito que for necessário, que faremos ao longo das próximas semanas.

Quero agradecer a presença de todos os senhores e dizer que nós estamos extremamente motivados e esperançosos de que possamos cumprir esse papel do

debates - a sociedade se manifesta – Agricultura e Agronegócios

Fórum, deste grupo temático, dentro do objetivo que traçamos para a sociedade de São Paulo, quando da elaboração do Fórum São Paulo Século 21.

Muito obrigado a todos.

**23.02.2000**

- Duarte Nogueira – Deputado. Coordenador do grupo temático Agricultura e Agronegócios
- Aldo Demarchi – Deputado. Relator do grupo temático Agricultura e Agronegócios
- Flávio Boliger – Fundação SEADE
- Aldo Demarchi – Deputado. Relator do grupo temático Agricultura e Agronegócios
- Leví Montebelo – Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo
- Nevoeiro –
- Carlos Monteiro – Associação Comercial
- Rubens Rizek –
- Kaluf –
- Duarte Nogueira – Deputado. Coordenador do grupo temático Agricultura e Agronegócios

**SR. DUARTE NOGUEIRA** – Queria agradecer a presença das senhoras e dos senhores na reunião do nosso grupo temático do Fórum São Paulo Século 21, sobre o tema Agricultura e Agronegócios. Como ficou acordado na última reunião do fórum, marcamos a data de hoje para que pudesse ser feita a exposição, juntamente com Fundação Seade, e a abordagem geral sobre a agropecuária e setores de agronegócios do Estado, levando em consideração o apoio que a fundação vem dando a todo o conjunto do Fórum São Paulo Século 21, em cada um dos nossos temas. E, para que possamos rapidamente avançar no assunto, gostaria de convidar para tomar assento à mesa SR. Flávio, representante da exposição Seade, que vai fazer a exposição. Antes, porém, gostaria de agradecer a presença do Deputado Aldo Demarchi, relator do nosso Fórum do tema Agricultura Agronegócios. Agradeço mais uma vez a presença de todos e passo a palavra ao SR. Flávio, para dar início as suas observações, e na seqüência já fazer a apresentação em nome da Fundação Seade.

**SR. FLÁVIO** – Bom-dia a todos. Primeiramente quero ressaltar a importância da união da Fundação Seade com a Assembléia e também dos próprios técnicos em participar de uma atividade diretamente ligada à Casa. É de grande satisfação fazer esse tipo de trabalho para a Fundação.

A idéia do caderno era reunir as informações que a Seade tem sobre o assunto, de forma sintética, num limite restrito de tamanho de documento; procuramos então organizar as informações que a Seade mesmo produz e outras das quais temos acesso normalmente e que possam vir a servir para o trabalho da Assembléia em geral, e em particular nesse tema de Agricultura agronegócios.

Levantarei alguns pontos principais que considero mais importantes para a perspectiva do Fórum em relação ao futuro do Estado, e depois abrirei para esclarecimentos a respeito do documento e eventuais aprofundamentos que a comissão julgue adequados. Organizamos as informações para estas regiões do

Estado. Definimos estas regiões, na forma de sintetizar os dados, segundo algumas características da agricultura paulista.

A região Oeste com predominância de pecuária; o grande Noroeste, que é a antiga chamada região da Mojiana, que é a região da agricultura comercial mais importante do Estado; o Centro-Oeste, que tem mais importância em grãos e oleaginosas; no Noroeste temos com mais peso a cana e suco de laranja, apesar de que no Noroeste temos quase tudo, vamos ver isso; o Centro-Sul, aí aparece com importância o cinturão verde de São Paulo e o reflorestamento e outras atividades, o Vale do Paraíba onde o maior destaque é o leite (o leite também é um caso especial, com importância em quase todo o Estado); por fim o Litoral Sul, conhecido como região mais pobre, do ponto de vista da agricultura e economia, que tem importância com frutícolas; e a região Metropolitana que aparece em separado, dada sua característica de ser menos importante para a sua atividade agrícola. Assim foram organizados os dados constantes do caderno especificamente sobre os dados sobre a agricultura.

A maioria das nossas cópias está em preto e branco, mas aqui dá para enxergar a importância do Noroeste, em que estão registradas as principais culturas registradas. A região Noroeste representa 50% das principais culturas da laranja em mais de 90%. Se juntarmos o Noroeste e o Centro-Oeste, região mediana do Estado, chegamos em geral a 90% da produção agrícola no Estado, nas principais culturas.

No gráfico abaixo aparecem os dados da pecuária, que também mostra essa concentração. A exceção é em bovinos, primeira coluna, que aparece no Oeste, com muita importância. E o leite, que aparece no Vale do Paraíba, com muita importância, e está mais bem distribuído.

Vou passar rápido para ocupar menos tempo possível.

Uma coisa importante é que esta tabela mostra o número e a área de estabelecimentos em São Paulo. A informação mais relevante aqui é a área média da propriedade paulista, do estabelecimento da agropecuária paulista, com 80

hectares. É uma média alta em relação ao País, que também tem uma média alta, porque tem estabelecimentos muito grandes em regiões de fronteiras. Isto significa que a pequena produção diminuiu muito no Estado, já é bastante limitada.

As maiores áreas estão na região de pecuária, onde a mais importante é a região Noroeste. Mostrarei uma característica da nossa agropecuária. Apresentamos então a estrutura de produção, destacadamente a cana-de-açúcar, em termos de valor da produção agropecuária do Estado com 31%. Depois se nota que vem uma série de atividades da pecuária: bovina, leite, frangos; logo abaixo ovos também. Quer dizer, a agropecuária concentra-se numa parte importante no rol da produção paulista, e em agricultura segue o milho, a laranja que aparece como produção agrícola, numa posição muito notória do ponto de vista de exportação e de produção agroindustrial, uma posição intermediária em termos de valor da produção agrícola do Estado, em 3,5%. Temos aqui um dado relevante sob o ponto de vista das ações sobre o setor, que é a perda do valor do produto agrícola entre os anos 80 e 90. Então, isso acontece em nível mundial, nas *commodities*, e em produtos ligados à política econômico; o preço relativo do produto agrícola cai. É um pouco difícil de entender essa tabela com os dados da Fundação Getúlio Vargas – está comparando os preços dos produtos no primeiro quinquênio da década de 90 em relação ao primeiro quinquênio de 80, aparecem dados maiores, são indicações das variações negativas dos preços recebidos pelos produtores. Temos uma estimativa de renda. Então, a renda recebida por um produtor naquela época hoje em dia é bem inferior.

A atividade agrícola passou a ser uma atividade menos rentável que no passado. Essa é uma tendência que não temos nenhuma expectativa de que seja revertida. Traçamos alguns dados sobre tecnologia diferenciando essas regiões. Chamamos a atenção sobre o número de estabelecimentos com irrigação. No Noroeste temos um número alto de estabelecimento, 39%, com irrigação, no Centro Sul também isso é importante. O número de estabelecimentos em torno da região Metropolitana com irrigação é importante; capacidade de armazenagem é outra



informação que trazemos; e na tabela de baixo tem alguns indicadores de modernização, um deles é o valor da produção sempre por 100 hectares – medida-índice que estamos construindo. Esse valor é superior na região Noroeste e muito inferior no Litoral Sul. Um indicador mais sensível é o de tratores por 100 hectares, que mostra que a técnica é diferenciada no Estado, em função de cada tipo de agricultura feita em cada região. De novo a região Metropolitana, apesar de ser pouco importante em termos de volume, aparece com altos índices, que é o cinturão verde, com atividades mais intensivas perto da Capital.

Bovinos – é outro indicador da pecuária – aparece importante na região Oeste; maior do que em outras regiões do Estado.

Infelizmente, a transparência não vai ajudar, porque ela perdeu as cores, mas este é um ponto muito importante que ressaltamos, que é a mudança do perfil, a composição em relação à residência e ocupação agrícola. Hoje, no Estado de São Paulo, mais da metade dos trabalhadores na agropecuária não vivem no meio rural, mas no meio urbano. Veremos adiante que a queda do emprego agrícola que avizinhamos no Estado deve ter reflexos tanto no meio rural quanto no urbano. Então, essa é uma parte importante: trabalhadores agrícolas vivem no meio urbano. Há outra característica, que é uma série de estudos que vêm sendo desenvolvidos na Unicamp e que mostram a importância do emprego não agrícola no meio rural. Daquele contingente de pessoas que moram no meio rural, cada vez mais é importante atividades não agrícolas.

Em 1997 – se não me engano – o número de pessoas ocupadas em atividades não rurais superou o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas. Esse estudo, feito com os dados da Apenad, mostra onde estão se empregando essas pessoas – que são ocupações alternativas importantes para o desenvolvimento da manutenção da população e da vida no meio rural.

O gráfico abaixo mostra em que elas estão ocupadas, em 97. A principal ocupação é a prestação de serviços, compreendendo desde serviço doméstico, ou serviços para novas funções do meio rural, como área de lazer e chácaras ou coisas

desse tipo, como serviços à empresa agropecuária, uma série de atividades que às vezes estão ou não associadas à atividade agropecuária, mas que mostram o grosso de emprego não agrícola no Estado.

Depois temos 79,4% que é da indústria de transformação, basicamente a agroindústria; boa parte da agroindústria está localizada em regiões não urbanas e parte dos seus empregados mora em zona rural.

Outra atividade em destaque é a indústria de construção, comércio de mercadorias e administração pública, que é o avanço de serviços públicos no campo – uma coisa significativa é o aumento do número de professores. Outras pessoas que passam a exercer sua atividade no meio rural e passam a ter moradia no meio rural.

Um outro aspecto é que o meio rural passa a ser uma opção de pessoas de baixa renda, de local de moradia, porque aí não há legislação quanto a edificações, há muito mais liberdade do ponto de vista de ocupação do solo. Mesmo que ela seja empregada no meio urbano ela pode residir no meio rural. Então, a mudança de caráter da população rural que tem uma imagem de ser um sujeito vinculado à sede agrícola, proprietário ou não, isso está mudando no país todo (em São Paulo mudou mais rapidamente e de maneira mais forte).

Tem um gráfico que mostra a importância daquelas regiões no emprego agrícola e na área de produção. Este é um projeto desenvolvido pelo Seade, chamado Sensor Rural, que faz uma estimativa da demanda de mão-de-obra a partir de informações de previsão de safra e de plantio. Estamos mostrando a importância da região Noroeste no emprego agrícola, o que corresponde à importância que ela tem na produção comercial no Estado de São Paulo. Esse é o ponto mais importante deste documento. Com o método de Sensor Rural avalia-se a previsão de plantio e safra, e com conhecimentos técnicos estima-se a demanda por mão-de-obra. Aqui estamos na previsão do ano 2005, supondo que a adoção de técnicas mais modernas se estenda para a maior parte do cultivo. Este é um caso extremamente importante para o caso da cana, o período da queimada da cana, nas

regiões adequadas, que significa a extensão de colheitas por meio da mecanização. Isto também é válido para outras culturas. Então, o ensaio é feito supondo que esses padrões tecnológicos mais avançados, sejam no café ou no algodão, se estendam para a área agrícola de São Paulo, o que significaria perda de cerca de 300 mil postos de trabalho — equivalente homem/ano —, significando uma diminuição do emprego agrícola muito importante. Pensando que o total de 800 mil equivalentes/homens, estamos baixando para 500 mil. Isto já começa a ser verdadeiro agora, os dados atuais já estão refletindo essas quedas do emprego agrícola. Então, um problema que se coloca para São Paulo vai ser a queda do emprego agrícola e que vai ter reflexos nas cidades do interior, onde reside essa população que trabalha na agricultura e também no meio rural. Por isso aquelas alternativas de novas formas de ocupação passam a ser algo importante do ponto de vista político social, inclusive.

Vou incluir também um item sobre financiamento. A parte mais importante é a queda da importância do financiamento oficial. Era notório o volume de crédito concedido aos agricultores. Diminuiu de maneira muito importante e não teve impacto no volume da produção. Analisamos algumas alternativas, mostrando que elas são ainda muito incipientes em termos de volume de crédito e da forma de financiamento da agricultura, num outro capítulo que dedicamos a isso.

Vamos passar agora para a agroindústria. Tivemos a felicidade de desenvolver a pesquisa de atividade econômica paulista e obtivemos uma informação primária e sólida sobre a agroindústria de São Paulo, e assim organizar uma análise quanto às indústrias.

É importante chamarmos a atenção da agroindústria, somente a atividade de processamento agrícola, o primeiro processamento do produto agrícola, não o montante do produto da agricultura e num conceito bem mais restrito chamado *agribusiness*, que inclui uma cadeia muito intensa de atividade avaliada por alguns em até 40% do PIB. Estamos falando da agroindústria processadora, da indústria que tem interesse nas atividades agrícolas. Essas agroindústrias representam 14%

da receita industrial de São Paulo e 10% do seu valor adicionado. Então, é um pedaço muito importante da indústria de São Paulo que tem características peculiares, e tentaremos listar algumas. Este gráfico mostra, aqui na banda amarela, o pessoal ocupado em empresas com mais de 500 pessoas. Uma empresa com mais de 500 pessoas ocupadas é considerada grande nos padrões brasileiros, e elas são muito importantes na agroindústria. Então, está ordenado: sucos, cana-de-açúcar, óleo vegetal, mais de 60% das pessoas ocupadas na cidade estão em empresas de grande porte e as empresas de pequeno porte têm pouquíssima importância; e essas são as principais atividades também.

O que queremos mostrar é que a agroindústria passa a idéia de ser uma atividade, um processamento dentro da fazenda – algumas pessoas têm essa idéia de indústria rural, que também existe e tem a sua importância econômica — , mas a agroindústria mesmo é uma organização de grandes plantas; plantas processadoras de grandes volumes e nesse sentido são organizadas em empresa de grande porte. Se há espaço para uma política em relação a pequenas unidades, e é verdade, a agroindústria está assentada em grandes empresas, em grandes plantas. Era isso que queríamos mostrar aqui. Em geral a agroindústria tem 56,7% em empresas de mais de 500 pessoas ocupadas. Com empresas de menos de 99, apenas 15% da sua atividade são em empresa desse tipo, enquanto na indústria em geral 40% são empresas pequenas. As outras atividades industriais são de pequeno produtor industrial, do que a agroindústria. Claro que ela se diferencia, em termos de indústria isso é bastante diferenciado.

Outra indicação relativa a isso é o tamanho médio das empresas – aqui não são empresas, são plantas industriais.

As três últimas colunas mostram que na agroindústria em geral, a média é de 98 pessoas ocupadas. Nas outras indústrias é de 49; é uma média, mas nos outros segmentos essa média é muito superior. Então, mostra o porte das empresas industriais. Falamos que a receita da agroindústria era 14% da receita industrial e que o valor adicionado era 10%. Isso mostra que a agregação da indústria era

menor; o nível de transformação, enquanto agrega na indústria, é menor do que em outras indústrias em geral. Outra coisa que pudemos levantar é que o nível de remuneração dos trabalhadores da agroindústria é relativamente menor do que nas outras indústrias. Buscamos outras informações para explicar isso. Aqui é uma parte do texto que está equivocada, dizendo que não há diferença; há sim e é uma coisa que vamos modificar. Nesta semana deverá estar saindo a próxima versão; este é o último item que vamos modificar, porque realmente está equivocado. Este gráfico feito aqui a partir dos dados do Ministério do Trabalho – Rais – mostra a instrução dos empregados por ramo industrial. Podemos observar que a agroindústria em geral ocupa: o gráfico em amarelo corresponde a pessoas com instrução menor que a fundamental, aquela que é prevista em lei. As pessoas com menos instrução são mais presentes na agroindústria do que nas outras indústrias; um pouco mais, 60% são de trabalhadores sem instrução fundamental completa. E a presença de analfabetos também não é desprezível; nas outras indústrias esse indicador é menor. Mesmo profissionais de nível médio e superior é menor na agroindústria. Mostra que os postos de trabalho da agroindústria, os numerosos, são ligados a habilidades manuais, como a indústria da carne, trabalho que exige esforço físico e não há grande exigência de formação técnica ou formal. Isso explica, em parte, a remuneração relativamente menor na empresa agroindustrial do que na empresa de outros ramos. Temos dois mapas da distribuição da agroindústria. Aqui mostra a importância da atividade agroindustrial para cada uma das regiões administrativas do Estado, outro tipo de divisão do Estado. A mancha escura indica a importância da agroindústria em relação à indústria total. Mais escuro corresponde a mais de 50%. Barretos, 91% da receita, mas o pessoal ocupado acompanha a mesma tendência, ou seja, de empresas agroindustriais, em relação ao total da indústria da região. Então, a indústria de Barretos é basicamente agroindustrial. A mesma coisa acontece com Presidente Prudente, Araçatuba, Marília, toda aquela região é perto de 50% ou superior o peso da agroindústria. Então, quando pensamos em emprego formal a agroindústria é muito importante. Quando pensamos em emprego formal e

emprego de melhor qualidade no interior, apesar de a remuneração ser um pouco menor, isso está assentado no desenvolvimento da agroindústria. Hoje no Estado ainda é assim.

As demais indústrias estão muito mais concentradas na região metropolitana de Campinas e a agroindústria tem essa característica. Este outro mapa é radicalmente diferente, mostra a distribuição da atividade agroindustrial. Então, apesar de ser no Oeste que a agroindústria é mais importante, mas ela está mais concentrada neste eixo aqui que vai da região Metropolitana para Campinas e Ribeirão Preto. A atividade agroindustrial está extremamente concentrada nessas três regiões. Somando essas três chega quase a 60% da receita agroindustrial. Se pegar a antiga região de Ribeirão Preto, abarcando Barretos, Central e Franca, pode-se pensar que ela está concentrada nesse eixo. Ela é importante para todo o Oeste, mas está concentrada neste eixo. E o que chama muito a nossa atenção na apuração da Apaep é a importância da região metropolitana. A região metropolitana aparece com 24,8% da produção agroindustrial. Isso é explicado por duas razões: atividades que realmente não se baseiam na produção agrícola paulista — importamos muito produtos agropecuários, inclusive trigo e outras indústrias de moagens que estão na região metropolitana —, e também que a atividade agroindustrial tem uma parte muito importante que não é propriamente o processamento da produção, mas a própria distribuição, que é o caso típico do leite. Então, toda a atividade vinculada à indústria com relação a sua distribuição ocupa um volume muito expressivo de trabalhadores. O que chamamos de pessoal ocupado em atividades “não produtivas”, entre aspas – atividades acessórias – é uma parte importante do emprego em todas as indústrias, na agroindústria também. E essa atividade está muito mais vinculada aos centros consumidores do que aos centros produtores. O desenvolvimento da agroindústria é algo que pode propiciar o desenvolvimento do interior, na medida em que ela tenha razões para se localizar lá, mas também as funções de logística, à medida que aumenta a atividade industrial, passam a ser mais importante no emprego do que praticamente o

processamento, que é o industrializado, automatizado de indústria de processo na maioria dos casos.

**SR.** – Se o senhor passar a lista neste gráfico-trajeto do Rio Tietê, verá que a margem direita do Tietê é a parte rica e a margem esquerda é a Biafra do Estado. É uma coincidência, qual é a explicação para isso?

**SR. FLÁVIO** – A explicação que eu gosto mais é a qualidade do solo – mas o senhor não vai concordar, não é?

**SR.** – Não, eu concordo, tem que ter alguma explicação. Isso é importante, se estamos pensando no ano 2000 etc. se tem uma área que já está desenvolvida e tem outra que não, se ele atribui a essa divisão de riqueza ao Rio Tietê, o lado de lá é a Califórnia e do lado de cá é a Biafra, então, o que é? É só solo? Se for só solo, tudo bem, não tem jeito, vamos financiar . Se não for solo, o que é? Isso é uma coisa muito interessante para o planejamento e desenvolvimento dessa área.

*(Inaudível. O orador fala longe do microfone.)*

**SR. FLÁVIO BOLIGER** – Temos mais dois itens no nosso trabalho. Um fala do trabalho de assentamento rural, de reforma agrária no Estado. Temos mais informações sobre isso. Chamo a atenção – isso vale também para aqueles pretensos prováveis desempregados rurais que estávamos falando, do emprego agrícola – da importância de ocupações mesmo dos assentados (mais rentáveis que mandioca, milho e feijão). Essa política, em termos de rentabilidade, da atividade do assentado e da pequena produção em geral, é uma coisa que vai ser importante para o Estado também.

Por fim, tem mais um capítulo que fala da relação do comércio exterior e da importância da produção agrícola agroindustrial no comércio exterior, algumas informações desse naipe e a própria Apaep passa um dado interessante: que é a parcela da produção agroindustrial que vai à exportação. A exportação realmente é muito importante, mas demonstramos que a maior parte das vendas da agroindústria se dá no mercado nacional. Então, a atividade agroindustrial e agrícola está muito ligada à expansão do mercado interno e da renda interna. Então, para alguns setores é fundamental, quase absoluta, a preocupação ao mesmo tempo para o agronegócio em geral e o mercado interno.

Com isso, concluo minha apresentação aqui.

**SR. DUARTE NOGUEIRA** – Quero agradecer ao SR. Flávio Boliger da Fundação Seade, pela participação e exposição do trabalho aqui apresentada e pedir que permaneça para eventuais dúvidas e indagações que possamos fazer. E dizer que o objetivo inicial do nosso Fórum, na verdade, não era sentarmos para esgotar dados, levantamentos e estatísticas, o histórico da agricultura e todo esse componente de informações. Na verdade, a Fundação Seade cumpriu e vem cumprindo um papel extremamente importante para que partíssemos, de posse destas informações, para um processo de utilização das inteligências aqui presentes, dos mais diferentes ramos do nosso setor agrícola e agroindustrial, empresarial, trabalhadores, pesquisadores, enfim, todos, para que pudéssemos então focar qual é a estratégia e o objetivo que estaremos aqui formulando para documentar e estabelecer as estratégias que o Fórum vai apresentar para a sociedade de São Paulo, para cumprir o nosso papel como agente formulador e incrementador do processo agrícola e agroindustrial deste Estado. Portanto, quero deixar a palavra em aberto para quem dela quiser fazer uso para indagar, comentar, tirar alguma dúvida do que foi apresentado ou até sugerir – se não ficou esgotado aqui neste material —, outras formas de abordagens, para que pudéssemos compilar esses dados e estabelecer o nosso foco principal do Fórum.



Tem a palavra o SR. Leví Montebelo, Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo.

**SR. LEVÍ MONTEBELO** – Estou um pouco preocupado com a apresentação e com as formas como estamos analisando.

Venho da Organização do Produtor Rural, como Presidente dos Engenheiros Agrônomos, como produtor rural naquela região Sudoeste do Estado, onde os pequenos produtores arrendatários produzem 60% do feijão do Estado. Tenho acesso a muitos números, e acho que não fechamos a questão, porque estamos altamente especializados em agronomia e informações e não conhecemos agricultura.

A sociedade está com muita informação e pouca sabedoria. Estamos, nós universitários, extremamente teorizados, sem que isso se transforme na respectiva produção necessária. Então, quando falamos em *agribusiness*, é uma coisa; quando falamos em agronegócios, ele veio para o Brasil com um enfoque exclusivamente comercial ... O conceito de *agribusiness* é um conceito muito mais social. Talvez a necessidade maior deste país neste momento é aprender a viver e agir coletivamente.

Vivo no campo e conheço, não só São Paulo como o Brasil todo, rodando de carro com produtores rurais e plantando junto.

Quando você analisa um dado do Fórum Nacional da Agricultura que foi entregue ao Presidente, pouco antes da sua reeleição, 26% da população economicamente ativa, neste país, tem sua ocupação diretamente ligada à agropecuária, não é agronegócio. Quando você diz agronegócio, 52% da população, economicamente ativa, está ligada aos agronegócios.

Quando falamos em 40% – faço algumas exposições sobre agronegócios – os números que você apresenta eu não consigo fechar muitas vezes o raciocínio. Tenho medo disso, porque fazemos análises dependentes. Aquilo que você chama aqui de agroindústria, não é agroindústria. Aquilo que V.S<sup>a</sup> chama de ocupação no

campo ou não – o motorista que vive na cidade, ele só vive do seu caminhão porque ele tem a produção. Eu sempre dizia no campo, quando estávamos na seca: “a seca não ocorre no feijão, mas no posto de gasolina da esquina, no consultório do médico”. Então, acho que a agricultura não pode ser vista exclusivamente como uma atividade comercial. Por um acaso não é somente alimento que produzimos, mas o combustível responsável pela manutenção da vida humana no planeta Terra. É muito difícil você jogar para a agricultura brasileira e para os agricultores uma responsabilidade comercial, quando que no primeiro momento que o feijão sobe de preço, dona Hebe e Sr. Jô Soares, com a figura de um crioulinho faminto, sobe na opinião e na emoção do povo brasileiro. Ninguém vai se incomodar se o preço caro era de um pára-choque de um carro ou de um carro. Temos que ver mais o social. Por isso que esse tapa que tomamos em Seattle agora, quando metidos a pretensos técnicos de competição fomos querer discutir aquilo que o mundo faz – e faz com competência – por isso que os Estados Unidos produzem 560 bilhões de toneladas – e tão mal, quem está bem somos nós – subsidiando 97 bilhões da sua agricultura no ano passado.

A agricultura é uma atividade que deve ter uma conotação coletiva. Então, não sei de que forma, dentro dos dados que trabalho. Você diz do valor de exportação da agroindústria, mas dos últimos 35 anos neste país – falo só em agropecuária, esse setor nunca foi negativo na economia nacional – nos últimos dois anos seguramos em 22 milhões de dólares. Este é meu recado, nobre Deputado Duarte Nogueira: deixarmos de ser tão técnicos e intelectuais; o homem mais humilde tem o que nos ensinar, e realmente olhar para a agricultura.

O tamanho da propriedade, pois bem, Vossa Senhoria falou de 80 hectares, é alto, mas numa questão de economia de escala como é que se compete com 80 hectares se a agricultura é subsidiada; de que forma? Vossa Senhoria falou na baixa oferta de empregos. Temos 300 milhões de pessoas buscando produtos mais biológicos e mais saudáveis. Teríamos que ter um retorno.

Apresentei isso no Congresso Brasileiro de Agronomia. E, neste momento, esta agricultura não tão sofisticada, mas mais orgânica para esse mercado de 300 milhões, é altamente capaz de absorver mão-de-obra, dando uma resposta até para a tecnologia das *commodities*.

Só queria fazer essa observação, porque não sei se contribui ou não; só estou trazendo o testemunho do homem do campo que eu vivo; e como engenheiro agrônomo estou preocupado com a nossa classe. Estamos altamente especializados em agronomia, conhecemos demais o que está acontecendo no Canadá, nos Estados Unidos, França e Alemanha. Mas poucos engenheiros agrônomos e escolas, Deputado, conhecem o que é agricultura e desconhecem, não sabem, que existe um homem chamado “do campo”. Então, temos que fechar um pouquinho todos os rumos que temos à mão, para ter uma atitude com um pouco mais de bom-senso, porque senão este homem que vem para a cidade passa a custar nove vezes mais ao Governo, porque no campo ele é mais barato. E fica muito mais caro depois combater as rebeliões da Febem, cuidando de cada menino por R\$ 2.700,00 ou dar alimentação nos presídios a R\$ 600,00 R\$ 700,00 reais por mês, por indivíduo.

Não consigo entender. É a minha vida. Agricultura, agronomia... Quando surge entusiasmo, peço que me perdoem, porque faz parte da minha vida. Mas há um equívoco muito grande quando tentamos analisar exclusivamente por números. Estatística e leis só têm valor quando o bom-senso do homem que analisa e aplica, é acrescido nesse meio, e não estamos dentro desse consenso dos técnicos brasileiros. Desculpem, e obrigado.

**SR. NEVOEIRO** – Gostaria de fazer uma colocação, bem na linha do que o colega falou. Imagino que, no presente, qualquer decisão na agricultura, na agroindústria e mesmo na política procuramos ver o que aconteceu no passado, formular informações que nos foram dadas por esse passado, no presente, e procurar projetar no futuro.

É muito importante termos essas informações numéricas, mas só essas informações numéricas. Como V. S<sup>a</sup> mesmo disse, não conduzirão absolutamente a nada se elas não se transformarem em ações concretas que se fundam em experiências do passado.

Quero dar um testemunho: em 1962, produzi 5.309 toneladas numa pequena propriedade. Comprei uma casa, um caminhão, um trator, e minha mãe e minha irmã conseguiram fazer uma viagem para a Argentina. Hoje, com 5.309 toneladas, tenho a impressão que o resultante disso não daria para comprar sequer uma bicicleta. Para onde foi transferida essa quantidade de recursos que não mais pertence à agricultura?

Quando olhamos a história do país, os grandes bancos, as grandes indústrias, o crescimento da vida urbana, ela advém da agricultura. Quando olhamos todas as simulações econômicas resultantes do crescimento do PIB do passado, dos anos anteriores, a agricultura sempre dá uma resposta extremamente razoável. Imaginava, Deputado, que deveríamos ter neste Congresso essas informações que são absolutamente essenciais, mas sobre tudo ter informações de caráter até sociológico. Alguém que viesse aqui nos dizer: há vinte anos o cidadão vivia melhor, e isso aconteceu porque houve essa cavalgar transferência de riqueza do setor agrícola para outro setor, que eu não sei dizer qual foi, mas que incontestavelmente existiu.

Esse é o detalhe; quer dizer, que deste Fórum saísse uma formulação e uma recomendação que desse um embasamento histórico que dissesse: naquele momento aconteceu isso, portanto estamos fazendo esse tipo de proposta objetivando recomendar providências que permitam àqueles que estão vivendo no meio rural ou do meio rural uma forma mais razoável de explorar o potencial que este país tem, se é por onde devamos crescer, por meio da agricultura.

Como disse o Barão de Itararé: de onde menos se espera é de onde não se vem. Acho que a única hipótese aqui é da agricultura, que realmente tem demonstrado no passado. Então, a tese é absolutamente correta, estou de acordo

com ela. Essa deveria ser a proposta, ter uma visão também sociológica de onde estávamos, de onde estamos e para onde iremos se essas coisas não forem reformuladas.

**SR. DUARTE NOGUEIRA** – Tem a palavra Sr. Carlos Monteiro, da Associação Comercial, e em seguida passo ao senhor.

**SR. CARLOS MONTEIRO** – Ordenei aqui alguns itens – não sei se vou conseguir colocar na ordem correta, mas de qualquer forma isso vem bem de encontro.

Esses dados todos são muito importantes. Se não houver uma análise mais aprofundada, não técnica, mas política, não se terá solução nenhuma.

Acho que aqui, sendo uma Casa política, na presença de dois ilustres Deputados, podemos transformar os dados em realidade.

O problema da exportação é o subsídio e a única coisa talvez importante que aconteceu em Seaton, agora, é que caiu a máscara, de objetivo não aconteceu nada. Então, quando Sr. Bill Clinton vem aqui na Rocinha, assina um cheque e entrega um donativo, ele tem que entender que o responsável pela Rocinha, é ele. A Rocinha só está ali porque não tem trabalho no campo, portanto, na hora que produz não consegue vender porque lá fora – não tenho esse dado – mas é cinco ou seis vezes o PIB brasileiro que é dado de subsídio...

**SR.** – Em 1998, países em desenvolvimento, 366 bilhões de dólares, 97 bilhões nos Estados Unidos, 142 na União Européia, 57 no Japão. Aí o produtor rural brasileiro é incompetente. Tem homem incompetente neste País, e mostrou nos últimos 10 anos, diminuindo a área em 10% e aumentando a produção em 40%.

**SR.** – É verdade.

**SR.** – Uma queda de renda brutal na agricultura; brutal, pode-se ver nas últimas décadas.

Em um passado recente, no início do Plano Real, pelo litro de leite o produtor recebia exatamente igual ao preço do litro da gasolina. Hoje o produtor de leite recebe pelo litro do leite C algo em torno de R\$ 0,25 como média e o preço da gasolina é R\$ 1,30, R\$ 1,29, e tem uma boa notícia, provavelmente vai aumentar uns 2% em março, em função desse aumento do petróleo.

**SR.** – Então, a queda de renda da agricultura é um negócio brutal. O problema da agricultura talvez seja que ela é extremamente pulverizada, principalmente nos pequenos produtores. Ela tem dificuldade de se organizar e exercer uma pressão sobre as classes que têm poder de decisão deste país.

A França, por exemplo, num passado recente, teve problema com os caminhoneiros – não que eu defenda isto – e uma organização de um setor conseguiu mostrar que ela existe. A agricultura está muito pulverizada e o agricultor está mais preocupado com a terra, com a produção do dia-a-dia, de sol a sol, tem que fazer política. Então, acho que este fórum, se conseguirmos, pelos dados e da experiência das pessoas aqui presentes, do amigo ... Sou jovem, mas sou da época que o calcário ainda não tinha juros. No início da década de 70 havia um estímulo, quando se colocava calcário na terra e aumentava a produção. Agora vão aumentar a produção para vender para quem e a que preço? E, lá na fazenda, é o Zé Cerqueiro, é o Zé do Domador, é o Zé Tirador de Leite, e quando ele vem para a cidade ele é um Zé Ninguém. Vai morar na periferia, a mulher vai trabalhar para um lado, ele vai tomar três conduções e vai trabalhar num outro e os filhos ainda vão para um outro lado. Esta charge da cidade é impossível, hoje não tem como dar escola, dar segurança. A guerrilha urbana em São Paulo é um reflexo do êxodo rural.

Tem um dado, você não mencionou, em 1970 o Brasil tinha uma população própria de um país rural; hoje essa população do país aumentou e com certeza

diminuiu os homens que trabalham no campo. Então, não é só fixar o homem no campo, a questão do subsídio é muito importante. Se não ele vai produzir e vender para quem? Os grandes mercados? Como vamos vender? Não conseguimos vender o nosso óleo para os Estados Unidos! Eles produzem óleo de milho, que é mais caro do que o nosso, e não deixam que o nosso entre.

Para concluir, esse problema da mecanização da colheita da cana vai gerar 300 mil desempregados.

**SR.** – Não é só isso, mas boa parte.

**SR.** – Mas, enfim, boa parte é um componente importante, porque se queremos fixar o homem ao campo, se queremos que ele não venha para a cidade, dar um estímulo – foi aprovado, correto ou não; ambientalista ou não – não vou entrar no mérito, mas é uma lei que a partir de 2005 vai gerar um estímulo, mas um grande desemprego. Na minha região que é Santa Eudoxia, Água Vermelha, há regiões com três, quatro usinas.

Queria dizer da validade, da grande esperança e que este Fórum transforme estes dados e estas opiniões numa só política.

**SR. DUARTE NOGUEIRA** – Tem a palavra Sr. Rubens.

**SR. RUBENS RIZEK** – Concordo com Sr. Montebelo, porque estou vendo como o senhor está conduzindo este debate, montando. Depois um grande trabalho para o relator que vai ter que juntar, harmonizar tudo e dar uma conclusão.

Minha preocupação é que tentemos controlar o resultado desse trabalho que esta comissão apresenta, para não se falar em subsídio, porque hoje essa palavra é maldita no Brasil, é feia, é pecado etc. Mas as experiências que temos e o que se vê por aí, o subsídio não é um pecado, não é um palavrão, é uma política. Então,

poderíamos preparar uma próxima reunião ou uma parte da reunião para se discutir com coragem as vantagens e as desvantagens do subsídio. As desvantagens nós sabemos. O Ministro Pedro Malan fala que todo o pessoal que tem a chave do cofre não quer saber disso porque acha que é dinheiro que vai pelo ralo. Mas se tem meia dúzia de maus agricultores que pegaram o dinheiro e foram gastar em Paris, não quer dizer que toda a classe seja assim.

**SR.** – Todos os setores têm.

**SR. RUBENS RIZEK** – Todos os setores têm. O senhor mesmo vê o BNDES falando em milhões e milhões. Hoje caiu o Cavalo aí ele diz: vou financiar os bancos estrangeiros para comprar o Banespa, e ninguém fala nesses milhões para pegar um setor que é tão importante. Porque todos os dados que o senhor mostrou nas reuniões passadas vimos a importância da agricultura, agronegócios e da agropecuária, mas é proibido falar em subsídio. Acho que temos que trabalhar aqui de mente aberta, nem que seja para não ser acatada ou jogada no lixo a conclusão do nosso trabalho aqui, de várias e várias reuniões, mas encarar esse problema. Depois dizer o seguinte: fizemos nossa parte, apresentamos no seu Fórum 2000.

**SR.** – Acho que é um trabalho que vale a pena ser feito, porque não vejo outra solução. E, pela primeira vez, ouvi uma análise sociológica, que o Sr. Montebelo fez, que realmente me impressionou bastante. Vou repetir isso por aí e vou citar a fonte também. A falta de recursos, a pobreza, a dificuldade que tem o agricultor que não pode honrar seus compromissos etc., até moldou isso; ele tem razão, a personalidade, o jeito de ser, a auto-estima das pessoas que moram na margem esquerda do rio e na margem direita do outro.

Então, isso está tão intimamente ligado com a capacidade de investimento, com os recursos, com o estímulo do incentivo, que acho que é um assunto para ser abordado aqui e fazer parte destas conclusões.



**SR. DUARTE NOGUEIRA** – Tem a palavra Sr. Antonio Kaluff.

**SR. ANTONIO KALUFF** – Primeiramente quero cumprimentar as autoridades e os senhores deputados pelo trabalho. Acho que de tudo isso que ouvimos aqui, todas as idéias convergentes, concordo plenamente com a de não se pensar em subsídio, mas em alguma coisa que possa ser feita. Realmente o problema é de suma importância, é um bem maior.

Quanto à renda da agricultura, trabalhei numa cooperativa muito grande, de laticínios. Quero dizer que este Fórum começou muito sutil no social e o econômico quase que foi deixado de lado. O econômico, na agricultura, é de longa data. Como disse o companheiro, é da época em que o calcário não pagava imposto. Não estamos longe assim não; então, os juros que são pagos pela agricultura estão encalhados, embora esteja aí alguma coisa subsidiada. Então, o subsídio já existe dentro da filosofia governamental, e isso é político. Dizer que já há o subsídio para a agricultura, não é verdade, porque em algumas coisas há o subsídio, na maioria não. Então, quando se fala no transporte, no agronegócio e *agribusiness* para mim é só tradução, porque a coisa é a mesma. A parte econômica está cheia de erros, porque produzir sem saber para quem vamos vender é muito mais complicado. No momento estamos comprando leite. As importações de leite sobem ano a ano. Então, a falta de um subsídio e de um juro mais barato ou a nossa falta de qualificação está permitindo darmos esses empregos que estamos perdendo aqui, lá fora. As importações de leite estão crescendo ano a ano, é só ver as estatísticas. Milho, vocês que são agrônomos.

**SR.** – Feijão, arroz e tudo.

**SR.** – Estamos comprando. Então, a preocupação não é para quem vender; a preocupação é de quem vamos comprar, por causa dessa falta de estrutura e desse aspecto político, e cabe aos políticos fazerem essa revolução. Não é revolução de

tiros, é revolução de momentos. Roberto Rodrigues... a Terceira Guerra Mundial já começou; é a Guerra de todos os mercados. Essa revolução, não é revolução de tiro, não é revolução de momento. (*Inaudível.*) Roberto Rodrigues ... (*Falha na gravação.*) Terceira Guerra Mundial já começou, a guerra contra os mercados e os nossos são os mais vistos pelo mundo. Não produzimos com quantidade, nem com produtividade, nem com quantidade. Estamos preocupados em exportar, quando estamos importando. Então, se quisermos troca, entramos com o social, o político, em vez de dar uma média de meia dúzia de cestas básicas e em vez de aventarmos a forma de o brasileiro se alimentar melhor com o que nós produzimos. Só de impedir a importação, acho que já estamos ganhando.

Primeiramente, quero cumprimentar a Assembléia Legislativa, que isto não fique parado aqui na Assembléia, e as conclusões deste trabalho sejam levadas por São Paulo, que vem ano a ano perdendo a sua hegemonia na produção agrícola. Se colocarmos num gráfico, apresentarmos o Estado de São Paulo dentro dos Gráficos do Brasil, veremos que São Paulo hoje, principalmente no aspecto leite, que é o que mais atua, importa quatro vezes mais do que outros Estados, fora o que vem de outros países, do que produz.

Na minha região, neste fim de semana assistimos liquidações verdadeiras de plantéis, inclusive das máquinas dos tratores dos ex-produtores. Para onde foram essas vacas e esses animais de alta produtividade? Foram para o Pará, para a Bahia, Mato Grosso e Goiás, onde os governos estaduais têm planos de financiamentos que São Paulo não tem. Embora totalmente inconstitucional e ilegal. Em relação ao consumo de leite do Distrito Federal é adotado um sistema ilegal, inconstitucional nas concorrências públicas de aquisição do leite; o que não for produzido no Distrito Federal não pode entrar na concorrência.

A lei não exige, e mais, o Estado de Goiás também não exige. É só ver na legislação de Goiás, que é ilegal, absurda lei das concorrências. Estamos dando leite de péssima qualidade. Se o Governo compra alguma coisa, para merenda escolar ou para planos sociais, da pior qualidade, porque na concorrência pública há

uma falha muito grande na busca de melhores preços, perde-se a saúde daqueles que consomem, gastando de uma Saúde que não tem mais nada para gastar também, em vez de darmos uma orientação, um arroz, feijão, um macarrão, um leite, uma manteiga de melhor qualidade. No aspecto social é realmente isso, e o êxodo não tem mais retorno. E na legislação trabalhista hoje o produtor rural já sabe da suas obrigações, o que ele não tem é uma possibilidade de sobrevivência econômica. Ele também está sendo colocado numa situação sociológica inferior. Hoje talvez o pequeno produtor receba menos do que o colono, em números reais. Então, acho que não pode parar aqui, o que mais tem no Brasil é isso que o senhor falou, tem mais estudos, só que não tem mais gaveta para colocar. Se eu puder colaborar, estarei à disposição, mas isto não pode parar aqui. O aspecto do êxodo rural, isto o que está acontecendo aí, é exatamente quando falta vontade política. Tiraria a vontade política e colocaria decisão política. É preciso que se decida tomar uma providência. Esses falatórios e discursos ... em cada grupo que vou sou o mais velho, e se eu não for o mais velho, sou um idoso. Venho ouvindo isso de tempos em tempos com a agricultura.

É um trabalho muito bom.

**SR. DUARTE NOGUEIRA** – Tem a palavra Sr. Levy Montebelo, e em seguida o Eduardo.

**SR. LEVY MONTEBELO** – Quero deixar claro e marcante a minha posição. Somos frutos de neurose e de mídia; raciocinamos por aquilo que querem que pensemos. Subsídio para mim é sinônimo de inteligência e função governamental. Se não for para o Governo arrecadar impostos e produzir qualidade de vida e reorganizar os poderes na disputa pelos mercados, vamos parar aqui.

Quando o senhor fala em subsídio, temos outras distorções culturais na sociedade. A sociedade nos confunde com proprietários, e nós agrônomos não conseguimos reverter isso, quando somos produtores geradores de emprego;

mistura a figura do coronel. Houve subsídios? Mínimos na agricultura, com relação ao que a indústria fez e com o que a Saúde faz hoje. Não quero subsídio; dê-me 80% dessa ação que o privilégio de 70% que os carros importados vão acabar com os empregos aqui. Dê 30% para os produtos agrícolas entrarem aqui que os meus produtores rurais são competitivos e vão bater no resto. Dê, por exemplo, zero de imposto, como tem em revista pornográfica, para uma cesta básica. Uma cesta de comida chega na mesa do brasileiro com 32,7% de imposto. Onde estão com a cabeça os intelectuais brasileiros, falando que existem 32 milhões de famintos? Taxamos a fome, enquanto revista pornográfica não tem imposto. Até quando seremos pseudo-intelectuais? Façamos como fazem os Estados Unidos; não quero subsídio para a agricultura.

**SR.** – Mas quando o suco de laranja entra lá é taxado em 40% ou 50%; é a mais alta taxação.

**SR. DUARTE NOGUEIRA** – U\$ 450 dólares a tonelada.

**SR.** – Não quero subsídio, só peço ao Governo e à sociedade brasileira; agricultores não são proprietários; não que eu seja contra a propriedade; defendo a propriedade, mas a propriedade se defende por si. Só estou pedindo para não estorvar e não querer que a agricultura, que construiu esta Nação, continue desse jeito. Quem precisa de subsídio não é a agricultura, é o cidadão de baixa renda; é aquele que ganha pouco e precisa ter acesso ao alimento. Só que a minha esposa que é cirurgia dentista também tem que pagar na sociedade; não sou só eu plantador de feijão. Porque eu tinha seis mil lá e se quebrou. A minha ex-mulher pegou meio quilo de feijão quando estava 50% abaixo, foi no Show do Betinho; todo o mundo bateu palmas para o Chico Buarque que cantou e eu virei o caloteiro do Banco do Brasil sem moral. Enterram um produtor rural por mês, morto,

assassinado, se suicidou de desespero, por causa da ditadura financeira implantada dentro do Banco do Brasil.

Até quando vamos contar com essa mentira? Por que os intelectuais falam? Sou completamente a favor de subsídio, porque é obrigação governamental, nunca com privilégio.

**SR.** – Não estou dizendo que não tem que ter. Temos que ser realistas; dentro da atual política econômica não há possibilidade. É um sonho que devemos continuar...

**SR.** – Ah, sim,... recurso. É uma decisão política.

**SR.** – Muito mais econômica para a sociedade.

**SR.** – Dentro dessa política introduzida não só o Brasil, mas quase todos os países do mundo. Essa história na Europa vai continuar porque não querem que haja a mudança do homem do campo que já é pouco, vai criar maiores problemas. Então, a falta de infra-estrutura está impedindo; a Europa paga caro e o Japão mais caro ainda. É uma decisão política de se manter o homem do campo, não por meio de subsídios, mas de subsistência um pouco mais digna.

**SR.** – Para o consumidor; porque a mulher dentista está pagando também.

**SR.** – Para ver que cabe uma discussão só sobre subsídio.

**SR. DUARTE NOGUEIRA** – Sem dúvida.

**SR.** – Quando não há a barreira dos U\$ 450 dólares para impedir, eles fazem a barreira sanitária. É uma forma de cortina de fumaça cujo objetivo é o mesmo, que é impedir que os produtos daqui entrem lá. Não é uma estrada de duas mãos.

**SR. DUARTE NOGUEIRA** – Na verdade o dito mundo desenvolvido reclama daquilo que poderíamos estar fazendo ou fizemos no passado de reserva de mercado para o setor secundário, o que eles fazem hoje de maneira escancarada no primário, em contraposição a uma situação que foi aquilo que foi dito aqui, uma guerra que já está instalada.

**SR.** – Antes que ele fale, acho que ele está com medo de usar esse termo subsídio, mas na minha opinião está na contramão. Quem está subsidiando hoje a fome é o produtor rural; ele está vendendo o seu patrimônio para poder ficar na terra. O subsídio está existindo, mas acho que na contramão.

**SR. DUARTE NOGUEIRA** – Tem a palavra Sr. Francisco Eduardo Pereira, das Faculdades Integradas da Cantareira e do Conselho da Juventude do Estado.

**SR. FRANCISCO EDUARDO PEREIRA** – Primeiramente queria parabenizar o trabalho das pessoas da Fundação Seade, que por mais que tenhamos estudos que não cabem mais nas gavetas, têm alguns trabalhos que impressionam realmente quando vemos, que podem orientar a nossa ação. Gostaria de parabenizar pela metodologia empregada e pelas visões que começam a apontar. Já vi muitos estudos e muitas pesquisas que realmente estão na gaveta, que apontam para políticas públicas futuras. Acho que temos poucas, e quando têm qualidade, acho que o grupo que trabalha com isso tem que reconhecer e verificar a direção correta, acho que vamos por aí. Alguns critérios poderiam ser até utilizados também para orientar alguns trabalhos. Dentro do que estamos observando aqui,

estamos discutindo um problema que no futuro não será só do Estado de São Paulo, do Brasil, mas do mundo.

Tive a oportunidade agora de fazer uma viagem, peguei meu carro para dar uma olhada no câmbio do carro. Atravessei o Estado do Paraná, de ponta a ponta, fui até o Estado do Rio Grande do Sul, entrei pelo Uruguai, fui para a Argentina e atravessei uma ponta do Paraguai. Por fim voltei por Foz do Iguaçu, Ciudad Del Este, vim pelo Paraná e entrei pelo Pontal de Paranapanema, saí em Presidente Prudente, passei na minha cidade para ver a minha sogra – foi uma viagem louca, alguns amigos falam que sou completamente maluco. Fiquei impressionado com o que está acontecendo no Estado do Paraná. Há um silêncio em relação. O Paraná chora demais, os paranaenses reclamam do que está sendo feito lá, mas a impressão que eu tenho é que há um plano no Paraná, levado pelos paulistas. Começa-se a perceber que quem está desenvolvendo a agricultura paranaense é o povo paulista; fiquei muito intrigado com a situação. Criamos aqui uma cultura e exportamos, porque o espírito bandeirante ainda está caminhando e entrando em outros Estados. Acho que o Paraná hoje é um Estado que foi a agricultura paulista, parece que o Estado desenvolveu bastante a agricultura com a experiência paulista.

Quando se entra no Rio Grande do Sul dá uma tristeza, por causa da seca. Tem aquela parte do rio, da vinícola, você vai à área de arroz antes de chegar no Chauí, já é uma situação crítica devido à seca. A impressão que dá é que o Rio Grande perdeu muito e sabemos que os gaúchos também. Saíram do Rio Grande e entraram nos outros Estados que hoje se desenvolvem, que é o Tocantins, que foi o Mato Grosso e talvez até o Pará.

Tenho a impressão e acho que aí concordando com o engenheiro Levy, que sabe da admiração que eu tenho por ele, estamos diante de um problema sociológico gravíssimo. Porque essa ligação que existe dentro do país, para a guerra fiscal estabelecida hoje, vejo que o Governo de São Paulo tentou ir até o limite, não entrar nessa guerra, mas é uma guerra de fraticida que todo o mundo vai acabar se matando. Tenho a impressão que esse aspecto sociológico é muito

importante para vermos essa ligação de uma cultura forte no Estado de São Paulo que conseguiu avançar para o Paraná e Mato Grosso, junto com os gaúchos, conseguiu juntar dentro disso uma cultura de agricultura muito forte. Então, acho que esse aspecto sociológico é importante, acho que devemos ter um pólo que tente se debruçar sobre isso.

É importante também se debruçar sobre o aspecto do subsídio, o econômico, o tributário e botar uma lupa em cima disso e trazer os institutos de pesquisas, universidades, produtores e associações para debater isso. Vemos que isso é um assunto latente — o Dr. Levy está aqui na paixão que ele tem defendendo o subsídio -, já sabemos que é um palavrão, mas na verdade sabemos que o mundo todo hoje pratica o subsídio, França, Inglaterra e Alemanha e estamos aqui. Isto que o Deputado Aldo Demarchi coloca, que o subsídio está numa situação inversa. Há um empobrecimento com transferência de renda. Foi colocado também que está acontecendo e talvez seja uma das pautas, dentro do subsídio dessa transferência, o contrato. Se há possibilidade de quantificar isso, de pegar isso em algum ponto para nos ajudar.

Quando ficamos falando sobre coisas que podem existir, uma instituição como o Seade, mesmo o pessoal da Unicamp, tem como levantar isso.

Qual é o medo?

Dentro do Fórum é que temos que ter essa preocupação, ver os itens e as abordagens de expectativa. É uma abordagem sociológica? É. Tem que chamar pessoas que sejam aptas para esclarecer, doutores em futuro. Se questão política, não levantou também? Se isso é culpa do Governo que está sendo frouxo e tal, por que está acontecendo? Por quê o Governo é frouxo? Como podemos agrupar? Não acho que o Governo seja frouxo, de forma alguma. Acho que há uma confusão generalizada nessa área, que é essa desorganização da classe produtora, dos agricultores. Trabalho na Faculdade e estamos tentando organizar alguns setores. Na verdade, é necessária uma ação da organização dos agricultores, dos produtores, para terem o poder de compra.



Como se faz isso é uma questão também que podemos debater no Fórum. Tem que chamar a questão política, essa questão é sociológica? É uma questão econômica, política, tributária, é uma questão de direito? Então, em cada área, seria interessante fazer, dentro do nosso grupo ter assuntos tratados. É sociológico? É econômico?

**SR. DUARTE NOGUEIRA** – Tem a palavra Sr. José Francisco Graziano.

**JOSÉ FRANCISCO GRAZIANO** – Queria fazer três comentários, usando um pouco essa idéia do Século 21. Sou também agrônomo e produtor e participo muito dessas reuniões, além das minhas atividades acadêmicas. Cada um acha que o seu problema é o mais importante do mundo. Tem algumas questões mais gerais, que não poderiam deixar de escapar.

Uma delas é a que esse estudo mostra, a queda de preço assustadora – viram o número, 65% da queda de preço. O que explica essa queda de preço? Há um estudo da Fundação Getúlio Vargas de que isso já vem a 30 anos; em grande parte é a presença dos países desenvolvidos subsidiando as exportações. O problema não é da Europa, que subsidia o mercado interno. Os americanos e canadenses são subsidiados na exportação, têm a maior parte dos 67 milhões de dólares para fundos de exportação; esse é o ponto. Temos regras de comércio internacional que nos permitem defender e que desde o Ministro Cabrera foram rasgadas.

O Brasil, país maior do mundo, deu esse chute para fora, depois não precisamos nos defender. Acabaram com o algodão, com o trigo, vão acabar com a nossa laranja, com a nossa soja e com as outras coisas.

Acho que essa parte das regras do comércio exterior seria importante, ao lado dos subsídios. O subsídio é uma política muito importante num país que tem nome. Não somente em defesa do que está sendo usado, como inclusive os nossos vizinhos aqui da América Latina. Só o produtor, acabaram de deixar retomar os 42%

*ad-valorem*. Não é bobagem. É um segundo elemento de preço. Estamos falando em discussão de transferências setoriais. Falamos em 8 bilhões em produtos agrícolas, 24 bilhões de produtos agroindustriais. Boa parte disso é transferência de produtos, processamos coisas que produzimos, coisa que não produzimos em São Paulo. Mas boa parte disso é o fortalecimento da agroindústria oligopolista. As relações entre agricultura e agroindústrias deterioraram-se nos últimos anos. A queda do preço da cana não acompanhou a queda do preço do açúcar e do dólar. A queda do preço da caixa de laranja não acompanhou o preço do suco de laranja; sumiu, no ano passado.

A Dreifus acabou de denunciar o maior núcleo da sua história como produtor de suco de laranja. E não vemos mais funcionando uma coisa que tinha no Estado de São Paulo, com muita força, que são as Câmaras Setoriais. Talvez fosse o caso de pedir à Secretaria da Agricultura e explicar esses mecanismos que o Estado está fazendo de regulação entre as relações da agricultura e a agroindústria. Na verdade temos o fortalecimento dos oligopólios do Estado.

O Cade é uma piada, para a agricultura tem sido na contramão. O Cade não deu o contrato padrão da laranja e deixou cada produtor de laranja negociar individualmente, como, por exemplo, com o Dreifus.

O segundo ponto que gostaria de comentar sobre o que foi falado da agroindústria é realmente espantoso também, o mercado interno no consumo da produção agroindustrial. Vivemos exaltando a exportação, mas que força temos de um país de ter 160 milhões de pessoas, que são o mercado interno desse país.

Todos os problemas decorrentes do baixo poder aquisitivo hoje é um dos grandes freios de expansão. O poder aquisitivo da nossa população não consegue consumir frutos. Então, acho que nessa agroindústria uma coisa taxativa é a afirmativa de que o emprego agroindustrial é de grandes empresas. Não podemos esquecer que a pesquisa da Fundação Seade não considera as empresas de menos de cinco empregados. Aquela empresa de fundo de quintal, a pessoa que faz queijo, não está sendo computada. Isso é uma fonte de emprego, de

complementação e agregação de renda, a indústria rural caseira, é muito importante; há cidades inteiras que vivem dessa pequena agroindústria. Nessas regiões mais pobres, nas fronteiras, pessoas comercializam banana, queijo, goiaba. Há toda uma legislação introduzida pelas Parlamates da vida, que proíbem que essas agroindústrias caseiras funcionem à luz do dia.

São todas formas clandestinas variadas, porque há toda uma legislação que coíbe isso. E essa legislação é de 20/30 anos atrás. Hoje já não há mais critérios técnicos que justifiquem essas restrições. A Faculdades de Engenharia da Unicamp tem vários estudos mostrando isso, que não há mais necessidade de se ter padrões sanitários. Esse talvez seja um campo importante em que pudéssemos atuar, uma forma de trazer também esses segmentos da regulamentação, uma série de entraves do passado que impedem o desenvolvimento de uma coisa que pode ser um futuro promissor.

Aconteceu um êxodo rural, pela não regulamentação dos espaços rurais. Essa é uma coisa interessante, porque quem regulava a zona rural era o Incra, pela Constituição, até 98, aí passou uma série de competências ao município. O município ficou circunscrito ao chamado perímetro urbano, que antigamente era uma linha imaginária, dentro da qual se poderia criar animais, por conta das pestes, febre amarela. E hoje isso serve para especulação imobiliária, para loteamento clandestino e uso indevido de áreas de mananciais etc. e toda forma de desregulamentação das zonas rurais. Minha chácara foi para as 'cucuias', não moro mais lá. Então, nas zonas rurais hoje os prefeitos não têm domínio sobre a regulamentação do solo rural. Isso traz para a cidade problemas tremendos. Problemas da construção indevida, problema do uso indevido da água; sem falar na contaminação do solo etc. Esta também é uma questão sobre a qual seria importante o Fórum se debruçar, porque como vimos é um dado surpreendente: mais da metade da população rural não se incumbe de atividade agrícola e pecuária no Estado de São Paulo. Só moram numa área em que se constrói a casa que quiser, onde quiser. Não tem controle sanitário, não tem fossa.

**SR.** – ....de manancial.

**SR.** – Vamos dizer, um código de uso do solo e de água, faz falta para um país civilizado; não podemos continuar assim.

Finalmente, acho que o terceiro e último comentário sobre o que foi colocado aqui pela organização dos produtores.

Acho que a grande diferença da nossa agricultura e dos países desenvolvidos não é a tecnologia, não é a rotatividade, é um problema da organização. Não temos uma estrutura organizadora em nenhum dos ramos importantes setoriais.

Grande parte disso se deve a uma legislação anacrônica, muito transitória antes da Constituição que é mantida desde 88 até agora, é a da representação sindical rural que patrocina.

É impossível continuar com essa reestruturação de representação que coloca o trabalhador rural e o produtor rural tudo no mesmo saco.

**SR.** – Acaba a defesa da propriedade, não da produção; produção nunca foi representada neste País.

**SR.** – Atacar nesse ponto e sugerir algumas normas de organização, quer dizer, há embriões de organização promissores, seja de ecocooperativismos, seja por associações de produtores por setor. Seria interessante trazer para dentro do Fórum essa discussão da organização política do setor. Acho que realmente o poder da agricultura deve começar por aí, com organização.

**SR. DUARTE NOGUEIRA** – Há mais alguém que deseje fazer uso da palavra?

Estamos partindo para o encerramento da nossa reunião. Antes, porém, quero registrar aqui a presença do nobre Deputado Edson Gomes, Presidente da Comissão Agricultura e Agropecuária da Assembléia Legislativa.

Vou passar a palavra ao Sr. Flávio Boliger, e acatando uma sugestão, como contribuição até do Graziano, consultar se é possível estimarmos a geração de mão-de-obra abaixo de cinco trabalhadores por unidade industrial; estimando o dado que ele traz. Isso pode ser extremamente significativo para a amostragem que foi aqui colocada.

**SR. FLÁVIO BOLIGER** – Notei outros pontos que podemos continuar com a colaboração do agrupamento. Essas estimativas são possíveis, porque a pesquisa primária que o Seade fez excluiu empresas com menos de cinco pessoas ocupadas. Então ela não cobre esse agrupamento e é importante para esses setores e também para a agroindústria. Há outras fontes e é possível estimar isso de outra forma, podemos nos empenhar nesse sentido. Há outro ponto – e aí acho que mereceria uma coisa mais aprofundada do que colocamos neste documento – é em relação a preços e subsídios a empréstimos e créditos. Acho que é possível o Seade contribuir mais nessa linha, talvez se associando com outros institutos ou universidades, no âmbito do Fórum. Estamos abertos a discutir profundamente qualquer um desses temas, documento sumário, bem direcionado à preocupação dos senhores, e o Seade está aberto para seguir essa colaboração.

**SR. DUARTE NOGUEIRA** – Acho que foi objetiva e profunda a análise feita hoje aqui, por meio da apresentação da Fundação Seade, bem como a seqüência dos debates e das colocações aqui realizadas. Há uma frase do economista e político Roberto Campos, com o qual tenho algumas divergências, em que ele diz que estatística é como biquíni, mostra muito mas não mostra as partes principais. Acho que é esse o nosso objetivo; acho que temos excelentes quantitativos e profundos dados, mas certamente estamos partindo para focar nas partes

principais, que é talvez o passo que se dá num foco da próxima reunião, atendendo até a sugestão de todos os que fizeram o uso da palavra, que é avançar numa avaliação sociológica. Contando com a Fundação Seade, para que também, ao mesmo tempo, busque esses dados de subsídio de crédito que aqui foi colocado, e daí partirmos para o objetivo do Fórum que é documentar isso e apresentar, não só à sociedade, mas aos órgãos do Governo, para que as decisões sejam tomadas, se possível, na linha do razoável que esperamos obter, enquanto êxito do nosso Fórum. Portanto, queria agradecer a presença de todos. Se eventualmente algum conselheiro não recebeu o caderno 10 do Fórum, que é o Caderno de Agricultura e Agronegócio que foi hoje aqui apresentado, farei chegar às mãos de cada um dos senhores – infelizmente só tenho aqui três disponíveis; se faltar outros quero dizer que o material integral encontra-se disponível na Internet, no *site* da Assembléia Legislativa [www.al.sp.gov.br](http://www.al.sp.gov.br), o *site* tem o ícone azul que é o do Fórum. É só clicar, tem cada um dos grupos temáticos, vai ao grupo de Agricultura e Agronegócios e baixa todo o documento integral, que é este aqui.

Vamos marcar a próxima reunião para uma quarta-feira, possivelmente daqui a três semanas, tempo possível para que possamos, junto com o relator e os colaboradores aqui do Fórum, montarmos quem viria aqui fazer essa análise, de que maneira seria feita essa análise sociológica, em seguida faremos um comunicado a cada um dos senhores.

Antes de encerrar queria consultar o relator, nobre Deputado Edson Gomes, se há mais alguma coisa para acrescentar.

**SR. ALDO DEMARCHI** – Apenas para dizer que acho que a reunião de hoje foi muito profícua, bem melhor do que as anteriores. Notamos que o pessoal começa a ficar mais descontraído, cada um realmente lavando a alma. Acho que isso é muito importante. Devo testemunhar aqui que este é o meu segundo mandato e eu estava meio decepcionado como deputado da Assembléia Legislativa, porque eu venho da região do Nevoeiro, representante dos produtores de calcário, e

presencio o definhamento desse setor, uma bacia leiteira que hoje está reduzida a nada. Uma área também das usinas de açúcar, também com dificuldade muito grande. E de repente me deparo com esse debate, com o Fórum 21, que dá a oportunidade de trazer essas pessoas que eu também me preocupo, como empresário, em debater, e quem sabe possamos ser aqui o porta-voz dos senhores junto à Secretaria e aos órgãos que definem e decidem politicamente o destino da agricultura.

Para mim ficou muito bem evidenciado aqui hoje este aspecto do subsídio e a parte social. Acho que é isso mesmo. Nosso coordenador foi muito feliz em trazer uma pessoa para na próxima reunião discutirmos nesse sentido.

A grande indagação é: por que será que os países mais desenvolvidos pagam para deixar seus homens no campo? Será que a sociedade lá não está gastando muito menos que a nossa em pagar para que o homem fique no campo; produzindo não só para o sustento deles, mas também até exportando, que é o nosso caso. Então, nobre deputado Duarte Nogueira há bastante motivo; ficamos bastante empenhados e queremos agradecer a presença dos senhores e esperamos que na próxima convocação daqui a três semanas ou um mês os senhores estejam aqui justamente para colaborar.

Pela primeira vez a Assembléia Legislativa se abre para isso e dá uma oportunidade para que possamos discutir e utilizar os seus agentes políticos para tentar minimizar esse problema da nossa agricultura.

**SR.** – Sr. Presidente, quero aproveitar para pedir desculpas pelo atraso. Hoje fui convidado pelo Governo para uma audiência e acabou atrapalhando um pouco. Mas queria endossar as palavras do nobre Deputado Aldo Demarchi. Somos do meio rural, e estou aqui também há praticamente um ano; estou agora realmente acreditando na função legislativa, com a qual já andava meio decepcionado.

Acho que agricultura é isso aí, há pessoas extremamente sérias. Quero cumprimentar o nosso Presidente Duarte Nogueira pelo trabalho extraordinário.

**SR. DUARTE NOGUEIRA** – Quero agradecer mais uma vez a presença de todos, ratificar que a próxima reunião dar-se-á em torno de uma análise sociológica mais aprofundada sobre o tema que aqui foi discutido, e desejo a todos um bom final de semana, apesar de ainda estarmos na quarta-feira; que corra tudo bem para todos nós.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.



**22.03.2000**

- Aldo Demarchi – Deputado. Relator do grupo temático Agricultura e Agronegócios
- Alberto Jones – Professor, advogado e sociólogo
- Leví Montebelo – Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo
- Dermeval –
- Francisco Eduardo Pereira – Faculdades Integradas Cantareira
- Cassiano –
- José de Fátima Soares – Representante de Mauro Alves, Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo
- Cesar Sallon –
- Ronaldo Cury – Secretário da Agricultura e Abastecimento
- Edson Gomes – Deputado

**SR. ALBERTO JONES** – (continuação) – Ou seja, como se constitui no Brasil uma coisa que é fundamental ao mundo moderno, que é a propriedade privada legítima. No Brasil isso é muito confuso. É a mãe da corrupção. É a mãe de todos os males que enfrentamos. E, infelizmente, com todo respeito aos nossos advogados, a minha esposa é advogada, também fiz Direito além de Sociologia, eles são especialistas em esconder a verdade. No Brasil há uma peculiaridade curiosa. A nossa questão é a seguinte, vamos pegar o ponto fundamental da economia moderna, que é a propriedade. Se a propriedade não está claramente estabelecida, o que é público, o que é privado, o respeito efetivo tanto à propriedade pública, quanto à propriedade privada, não há mais possibilidade de se resolver essas questões. Nesse aspecto, temos uma vantagem muito grande, pelo ponto de vista histórico, o Brasil começa a sua existência, para nós, em 1500. Então, o Brasil é um país jovem. Portanto, é fácil para a pesquisa, para quem quiser levar a sério a questão da investigação, porque ela é fundamental. No Brasil, em 1500, as terras pertenciam à Ordem de Cristo. Então, não havia dono. Tirando a Europa, que era conhecida, mundo civilizado, que tinha seus donos, os antigos senhores feudais, o resto do mundo era terra livre e desocupada. No caso do Brasil, quando Cabral aqui chega, embora o Governo Português tivesse o domínio do território, pelo acordo de Tordesilhas, na verdade, essas terras pertenciam à Ordem de Cristo. Isso significa que no primeiro momento do Brasil, as terras pertencem a Cristo, por definição, mas geridas pelo Governo de Portugal. É por isso que persiste no Direito brasileiro, hoje, não há revisão de se pagar imposto sobre a terra. O imposto que se paga é sobre os produtos da terra e o que é caro é o registro da terra. Esse registro era caro porque era uma remuneração da Coroa Portuguesa. O que acontecia? Portugal utilizava-se de uma legislação, que era o estudo sesmarial. A primeira forma de ocupação do território português era a presúria. No caso do Brasil, veio para cá o governo português e instituiu esse sistema sesmarial. Então, no caso do Brasil referente a Portugal, tratava-se de assegurar o domínio do território contra as invasões estrangeiras. Nesse modelo, portanto, o que se pretendia era a concessão

de direito real de uso junto à cláusula resolutiva. Se o sujeito não explorasse a terra como estava avençado, esse sujeito perderia a terra. Isso não era confisco, porque a terra não era doada. A terra é pública e o sujeito a está ocupando para usá-la perpetuamente. Ela era hereditária, mas o que se herda é o direito de uso. E não a propriedade. Ninguém pode alegar hoje, em nenhuma instância, e nenhum juiz tem o direito de emitir uma sentença assegurando a propriedade sobre certos tipos de sesmaria. Embora, algumas poucas sesmarias do Nordeste, como da cana-de-açúcar, do fumo. Aqui em São Paulo é bem diferente. São Paulo é o pioneiro nisso, institui a propriedade moderna. A não ser essas poucas sesmarias, que não correspondem a 0,5% do território brasileiro, que foram legalizadas, são muito poucas. Esse é um primeiro ponto. Mesmo esse sistema de sesmaria no Brasil não funciona bem. Começam as pessoas a agir de forma curiosa e que vem até hoje, e é um problema central para nós. Apesar dessa vantagem imensa, de receber gratuitamente a sesmaria, ou a capitania, que era um conceito mais amplo de administração, o que acontece nesse momento? O sujeito recebe uma concessão de direito de uso e não a propriedade. Ele pode transmitir esse direito. Quer dizer, a herança é perpétua e hereditária, mas o que se herda é o mesmo direito. O sesmeiro não podia alienar, não podia conceder e não podia vender. Ele era obrigado a explorar diretamente. O que era diferente de Portugal, que podia explorar por ele ou por terceiros. Então, esse é o período sesmarial. Quero dizer o seguinte: ninguém pode se alegar proprietário de terra do ponto de vista legítimo, com base nesse pressuposto, porque ninguém recebeu a propriedade. Mas, nessa época o que aconteceu? Não se registrava a sesmaria, não tombava para não se pagar, sequer, esse imposto. Começa aí a malandragem no Brasil. Muitas sesmarias que foram doadas, ou porque não foram exploradas ou porque não foram registradas, ficam com problemas. Então, um despacho feito por José Bonifácio, que depois D. Pedro ratifica, as sesmarias são suspensas no Brasil. Um posseiro requisitou o direito de permanecer numa posse em que ele se encontrava a mais de 20 anos. Então, ele fez um requerimento. José Bonifácio, fez o despacho, mandando que ele

permanecesse na sesmaria, na terra dele. Nesse momento, suspendeu-se a lei de sesmaria, e não se criou nenhuma legislação que permitisse a regulamentação territorial no Brasil. Logo depois vem a Independência, cai a coroa portuguesa no Brasil e ficamos sem nenhuma lei e terra. Assim, entramos na fase de 1822 até 1850, que é conhecida como Império das posses. Porque não tinha nenhuma regulamentação que dissesse como se podia adquirir terra. Começam os conflitos jurídicos no Brasil. A Constituição de 1824, que é um espelho da Constituição dos Estados Unidos, da França, institui a propriedade moderna, absoluta da terra. Assim criou-se uma expectativa. Aí se instituiu o direito moderno, mas sem a regulamentação constitucional. O que estava acontecendo nessa época? O Estado estava ficando independente. E o Brasil corria o risco de várias cisões. E isso aqui ia ficar igual a América Latina, uns 20 ou 30 países independentes. Então, o que o rei fez? Ele estabeleceu esse pressuposto. Todo mundo preferiu confiar na unidade da coroa e no direito assegurado de ser o proprietário. E, com isso, assegurou-se à estabilidade nacional. O que ocorreu em 1840? O mundo estava avançando. A Inglaterra havia saído da crise e estava em fase de recuperação. O café começava a se desenvolver aqui em São Paulo e isso tudo em cima das posses. E começa, então, o grande debate com relação à modernidade. Não só a independência já havia acontecido, mas sobretudo a questão do trabalho livre, que era fundamental para que se desenvolvesse a economia. A tese era a seguinte, desenvolver a economia agrária e, para isso, era necessário organizar a produção agrária, tornando claro o que era público e o que era privado com relação à propriedade da terra. As terras não podiam continuar sendo ocupadas espontaneamente, porque se isso acontecesse ninguém iria conseguir uma produtividade muito elevada. Era preciso que se estabelecesse o acesso livre à terra, e não como concessão do rei. Existia toda uma política muito interessante por trás disso, uma política econômica. Porque se estabelecia um preço mínimo, que era o chamado preço necessário, mas quando se tratasse de atração de mercado estrangeiro, e esse era o interesse. Era uma lei revolucionária e se tivesse funcionado, o Brasil não seria o que é hoje. Em

1850, a lei aprovada levou 10 anos, praticamente, para ser regulamentada. A lei era interessante, porque, primeiro, se estabelecia os critérios jurídicos e de política econômica; em segundo, ela não impunha nenhuma restrição. A lei permitia a legalização de toda e qualquer área. Em 1970, o presidente do Incra, ...que 50% do território brasileiro ainda estava desocupado. A lei de 1850 não foi para beneficiar os cafeicultores paulistas. Foi o inverso. Por que os cafeicultores paulistas apoiaram a lei? Por uma razão muito simples. Eles só tinham posse. E como a lei permitia a legalização da posse, evidentemente isso beneficiava a eles. Era por consequência e não por causa. E aí está o dado que os historiadores se esquecem. Minas Gerais não se opôs porque havia muita posse em Minas, e nem o Nordeste. As sesmarias em que o sujeito pagou os impostos tinham que ser revalidadas. As terras devolutas do Governo não podiam ser ocupadas sob nenhum pretexto, a não ser por compra e venda do Estado. O Império não tinha uma estrutura jurídica para viabilizar esta lei. Então, se remete isso à paróquia. Se discutiu muito se tinha ou não validade jurídica. No meu entender não tinha. Para quem alegasse possuir uma terra, que a registrasse na paróquia, e o padre cobrava as escrituras. O que aconteceu foi que o sujeito começou a fazer escrituras telegráficas e a registrar terras que nunca existiram. E o mais grave, não foram enviados para o Ministério, como se deveria, os relatórios das terras possuídas. E mandavam, por uma vez, relatórios fraudados. Então, o governo ficou de mãos amarradas. Os latifundiários da época inviabilizaram a economia brasileira e tentaram, inclusive, impedir o desenvolvimento de São Paulo. Em 1850, a lei era muito clara, e exigia que se medisse e registrasse a terra, sob pena de perdê-la. E isso também não foi feito. A lei dizia o seguinte: se o sesmeiro tivesse as suas terras ocupadas, por posseiros, primeiro se levantavam as posses. E, se sobrasse terra, aí entraria para o sesmeiro. Isso mostra que era mais negócio ser posseiro do que ser sesmeiro. Há um artigo de uma precisão jurídica e econômica absoluta, na Constituição de 1824. Se o sujeito não registrasse as terras, conforme estava na lei, no prazo estabelecido, perderia os benefícios da lei, retornando à posição de posseiro, ficando o resto

como terra devoluta. Esse artigo fechou a questão. Ou o sujeito era proprietário, ou ele era posseiro e tinha que legitimar a posse ou, então, as terras eram devolutas. Isso é importante se verificar. De lá até 1946, por incrível que pareça, o país não tem nenhuma legislação que funcione. Nada. Só se tem um decreto. Esse decreto é inconstitucional. Transforma a ocupação da terra em um casamento. A terra é sua e você mora longe. Então, vou até a sua terra, ocupo um pedaço. Chego no cartório e registro a sua terra em meu nome. Você tem um prazo de 3 meses para reclamar, se não o fizer e eu registrei, azar seu. O máximo que se pode fazer é mover uma ação de estelionato, contra quem fraudou para receber uma indenização, porque a terra já está perdida. E o mais grave, é que não se pode mover nenhuma ação judicial contra o título, mesmo que ele seja fraudado. É claro que aquele decreto foi feito para burlar pessoas que estavam trabalhando. Os senhores agora vão rir de mim. Comprei um sítio na Bahia e fui para o Exterior fazer doutorado. Perdi o sítio. Imaginem em 1870! E não tem 10 anos. Isso. Condomínio fechado, 24.600 metros quadrados. Não registrei. E como diz o cartório, quem não registra não é o dono. É importante que se faça a discussão por dois motivos. Primeiro, porque esse decreto é inconstitucional. Como se tem um decreto que revogou a Lei 601? E qual é o posseiro hoje que tem condição de enfrentar uma situação dessa? No Brasil se tem um problema gravíssimo. A Ciência Social e o Direito mostram que há uma certa diferença entre a legislação e a prática social. Como a lei de trânsito. Se faz uma lei e essa lei não pega. Tínhamos o direito da Corte e veio se instituir aqui o direito burguês. O direito burguês veio da França. Destituiu-se o rei e ninguém está acima da lei. Ninguém tem sangue azul. A lei existe, mas o sujeito resolve o problema por fora da lei. Como se pode colocar num decreto que não se pode mover ação contra o titular do registro, mesmo que ele seja fraudulento? Isso foi em 1890. Em 1891 o império se enfraqueceu e veio a república. Cada Estado passa a dominar as suas terras. A União fica com o mínimo de área. Por exemplo, o caso do Pará é um caso gravíssimo. Há uma tripla legislação. Elaborou-se uma lei em 1912. Teoricamente pega-se o *caput* da lei e se refere ao Acre, ao negócio de seringa. Estava

começando a crise da borracha. Essa legislação tem um plano lindíssimo, que foi um plano que todos os militares fundaram na Amazônia, com ferrovias, extensão rural etc. É um plano de desenvolvimento da Amazônia, que integrava o Acre, a Amazônia até Minas Gerais. Mas, ao mesmo tempo, é entendido como que se aplicasse a todo o país em termos de regulamentação fundiária. Então, há uma confusão. E depois de um ano ela foi revogada, e a regulamentação futura foi em 1946. A outra que vai aparecer é o Estatuto da Terra, que é uma lei interessante. É a segunda lei de terra do Brasil. Ela tem o privilégio de colocar na mão do Governo militar, que é forte, a possibilidade de se organizar a estrutura agrária. Só que veio a euforia economicista, que privilegia as políticas agrícolas e procura artifícios para evitar a reforma agrária. E aí foi o único erro dessa legislação, porque o Estatuto da Terra não continha nenhum projeto de reforma agrária. É uma lei de desenvolvimento agrário. Esse é um problema. Em 1933, o General Castelo Branco disse, que o Estatuto era mais uma lei de desenvolvimento rural do que de reforma agrária. Em nome daquela confusão, pois estávamos no auge da Guerra Fria, se subverteu completamente o Estatuto da Terra. O Incra elaborou umas regulamentações e portarias para alienar terras públicas. Não sei se os senhores já tiveram a oportunidade de olhar isso, mas é uma coisa impressionante. Primeiro, isso representa a exorbitância do poder. Quer dizer, um burocrata do Incra elabora uma norma para dar terras para os amigos, para facilitar o acesso à terra. A primeira dela, falarei rápido e não vou ler, é a legitimação da posse. Só que restringe. Porque a Constituição brasileira garante a posse até 100 hectares. Mas, aqui cria uma legitimação de posse, que era essa, mas sujeita à legitimação de posse primeiro às condições antigas. Habitação, residência e tal. Porque se matavam os posseiros, para se descaracterizar a posse. Até índio correu. É bem verdade que a diretriz para a reforma agrária para o Estatuto da Terra é o seguinte: é preciso acabar com o latifúndio. E aí há uma discussão interessante, porque existem as malandragens no Brasil. Tínhamos problemas com o regime agrário. Tanto o minifúndio como o latifúndio são os responsáveis. Tem-se um política econômica que é a seguinte:

para acabar com a pobreza no Brasil é preciso desenvolver o emprego. Criar emprego. Mas, para criar empregos, é preciso criar empresas, de onde vem o problema. Para se criar empresas precisa-se ter tantos hectares. A idéia era a seguinte: com a lei se vê claramente os critérios, a discriminação. Então, diz o seguinte, o minifúndio, por definição, é impossível, porque ele não tem condição endógena, não comporta investimento. Hoje temos tecnologia em que se pode aumentar a produção.

**SR. PRESIDENTE** – Peço para que nossos conselheiros reservem as baterias da polêmica, para que, no término da palestra do professor, possamos, esquentar nosso debate.

**SR. ALBERTO JONES** – Temos que discutir isso não de uma maneira ideológica. Do ponto de vista técnico e científico, o tamanho da área, cada vez menos, interfere na produtividade. Mas, no Estatuto da Terra o que acontece é o contrário. Não há razão técnica e nem científica para se aumentar. Uma empresa com 700.000 hectares é um absurdo! A corrupção está aí. Se o minifúndio não tem condições endógenas para investir capital, o latifúndio já não tem esse problema. Ou seja, poderia se apoiar com mais rigor o latifúndio, com tanto que ele se transformasse em empresa rural. No Brasil, assim como em Portugal, não há tradição sobre a terra. É difícil mexer em algo que é cultural. Discordo do Governo, porque o imposto territorial não pode ser progressivo, tem que ser regressivo. Temos uma tradição pré-capitalista, de favores. No caso do Estatuto da Terra, tem-se esse problema. Fica muito claro que a idéia era essa. Vejam como surge a corrupção de uma maneira fantástica. Como se abrir a perspectiva das culturas agrárias, tudo isso é subordinado ao Incra. Então, agregava-se à terra os subsídios de aprovar o seu projeto. Se 10% dos investimentos da Amazônia fossem feitos, a Amazônia realmente seria o celeiro do mundo hoje. E não o é. Então, tem os critérios de Titulação de Terras Públicas. Passar para a iniciativa privada as terras



públicas. Aparentemente, é ótimo, perfeito. Só que restringe a ocupação. De qualquer maneira, isso, por pior que seja, estabelece um critério que é importante. Por exemplo, quando vemos um juiz dar a reintegração de posse para 300.000 hectares, se vê que isso conflita com a Constituição, com a lei, conflita com tudo. Porque não se tem posse desse tamanho. A Constituição estabelece, no máximo, posse de até 100 hectares. Esta é uma delas. A segunda modalidade o Estatuto chama de Alienação com dispensa de licitação. Por quê com dispensa de licitação uma alienação de terras públicas? Isso é óbvio que contraria o bom direito num país democrático. Mas, tem uma mais importante e vou ler o teor. Concessão com dispensa de licitação: “Destina-se à pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado, detentores de áreas transcritas no Registro Imobiliário, com vícios insanáveis, cuja cadeia dominial tenha sido iniciada em 28 de junho de 1966. Isso é absolutamente inconstitucional!” Isso é do Incra. É uma coisa incrível. Só faltou dizer para quem que era. A explicação do Incra para essa loucura foi garantir os pioneiros. Pioneiro em 1966!? Isto é uma outra loucura. E aqui tem, alienação com licença e direito de preferência. É incrível! É inacreditável! Isso aqui fere o Direito Administrativo, a isonomia. Isso fere o Direito. Fora da lei, é a lei do mais forte. Se você é proprietário legítimo da terra, a terra é sua. Agora, se a terra não é sua, paciência. O Incra, segundo os meus cálculos, em 1980 e poucos, ainda não tinha o censo, eu calculei de diferença, 115 milhões. Depois o Incra admitiu que são 118 milhões. O que acontece é que agora, em dezembro, em cima desse trabalho aqui e da minha tese, que foi para o Ministro da Reforma Agrária, em dezembro, ele aplicou *ipsis literis* um texto que enviei. Essas recomendações estão nas últimas páginas. O Ministério, em seu cadastro disse que estão sob suspeita 100 milhões de hectares. Há indícios fortíssimos que foram terras fraudadas e se foram alienadas dessa forma, é ilegal. O sujeito estava pegando as terras de graça, porque esse que era o problema. Naquela época, o Brasil passou da 84ª para a 8ª economia do mundo. Foi um crescimento econômico significativo, importante. Como que numa economia dinâmica como aquela, o sujeito vai comprar um terreno em Roraima? Na

Amazônia? Tinha outros investimentos melhores. Não tinha? Um empresário vai pegar um capital relevante para comprar um terreno na Amazônia, em Roraima, para deixar o dinheiro parado, podendo aplicar em outras alternativas econômicas que tinha na época? O que acontecia? O sujeito pegava a terra, montava um projeto e em duas semanas entrava na Sudam, no Banco do Brasil e pegava milhões. Isso aconteceu no Maranhão e vou citar o nome porque está na CPI, aconteceu com o Grupo Sarney, que em 15 dias ficaram ricos. Compraram as terras em preço vil, reavaliaram as terras, montaram uma empresa e foram no Banco do Nordeste e arrancaram de lá uma fortuna. Se esses projetos da Amazônia, e foram bilhões, tivessem sido feitos, a Amazônia não estaria como está.

**SR. PRESIDENTE** – Por uma questão de tempo, a intenção da nossa reunião, como as anteriores, é para se encerrar por volta das 12 horas. Ressalto a importância da análise histórica, do processo agrário, feita pelo professor Alberto Jones, mas queria sugerir que avançássemos, concentrando na questão de São Paulo. É claro que a questão agrícola, o processo do agronegócio, nos tempos de hoje, na modernização, implicam numa visão importante que deve ser feita, histórica e sistêmica, em termos brasileiros. Porém, gostaria que concentrássemos a nossa ação no foco paulista, que é o nosso desafio. O Fórum, inclusive, por definição dos próprios conselheiros, orienta depositarmos o nosso tempo e as nossas energias num levantamento de informações, de resultados e de análises, para apontarmos alternativas e soluções. Esse é o intuito do nosso debate e das nossas reuniões.

*(Inaudível.)*

**SR. PRESIDENTE** – Abrirei a palavra para os senhores conselheiros. Passarei a palavra para SR. Alberto Levy, ao Sr. Francisco e, logo em seguida, ao Sr Cassiano.

**SR. LEVY** – Trabalhei com arrendatário de terras, no sudoeste do Estado de São Paulo. Produzimos 60% do feijão do Estado de São Paulo, com a melhor tecnologia existente no mundo. Sou engenheiro agrônomo, também fui arrendatário de terra. Plantei a vida toda como arrendatário e hoje tenho uma pequena propriedade em Tocantins, que não consigo tocar porque é inviável economicamente. Nós, engenheiros agrônomos, e a sociedade brasileira, estamos presos naqueles problemas do passado. Antes de se discutir produção, devemos mostrar à sociedade que os agronegócios—, 40% do BIP brasileiro, 52% dos empregos e que subsidia esse país há 37 anos—, não dão prejuízo na balança comercial desse País. A propriedade se defende pela produção. Nós, engenheiros agrônomos, estamos errados, porque vendemos isso para a sociedade. Passa a ser um processo cultural na sociedade. Nós, engenheiros agrônomos conhecemos agronomia demais, mas não conhecemos a agricultura brasileira. Então, temos que falar em produção, que é a lição maior da globalização. Temos que aprender a viver coletivamente. O maior setor da economia nacional é a agropecuária. E esse País só sai da crise e se insere no primeiro mundo se o presidente parar de falar que a Argentina é agronegócio e o Brasil não. O Brasil é só agronegócio. Este País necessita, nesse momento, que esqueçamos capital/trabalho, esquerda/direita, patrão/empregado. Trabalho como arrendatário, e estou em São Paulo de terno e gravata, sem ter nada com isso, morto de vontade de voltar para o campo e ser produtor rural. E com a questão da área e produção, essa conversa de mini, pequeno, médio e grande, no moderno temos que encerrar que o princípio do erro não está na quantificação, mas na velação do princípio. Precisamos aprender a viver, a agir coletivamente. Deputado Nogueira, estou tentando mostrar à sociedade que todas as agruras cometidas pelo feudalismo, pelo capitalismo, pelas sesmarias, têm que ser deixadas no passado e mostrar que fazendeiro, que até pode ser grileiro de terra, é antes de tudo, alguém que gera emprego, trabalho, riqueza e viabiliza essa nação. E é assim que a sociedade brasileira tem que ver.

**SR. DERMEVAL** – Gostaria de colocar um assunto para debate de todos nós e que me parece essencial, é que viéssemos a ter uma visão histórica do que aconteceu com a propriedade. Apenas acho que ela não é suficiente para que possamos entender especificamente o que aconteceu com a agricultura brasileira. Parece-me que em função dessas informações, e quero cumprimentar o professor, extremamente brilhantes, podemos dizer que essa indefinição do que é e não é propriedade, do que é posse, do que é domínio, fez com que, em determinados momentos, algumas regiões específicas do nosso Estado se desenvolvessem e outras não. Nas que não se desenvolveram, realmente, a propriedade ainda não está adequadamente definida. É o caso do Vale do Ribeira, do Pontal do Paranapanema. Esse é o ponto fulcral da questão. E, ao mesmo tempo, é aquilo que coloquei na última reunião, só quero entender o que aconteceu. Até citei um exemplo, pessoal como produtor de cana, que com cinco mil e trezentas toneladas, consegui ter um determinado padrão de vida e comprar uma série de coisas e que hoje não daria para comprar nem uma bicicleta. Queria saber quem é que ficou com essa parte do dinheiro da agricultura? Porque o grande problema hoje não é a terra. A terra é a coisa menos importante, por incrível que pareça. O mais difícil é o financiamento, o trator, é a comercialização, é a intermediação, é chegar ao ponto-de-venda. Esses são os detalhes que deveriam ser discutidos do ponto de vista prático. Tive uma experiência numa fazenda que vendi há uns tempos, em que montei um laticínio, mas não consegui vender nos supermercados. Por quê? Porque para entregar 300 quilos de queijo, tenho que ficar atrás da fila de um cara que entrega 3000 toneladas. Então, é inviável. Como é que isso pode ser resolvido? Como garantir uma perspectiva de comercialização mais razoável? E sabemos o seguinte, onde, realmente, a propriedade não estava bem definida, e sua palestra foi importante, o Estado não se desenvolveu. Leia-se Vale do Ribeira e Pontal do Paranapanema. Sabemos que isso é parte do problema. Por que aconteceu a degradação da renda do setor rural nesses últimos 20/30 anos? E quem ficou com essa fatia? E, com certeza, não são os agricultores.

**SR.** – É uma loucura essa versão da sociedade contra essa imagem criada, de que somos privilegiados. Quando, na realidade, confunde-se a imagem de propriedade com produção. Eu volto a reafirmar.

**SR. PRESIDENTE** – Passo a palavra ao Sr. Francisco Eduardo Pereira, das Faculdades Integradas Cantareira.

**SR. FRANCISCO EDUARDO PEREIRA** – Primeiro, gostaria de parabenizar o Fórum. O grande problema da terra hoje é o que a gente herda, que é o problema da ideologia. Se coloca um problema de esquerda e de direita, temos hoje terra improdutiva e uma dificuldade grande para entendermos esses problemas. Porque, no fundo, queremos saber o que aconteceu com a agricultura? Onde foi parar a renda? Acho que sua contribuição, Dr. Alberto, foi muito boa de fazermos no Fórum um levantamento da propriedade rural. Esse levantamento foi um colosso! Agora, precisamos fazer um levantamento de São Paulo, porque, a terra precisa ser regulamentada, o seu tamanho. Precisa ter um foco em cima disso. Uma propriedade improdutiva, seja ela pequena ou grande, não pode ficar na mão de seu proprietário, porque ele não tem vocação para isso. O importante é colocarmos os critérios técnicos e científicos em cima disso e, a partir daí, vermos qual a melhor forma que temos para não só legislar a propriedade da terra mas, também, garantir o desenvolvimento, a relação de trabalho, de renda.

**SR. PRESIDENTE** – Passo a palavra, em seguida, ao Dr. José Cassiano Gomes dos Reis Júnior, que é presidente da Associação Brasileira de Criadores.

*(Inaudível.)*

**SR. CASSIANO** – ... *(Inaudível.)*

**SR. PRESIDENTE** – Só quero fazer um pedido ao Dr. Cassiano, que fale ao microfone, para que possamos gravar.

**SR. CASSIANO** – Se abriu uma concorrência, uma inscrição para técnicos agrícolas, profissionais de agricultura, e houve uma repercussão muito grande. Muitos amigos meus conseguiram receber uma área no País, no Centro-Oeste, no Norte, feito pelo Incra. Concordo plenamente com o nosso amigo Demerval, quando diz que colocada essa parte histórica, que foi muito produtiva, muito boa, temos exatamente que discutir o que está acontecendo. E, nesse ponto, quando ele falou de crédito, quando ele disse, “fazendo a análise da terra, que se partiu para o desenvolvimentismo”, pela conotação não teria sido uma coisa muito boa. Acho o seguinte, hoje está na moda de se falar mal das políticas anteriores de crédito rural e de subsídios que se davam à agricultura. Morei no Paraná praticamente de 1960 a 1990. Trinta anos. E o Paraná, que é hoje um exemplo em matéria de agricultura, foi aberto com subsídio, com financiamento rural subsidiado. E hoje, por incrível que pareça, todo o mundo faz, e estamos todos contra o mundo, achando que o produtor não pode ser subsidiado. Cumprimento o professor pela sua palestra. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE** – Passo a palavra agora ao Sr. José de Fátima Soares, que nessa oportunidade representa o nosso companheiro Mauro Alves, que é o Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo.

**SR. JOSÉ** – Bom-dia a todos. Para mim é muito gratificante estar aqui debatendo com os Senhores. Têm alguns pontos que não poderíamos deixar de citar, especialmente para o Estado de São Paulo. O professor falou muito bem. Aquilo que ele colocou vem de encontro à realidade paulista. Para nós, da

Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo, temos observado que muitas coisas vêm acontecendo e nem o Governo do Estado e nem o Governo Federal têm feito nada para resolver a situação. Então, vamos pegar a região de Ribeirão Preto, por exemplo. Recentemente, tivemos numa empresa, Agrícola Moreno, ou hoje chamada Central Energética Moreno, que para o Secretário da Agricultura chegar até aquela empresa, ele cortou dois pneus do seu veículo, porque não tinha estrada para transportar os produtos daquela região, que é açúcar e álcool. Por coincidência, o secretário adjunto, é cunhado de um dos donos da usina. Ele teve o desprazer de presenciar um caminhão da empresa do cunhado que, ao transportar, caiu num buraco e despejou o açúcar na estrada. Então, como é que vamos ter agricultura moderna se o Governo não consegue fazer estrada nem mesmo onde o secretário vai visitar? Hoje para se ir de Luís Antônio a Pradópolis, que dá em torno de 50 quilômetros, deve demorar em torno de uma hora e meia. Isso de carro ou de caminhão. Não tem mais estrada. A aquisição de terra, hoje em São Paulo, para nós é difícil. Nós, trabalhadores da área da cana e da laranja, principalmente, tivemos um processo em que as empresas empregavam o nosso pessoal. Trabalhávamos, ganhávamos bem, até os anos 80. Nós conseguíamos fazer as nossas casas, tínhamos um carro para andar. Hoje as usinas, lamentavelmente, quando ganharam dinheiro, subsidiadas pelo Governo, compraram máquinas modernas e mandaram o homem do campo para ser mais um na fila dos desempregados. Temos engenheiros agrônomos desempregados na região, e não é por falta de capacidade, mas de mercado. A máquina substituiu o homem sem uma discussão. Fiz parte de uma empresa de sete mil trabalhadores. Era a Moto Serena Agrícola, que em 83 foi a maior produtora de cana da América Latina, com 1898 toneladas de cana, publicado na *Folha de São Paulo*, pelo então deputado federal Sr. Eduardo Suplicy. De repente, essa empresa que tinha mais de sete mil empregados, hoje não passa de dois mil empregados. Sendo 86% da cana dessa empresa mecanizada. E querem chegar até 95% no ano que vem. Não se trata de esquerda ou direita e, sim, de assalariados. Há dois anos me tornei um

pequeno agricultor no município de Monte Santo, até porque sou de Minas, do Vale do Jequitinhonha, vim de lá criança. Cortei cana por dezoito anos. Conheço bem a realidade da cana, da laranja. Só para encerrar, quero dizer que precisamos de propostas, precisamos ter incentivos à agricultura, ao pequeno e ao médio. Porque o grande, este já está bem servido. Já teve os seus subsídios e não souberam aproveitar no passado. Hoje o Governo tem que incentivar o pequeno e o médio agricultor e incentivar não é apenas dar terra. É desenvolver tecnologia para que ele possa produzir e conservar, pelo menos, as estradas que já existem, e assim transportar o produto produzido. Porque não adianta nada eu produzir e não ter como escoar o produto.

**SR.** – Só dando um aparte no que ele falou. O problema do corte de cana mecanizado. O corte de cana mecanizado em São Paulo começou por quê? Começou com aquele problema de proibição de queimar cana. Os ecologistas, os promotores que levantaram esse assunto, acredito que de boa-fé, com boa intenção, mas o fato é que provocaram um efeito muito pior, muito maior do que o benefício que causaram. Então, hoje, esse problema, não digo que não tivesse a mecanização, mas o fato, o que deu o *start* para a mecanização de cana foi a proibição de coloca fogo no canavial.

**SR. JOSÉ** – Permita-me um aparte. O responsável por tudo isso foi o então Governador Orestes Quércia, que baixou aquele decreto de um quilômetro em volta da cidade, em virtude da longa estiagem do ano de 1988. Depois, quando veio o Governo Fleury, comprometeu-se em revogar o decreto e que nada fez, e deu seqüência. E, como se não bastasse tudo isso, o Governador Mário Covas deu oito anos para usinas e destilarias pararem com a queimada e quinze anos para os fornecedores. Bom lembrar um estudo feito pelo Sr. Leontino Balbo, o arroz é nove vezes mais poluente do que a cana.



**SR. PRESIDENTE** – Com a palavra o Sr. Cesar Sallon.

**SR. CESAR** – Queria parabenizar o professor pela excelente palestra e todos.

**SR. PRESIDENTE** – O representante do Sr. Secretário da Agricultura e Abastecimento, SR. Ronaldo Cury.

**SR. RONALDO CURY** – Gostaria apenas de parabenizar os dois deputados pela escolha desse brilhante palestrante. Só isso.

**SR. PRESIDENTE** – Com a palavra o Sr. Levy.

**SR. LEVY** – Ainda hoje convivo muito com o Sr. Valdomiro. Mexo com arrendatários de terra. Se o senhor disse que viveu na cana, eu saí de Piracicaba porque, pessoalmente, não gosto da cana e não é nada contra a atividade. Mas, se você tivesse hoje, de vinte a trinta hectares plantando feijão, quando o senhor estava empregado, o senhor disse que podia fazer uma casa. E se eu tiver hoje, dez, vinte, trinta hectares cultivando feijão, o senhor estaria humilhado, devendo para o Banco. A indústria também, e nós nunca vamos evitar, nesse mundo globalizado e competitivo, a questão da mecanização das coisas. O industrial não vai, pura e simplesmente, abrir uma instituição de caridade. Temos que viver e agir coletivamente. Temos 300 milhões de pessoas na Europa dispostas a pagar por produtos com selo verde. O Brasil é grande. Tem lugar para a cana industrializada, para a laranja industrializada. A questão é, talvez, desenvolvermos nessas pequenas propriedades, atividades produzindo os produtos orgânicos para essas pessoas. Agora, não podemos, e quando fiz esse pronunciamento o Congresso Brasileiro de Agronomia não me entendeu. Na natureza nada se cria, nada se perde. Tudo se transforma. Não é pegar as variedades que estão aí hoje, altamente

dependentes de insumos e defensivos. Mas, fazemos um retrocesso, um retorno ao Banco de germoplasma, buscando variedades mais resistentes, para desenvolver nessas atividades de pequenas propriedades esta produção de produtos orgânicos, que vai ter maior utilização de mão-de-obra, ao contrário da agricultura mecanizada. Isso nos dá o privilégio de termos um contra ponto de, mesmo no momento de avanço, sermos altamente utilizadores de mão-de-obra. Quando se diz que uma pequena propriedade produziu isso, ou faz isso ou faz aquilo. Mas, em que condições? Temos que parar com o falso intelectualismo. Subsídio é obrigação governamental. O Governo cobra imposto para produzir qualidade de vida, saúde, educação e segurança. E realocar o dinheiro, gerando equilíbrio na sociedade. Se o Governo não estiver função de subsidiar não tem pelo que existir. Se os países desenvolvidos, este ano investiram 360 bilhões de dólares com subsídio à agricultura, porque eles são burros? O subsídio é inteligente. Um homem morando no campo, custa 9 vezes menos do que um homem morando na cidade, na favela. É muito mais simples subsidiar para que ele continue no campo, produzindo arroz, feijão, tomate, batata, café, do que no outro dia, por esta competição dos intelectuais, este homem vir para a cidade, morar na favela. Este homem parou de produzir arroz, feijão, batata, tomate, e passa a produzir prostituta, trombadinha, traficante. Um homem no presídio custa R\$ 600,00 por mês e um menino na Febem custa R\$ 2.700,00. Então, isso é por falta de inteligência. É deixar de ser humilde, de saber que se você não teve uma escola superior, como eu tive, isso não faz você diferente de mim. E pelo fato de eu ter informações na cabeça, não quer dizer que aprendi a raciocinar. Você pode ser bem mais inteligente do que eu. Tem muitas pessoas com muita informação na cabeça, mas é igual a ter dez carros na garagem e não saber dirigir. Não sabe processar, não sabe usar. Temos que aprender a viver coletivamente, agindo coletivamente. Sem falsos intelectualismos. USP e Unicamp, que custam caro para a sociedade, têm que estar presentes junto à sociedade brasileira.

**SR. PRESIDENTE** – Devolvo a palavra ao senhor palestrante.

**SR.** – Primeira coisa que acho importante, nessa questão não podemos generalizar nada. Concordo com o senhor que tem muitos PHDs que se não mostrarem o título, não acreditamos. Humildemente, digo que não é o meu caso. Antes de ser professor, trabalhei 25 anos na FAO, no Banco Mundial, no Exterior. Trabalhamos o campo. Acho que houve um problema pequeno aqui. O tempo ficou curto e gostaria, com a minha palestra, mostrar uma coisa primeiro. Este é o centro do meu objetivo. Mostrar que essas indenizações que o Governo tem feito, que não são dos produtores, são terras especulativas, estão retirando dinheiro que poderia estar sendo para produção, pesquisa, extensão rural, crédito. Porque é uma coisa óbvia. Não se desapropria quem não é proprietário. E se o cara não é proprietário, ele não vai ser desapropriado, e muito menos indenizado por algo que não lhe pertence. Então, o Governo até radicalizou mais que eu, por estar cobrando os atrasados. Coisa que ninguém paga. Então, o centro é isso. Mostrar que um dos problemas maiores que temos é esse. Porque tem muita terra que foi ocupada para fins especulativos, que geraram uma dívida muito grande e que inviabilizou o Governo. Isso aconteceu com as terras, com o INSS. São pessoas que não têm compromisso com a produção, não são, com certeza, empresários, não são certamente produtores. Como só fiz a parte histórica, pode parecer que estou numa posição de esquerda, contra. Não foi isso. Estou mostrando os fatos. Então, o centro foi esse. Mostrar que tem esse problema e que vem de longe. Que vem da ilegalidade. E na ilegalidade empresário nenhum sobrevive. O povo vira bandido e o empresário quebra. É necessário que a lei funcione para que a empresa funcione. Sem ter que se pagar propina. É melhor pagar imposto do que pagar propina. E, no Brasil, há uma barbárie do ponto de vista da legislação. A lei não funciona. O judiciário não funciona. Funciona para prender pobre, para encher as delegacias e, aí, temos que pagar uma fortuna para sustentarmos. Se ficarmos com a economia na abstração, não iremos para lado nenhum. Porque a economia acontece na

realidade. Então, o objetivo da palestra foi esse. Mostrar esse problema gravíssimo. Primeiro, porque ele evita que o Governo gaste dinheiro com desapropriação de salafreiros e que coloque esse dinheiro para quem produz. Segundo, que viabiliza, em terras públicas, a reforma agrária. Portanto, evitando esses custos com a marginalidade, que são muito altos. Aqui, no Brasil, não tivemos uma agricultura familiar, eu daria uma sustentação e um alívio muito grande para a agricultura industrial. Então, uma reforma agrária, agora, significa isso. Primeiro, abaixar os custos das indenizações. Esse custo que está aí, é um custo que não existe. Estou me referindo aos proprietários ilegítimos. Não estou falando se produz ou não. Se o sujeito não produz, o Governo tem que multar, taxar. Tem que induzir o sujeito a produzir. O problema é essa reforma imensa. São 118 milhões de hectares que ficam com o Incra, terras roubadas do país, em prejuízo da nação. É um roubo muito grande. Então, esse era o objetivo, mostra que a questão agrária é importante, porque ela abaixa o custo das desapropriações e, portanto, sobra dinheiro para o Governo subsidiar. Agora, voltarei à questão técnica do subsídio.

**SR.** – Depois entraremos na questão dos precatórios, que sempre foram um problema grave. Gostaria de propor ao senhor Presidente, para debatê-lo dentro do Fórum. Já que está se falando da legalidade de terras, de subsídios. Precatórios, item interessante para debater.

**SR.** – O outro aspecto é o seguinte: a agricultura tem um problema intrínseco, um problema de natureza. Enquanto na indústria você pode fazer *n* contatos, substituir equipamentos, proteger contra as intempéries da natureza, e, portanto, a produtividade depende do investimento, na agricultura, por mais que você invista, você não consegue o mesmo tipo de trabalho. O que se pode fazer, por exemplo, num rebanho? Pode-se aumentar o índice de fertilidade. Mas, uma vez inseminada a vaca, tem que se guardar aquele tempo. Aí, não se agrega valor. Vão se levar nove meses sem se agregar valor. Então, isso significa, só para ficar nesse

exemplo, que, necessariamente, o custo na agricultura é mais elevado que na indústria. Por isso que, realmente, a agricultura tem que ser subsidiada. Não é favor. Essa é uma questão de realismo.

**SR.** – Quando a indústria tem um produto em alta, não é motivo de alarme nenhum. Se aparece um feijão, estourado o seu preço na televisão e uma criança, ao lado, faminta, toda e qualquer televisão vai falar. O alimento é o combustível indispensável pela manutenção da vida humana no planeta Terra. Somos seres heterótrofos, dependentes dos seres autótrofos. Quem precisa de subsídio não é a agricultura. Quem precisa de subsídio é o cidadão de baixa renda que não ganha para poder ter acesso aos alimentos. Se o subsídio não é para a agricultura e, sim, para o cidadão, a minha esposa, que é dentista, também precisa pagar. Então, há uma contramão da história. Quem está subsidiando alimentação barata para o povo somos nós. Não posso desmatar a minha fazenda. Já a minha mulher com duas máquinas de Raios-X pode irradiar uma vizinhança inteirinha. Eu compro uma propriedade e 50% tem que ficar parada! O conceito “ar que se respira” que eu preservei, não é também para o filho do médico na cidade? É viver coletivamente, agindo coletivamente. O subsídio não é para a agricultura. O subsídio é para o cidadão de baixa renda poder ter acesso à agricultura. Hoje, no Brasil, quem dá alimento barato, me desculpem, sou eu. Só que os meus amigos viraram inadimplentes.

**SR.** – Veja bem, essa é uma discussão mais ideológica. Estou mostrando a coisa como tem que ser, porque, assim, se convence o sujeito. Tem que ser por uma questão muito simples; se quero dobrar a minha produtividade na indústria, o que faço? Invisto em equipamento, em instalações, transporte, terceirizo e resolvo o problema. Na agricultura, cheguei na variedade X, que vai encurtar o tempo de colheita e a resistência à praga, para isso tenho que esperar 2 ou 3 meses. Devo desempregar os bóias-frias, porque é um trabalho eventual para se reduzir os

custos. Então, essa é uma questão de realidade. Por isso que o capital sai da agricultura e vai para a indústria. E agora está indo para a propriedade biotecnológica, para o investimento de ponta. Então, só para ficar mais claro, com a parte histórica, tentei mostrar a realidade da substância objetiva para entendermos o prejuízo que esses especuladores e privilegiados nos causam, e não são os agricultores. Infelizmente está havendo, uma articulação muito grave entre o crime organizado internacional com todas as políticas econômicas mundiais. Vejam, uma sentença que mandou pagar uma indenização de 68 bilhões a uma serraria do Amazonas. Está a discussão na CPI. É algo que não dá para se acreditar. Quem faz corrupção na passa recibo. Este é um problema sério. Isto mostra que há uma articulação e isso já está na literatura. Então, a idéia é, primeiro ponto, evitar a desapropriação que não é devida, e, assim, sobra dinheiro para quem precisa produzir. Porque o sujeito que, de boa-fé, comprou uma terra roubada. Como é que fica? A lei diz que se você está produzindo, a terra é sua. E acabou. Agora, se comprou uma terra roubada e não está produzindo, aí surge o problema. Então, há artifícios legais a serem feitos. Quando não se faz é suspeito. O Governo deve levantar recursos para subsidiar a agricultura. É fundamental que se crie infra-estruturas para isso. E o Brasil é um país privilegiado em vários sentidos. Possui terras férteis e disponíveis, públicas para se fazer isso. A reforma agrária não é favor. Não é um ato de humanidade. É um ato de necessidade econômica. Porque se o povo começa a plantar, mesmo que seja plantar para comer, já evita que ele roube na rua para comer. A pior reforma agrária do mundo, se fizer no Brasil, dá certo. E queremos uma reforma agrária decente. Marx dizia que o pequeno agricultor só entra no mercado porque ele é miserável. Ele é tão pobre, tão desgraçado, que vende por qualquer preço. Mas, não é esse o problema. O problema é que hoje o progresso técnico já colocou à disposição da humanidade, e o Brasil tem toda a condição para fazer isso, as condições para se revolucionar a agricultura. Hoje é possível, ao contrário do período da mecanização, quando a tecnologia era pesada, em larga escala e cara. Tinha que se ter uma área grande

para se mecanizar. Hoje, numa pequena propriedade, apoiado na terceirização e na gerência inteligente em equipamentos ágeis e baratos, pode-se tocar uma empresa familiar. E é por esse motivo que está surgindo empresa familiar nova, sendo gestada por essas novas condições materiais que estão à disposição. Infelizmente, essa era a outra parte da nossa conversa, mas o tempo ficou curto. Tenho certeza absoluta, que não há nenhum problema, a não ser o problema que tem que ser removido da corrupção. Porque se tiver que pagar corrupção, a economia não vai para lugar nenhum. A verdade é que o Brasil está dando um passo importante. O ministro foi corajoso. Fez o que eu não faria. Concordo em tese com a medida. Mas, acho que o procedimento não foi correto. Tem que se ver caso a caso e não o geral, porque não se tem como viabilizar isso. Cria-se um problema maior. Mas, pelo menos, o fato do Governo ter admitido, com todas as letras ... até mais radical do que eu, apesar de ser intelectual, na minha vida toda fui assessor de órgãos operacionais, então, imaginei uma estratégia para tentar enfrentar esse problema de uma maneira que não se criasse dificuldades para a implementação da economia. Tem que se ver caso a caso. São cem milhões de hectares. Em termos de indenização, isso varia de acordo com o estado de espírito do juiz. Realmente, isso é inaceitável no mundo civilizado. É uma vergonha para o Brasil. Vou contar aqui duas artimanhas. Eu era jovem e me ofereceram quantos mil hectares, na Amazônia. A condição era para que eu assinasse uma ficha da Arena e me filiasse ao partido, para me tornar prefeito biônico de uma cidadezinha que queriam ampliar. Eu não aceitei. Esse é um caso. E por aí é que a coisa anda. E o outro caso é a artimanha, sem base legal, é a seguinte: o sujeito sabe que a terra é do Governo. Vem um processo de desapropriação e ele sabe que aquela terra não é dele. Esse foi o caso do Pontal. O que ele faz? Manda fazer uma avaliação de benfeitorias, como se fosse legal. Mas, também não é legal, porque se a terra é pública ele é que teria que indenizar o Estado de todos os danos que causou e não o Estado a ele. E segundo, mesmo que seja dele a terra, e o Estado tivesse que indenizar, só teria que se indenizar às benfeitorias úteis e necessárias. Então, o que acontece? Eles

sabem que não são proprietários dessas terras públicas. No caso da Bahia agora, há seis meses, um curral caindo aos pedaços, estava custando cinco vezes o valor da propriedade! Isso é um absurdo! E é assim que se faz. Até quando os nossos tribunais vão agir dessa maneira?

**SR.** – A mácula maior está no judiciário. Um país pode ter prejudicado o executivo e o legislativo, que nós trocamos a cada 4 anos. Mas, um país se complica quando perde um judiciário pela consciência de uma nação. A dificuldade maior entra, me desculpem, na parte da advocacia. Gostaria, um dia, de conversar com os Srs. Deputados e saber como é que pode o advogado apresentar serviços ganhando porcentagem em cima de uma indenização? Em determinados momentos, entre Banco e agricultor, não interessa mais a eles fazer acordo. O problema deixa de ser o Banco e passa a ser o advogado. Isso tem de ser revisto nas leis de trabalho brasileiro, em que os advogados vivem das porcentagens. Então, nessas indenizações todos têm 20, 25% do processo.

**SR.** – Gostaria de fazer uma pequena observação. Concordo com tudo que o senhor disse. Agora, o senhor tem que se lembrar também, que existe muito agricultor, muita gente séria, que está sendo desapropriado. Eu sou um deles. Sou casado há quase 50 anos. Quando eu fora noivo, o pai de minha esposa estava no sul do Pará, trabalhando, abrindo terra. Então, é uma coisa diferente. Só queria fazer esse diferencial. Porque tem muita gente que produziu, trabalhou e perdeu a terra.

**SR.** – Mas, aí é que está o perigo, o problema. É aqui que está uma das artimanhas que eles se utilizam. Misturam as pessoas que são, realmente, malandras com pessoas honestas, para complicar, esconder a realidade. E na confusão, eles se privilegiam. Estamos que estar atentos a isto. Isto é fato. E como



num processo, vale o que está nos autos, então, aí se complica tudo. O mais esperto leva vantagem.

**SR.** – E o sujeito que está sendo indenizado corretamente, fica mal visto dos dois lados.

**SR.** – Esqueci de falar um lado gravíssimo do Estatuto da Terra, que é a famosa indústria das indenizações das posses. O sujeito que promove invasão na própria área dele para conseguir um valor acima. Quer dizer, existem todos esses problemas. O que estou dizendo é muito simples, temos legislação e, felizmente, é muito boa. A nossa história nos favorece, porque tem um ponto de início, 1500 e as terras todas eram públicas. E, no Brasil, há um princípio insofismável em Direito, qualquer terra que não tenha título legítimo de propriedade, é pública. Isso é um princípio. Não existe roubo de boa-fé.

**SR.** – O único roubo de boa-fé, que para o judiciário funciona, foram os Bancos com os cálculos dos créditos rurais. Ou não houve roubo em cima dos proprietários rurais?

**SR.** – Durante 13 anos fui gerente da Emater-Bahia. Apesar da boa vontade, da competência, da dedicação dos engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas, que é incontestável, o que acontece? Quando vinha o Pro Agro, lá no Rio São Francisco, que enchia, às vezes, é claro e atingia uma série de propriedades, os pequenos nunca eram indenizados ou raramente eram indenizados. Agora, outros proprietários, a 100 quilômetros do rio, pegavam a indenização. E a água nem havia chegado até a propriedade deles. Isso era comum. E o coitado do técnico, ou dava o laudo, ou perdia o emprego.

**SR.** – Mas, então, que se perca o emprego. Você perde tudo na vida, menos a dignidade. Jamais admiti isso.

**SR.** – Claro. Tenho esse princípio também. Por isso que sofro muito. Acho que só temos duas coisas para negociar: a nossa competência e a nossa dignidade. Mas, acontece, nem todo mundo pensa assim. Concordo com senhor. Nesse ponto sou radical. Estou a 13 anos em Viçosa e nunca recebi uma diária. Isso porque não participo dos esquemas. E isso, para mim, é motivo de orgulho. Não é motivo de tristeza. Só para encerrar a nossa conversa, lamento se não atingi o objetivo do nosso seminário. O meu objetivo foi levantar uma primeira questão, que acho muito importante. Se essas terras estão aí, se foram ilegalmente apropriadas, seja por quem for, não interessa se por grande ou por pequeno, não temos que pagar por elas. Porque esse dinheiro vai fazer falta para a pesquisa agropecuária, para a assistência técnica, para crédito. O próprio Presidente da República já falou que esses sujeitos que estão recebendo essas enormes indenizações são devedores contumazes, que não pagam e só querem receber. Então, não devemos. Isto foi produto de uma tese de doutorado, feito com muito cuidado, para que não deixasse nenhum buraco. Uma pesquisa cuidadosa. E vimos que essas terras são públicas. Públicas, primeiro, porque os sujeitos não registraram. Segundo, porque preferiram agir na ilegalidade, quando poderiam ter registrado. Mas, não o fizeram para não pagarem impostos. E agora, pior, estão querendo que o Governo pague valores que não deve e que são exorbitantes. Que não correspondem, sequer, ao preço de mercado. Se o Governo indenizar essas pessoas, nós não temos condições. Agora, para encerrar, a reforma agrária é uma outra coisa. A reforma agrária existe em qualquer país do mundo. E a reforma agrária é muito simples: o Governo resolve que precisa incentivar a produção de um produto X, Y, Z para a exportação. Então, ele quer reestruturar a economia agrária. E para isso precisa reagregar propriedades, ou precisa abrir caminhos. Então, o Governo chega na sua terra e a

indeniza por ela. Há uns 3 anos, aqui em São Paulo, estouraram uma gráfica e lá dentro estava se imprimindo títulos da dívida agrária.

**SR.** – Veja bem, o senhor usou uma frase que o presidente disse “são devedores contumazes.” Quando ele falou isto, ele falou para um grupo de produtores rurais que estavam em Brasília contra o roubo do sistema financeiro. Esbarramos naquilo que falei para os senhores. A mistura da propriedade com a produção. Aquele sociólogo está com a cabeça misturada. Lá não estavam proprietários. Estavam produtores, e que também podem ser proprietários. É esse radicalismo que não quero. Aqueles que estavam lá eram homens sendo roubados pelo sistema financeiro. Esse país parou de remunerar o trabalho para remunerar o capital. E me assusta acontecer isso sob o comando de um sociólogo. E, com todo o respeito, o senhor cometeu o mesmo equívoco. Não misture o roubo da propriedade do Incra à aversão que a sociedade tem contra a agricultura. Agricultura não é propriedade. Agricultura é produção, geração de emprego, riquezas e distribuição de renda neste país. E é a única solução viável para este país.

**SR.** – Uma coisa é incontestável, só para encerrar, não vou polemizar.

**SR. PRESIDENTE** – Peço que caminhemos para o final, para podermos fazer as observações para a preparação da próxima reunião.

**SR.** – Não é para polemizar mais, mas os senhores observem que no Brasil quem financia a agricultura é só o Banco do Brasil. Que é um Banco oficial. Isso porque, sistematicamente, há problemas de se pagar às dívidas. Geralmente, quem paga são os menores. O sujeito que é capitalista, empresário, ao ver as dificuldades, ele não tem problema em financiar e pagar. É diferente de outro que conhecemos. Por exemplo, um caso que ficou famoso foi o do Banco Itamarati, do

Sr. Olacir de Moraes, o rei da soja, e que, na verdade, não ganhava dinheiro com a agricultura, mas como especulador financeiro. Sr. Olacir teve até o desprazer de colocar à disposição do Incra umas terras que já estavam hipotecadas há muito tempo.

**SR. PRESIDENTE** – O debate é extremamente palpitante, efervescente, mas preciso encerrar a reunião para que possamos racionalizar o conteúdo aqui discutido. Peço para que o professor encerre.

**SR. PROFESSOR** – Peço desculpas se não atingi o objetivo na integralidade. Concordo com tudo o que os senhores falaram, porque conheço a agricultura na prática. Então, sei que é necessário apoiar, subsidiar, financiar, com juros adequados. Agora, há uma coisa que temos que ter muito clara, tudo isso só funciona se tem a propriedade da terra. Se não se tem, planta-se aonde se o sujeito não é proprietário de coisa nenhuma? E como as nossas terras são públicas, acho que tem muita terra que pode abaixar muito o preço e ser colocada à disposição dos trabalhadores sem terra e de todos que queiram produzir. O Brasil tem essa possibilidade e tem recursos técnicos. A Embrapa está, bem ou mal, fazendo pesquisas. Porque, quando o sujeito está numa agricultura como a nossa, num caos absurdo, abandonada, a própria Embrapa fica a ver navios. Mas, se a agricultura se racionaliza, se busca o seu caminho econômico, ela vai demandar da Embrapa pesquisas. O que digo também nesse trabalho, e que é algo interessante, é que além desse dinheiro adicional que viria, das indenizações não devidas, o Governo tem toda uma infra-estrutura ociosa que pode utilizar. Tem uma série de órgãos que poderão ser viabilizados, ativados, gerando empregos. Deixarei uns textos com os senhores. Insisto numa coisa com os senhores, que acho fundamental. Essas discussões são muito acesas e é preciso mantermos a cabeça fria. Pensarmos matematicamente. É o caso do subsídio. O custo agrícola é bem superior ao custo industrial. Muito obrigado.(Palmas.)

**SR. PRESIDENTE** – Antes de encerrar, passo a palavra o SR. Deputado Edson Gomes.

**SR. DEP. EDSON GOMES** – Querida, Sr. Presidente, cumprimentar pelos trabalhos brilhantes. Gostaria de dizer ao SR. Presidente e aos Srs. Conselheiros que fico emocionado de participar de uma reunião desta, porque acreditamos no setor produtivo. Já tenho feito indicação para SR. Governador. Acho que governar é praticamente sinônimo de produzir. Se fizéssemos uma reunião com SR. Governador para discutirmos setor produtivo, o setor agrícola, que representa praticamente a economia de São Paulo e do Brasil, e as outras coisas são consequência, para fortalecermos isso aí ... Na última reunião de líderes que aconteceu ontem, ainda vi a colocação para tramitação em regime de urgência de um projeto que busca, na venda das estatais, 10% para a segurança pública. Tenho um projeto dessa natureza – só que estamos buscando um percentual que é inferior a esse de 10% – , mas para o subsídio da agricultura e do meio ambiente. E acredito, também, que o subsídio precisa acontecer. Quero saudar os Srs. Conselheiros por essas colocações brilhantes. Viemos aqui para incorporarmos conhecimento. E, quanto ao Professor Alberto quero saudá-lo por esta brilhante palestra. V. Exa. realmente tem um conhecimento extraordinário. Um abraço a todos. E ao Presidente, SR. Duarte Nogueira, realmente está de parabéns pela comissão extraordinária.

**SR. PRESIDENTE** – Já encerrando, gostaria de agradecer a presença de todos conselheiros que vieram a esta reunião. Acredito que, conforme acordado na última reunião do grupo temático, o convite ao professor Alberto Jones, foi extremamente salutar. Tivemos a grata satisfação de podermos trazer, com as luzes de seu estudo, de quase uma vida toda, a contribuição, com excelência e com objetividade, às propostas do Fórum e, obviamente, a dos nossos conselheiros. Se não há o debate, se não há o confronto de idéias, somos incapazes de caminhar

positivamente para a busca de soluções. E esse objetivo foi plenamente atingido, porque certamente tivemos a grata satisfação de escolher alguém com conteúdo e com muita sabedoria, do que veio hoje aqui versar. Só temos a agradecer e certamente convidaremos o Professor Alberto Jones a participar de outras reuniões. Só vamos formatar isso de uma maneira mais adequada. Então, convidaremos o Professor para avançar conosco os objetivos deste Fórum, que, ao final do ano, terá que apresentar à sociedade de São Paulo e, evidentemente, se estende à sociedade brasileira, como é que vamos apresentar e quais são as alternativas factíveis. Entregarei, ao final da reunião, um agradecimento formal assinado por nós da coordenação e por todos os conselheiros que estiveram hoje aqui a reunião, ao professor Jones. Para a nossa próxima reunião, já fizemos um avanço bastante significativo, partindo até de uma linha bastante adequada, que foi a palestra do Dr. Alberto Jones, ou seja, o histórico e a origem da questão do próprio domínio e uso da propriedade. Ficou muito claro, as regiões do Estado de São Paulo, aonde não há definição da propriedade da terra, foram aquelas que não tiveram desenvolvimento mais acentuado com relação aos outros. Ficou claro, também, e isso já sabíamos, alguém está pegando a renda do proprietário rural e do trabalhador rural. Estamos encontrando o veio para onde isso está caminhando, para que possamos caminhar no sentido inverso. Não há condições de aumentarmos a nossa produção se não recuperarmos a renda do agronegócio. Portanto, vamos avançar na nossa próxima reunião, com uma discussão que foi trazida aqui pelos trabalhadores, que é a questão da modernização. Há uma mudança estrutural dos empregos, em que a produtividade e o avanço tecnológico estão invertendo e subtraindo esses empregos. É clara essa questão do avanço e do amparo legal ao meio ambiente e à própria legalização das queimadas. Tenho certeza de que ninguém pode classificar que cortar cana seja um emprego salutar para quem quer que seja. Temos que discutir a questão da requalificação, da qualificação da mão-de-obra, para que o ser humano, que hoje corta cana, possa sobreviver e aproveitar essa modernização, para que ele tenha uma vida mais

debates - a sociedade se manifesta – Agricultura e Agronegócios

digna. Esse é o próximo passo do nosso trabalho. E a questão dos precatórios, vamos discutir isso na próxima reunião. Quero agradecer à presença do Sr. Jones e convidá-lo para as próximas sessões. Obrigado. E a reunião está encerrada.

**31.05.2000**

- Duarte Nogueira - Deputado. Coordenador do grupo temático Agricultura e Agronegócios
- Aldo Demarchi - Deputado. Relator do grupo temático Agricultura e Agronegócios
- Célio Terra - Presidente da Associação Paulista de Avicultura
- Diego Fracasso - Empresário
- Carlos Eduardo Demarchi - Gerente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Máquinas e Equipamentos
- Waldomiro Ferreira Júnior - Presidente da Associação Paulista de Criadores de Suínos
- Carlos Roberto Pifer - Diretor da Granja São João
- José Luiz Falsoni - Gerente Comercial do Frango Sertanejo
- Julian Arregui Salas - Diretor Técnico da Salas Incubadoras Pinheiro Ltda
- Marco Antonio Silveira Pedreira - Abatedouro de Aves Fricoque
- José Augusto Morais Pessamilho - Diretor da Granja Alvorada
- Eduardo de Figueiredo - Presidente da Associação dos Avicultores da Região Central do Estado de São Paulo
- Waldemar Batista - Assessor do Deputado Estadual Junji Abe
- Cátia Simone da Silveira - Representante Do Deputado Edson Aparecido
- Fernando Bachi - Granja São José de Amparo
- Emílio Flávio - Frango Rico, de Votuporanga
- Carlos Eduardo - Frango Rico, de Votuporanga
- José Zico Prado - Deputado. Partido dos Trabalhadores
- Rui Fernando Pinoti - Engenheiro Agrônomo e Produtor de Frangos
- Marcos - Representante da Fricoque



**SR. DUARTE NOGUEIRA** – Bom-dia a todos, agradecendo a presença de todos os senhores, vamos dar início a mais uma reunião do nosso Grupo Temático Agricultura e Agronegócios, do Fórum São Paulo Século 21, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Este Fórum foi criado no ano passado e possui diferentes grupos temáticos que trazem para a Assembléia Legislativa lideranças das mais variadas representações do nosso Estado no campo das atividades de produção. Agradecemos a presença dos nossos conselheiros e dos senhores que vieram especificamente para esta reunião que vai tratar da situação da avicultura no Estado de São Paulo. O objetivo do nosso Fórum não é tão-somente levantarmos os dados e os indicadores de cada elo da cadeia do nosso agronegócio ou da nossa agricultura. O objetivo maior deste grupo temático é colher as informações, discutindo com os elementos que vivem o dia-a-dia, conhecedores do sofrimento e das eventuais alternativas de solução, que vão procurar apontá-las, sintetizá-las e compilá-las de maneira adequada para que o Poder Legislativo, como representante da população, possa atuar junto aos setores governamentais, não governamentais e outros setores da nossa sociedade, estabelecendo quais caminhos nos é possível trilhar para incrementar o nosso Fórum, voltado para a produção maior das riquezas do nosso Estado, agregando valor, criando condições de geração de renda e de emprego e, portanto, garantindo um horizonte de melhor qualidade de vida para a nossa sociedade.

Agradecemos a presença do Sr. Célio Terra, Presidente da Associação Paulista de Avicultura, que será o nosso primeiro expositor desta manhã e do Sr. Diego Fracasso que será o segundo expositor. Agradecemos também a presença do Sr. Carlos Eduardo Demarchi, gerente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos; do Sr. Waldomiro Ferreira Júnior, Presidente da Associação Paulista de Criadores de Suínos, que foi o Presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Agronomia de Pinhal, porque fomos contemporâneos de escola. Queremos cumprimentar Sr. Carlos Roberto Pifer, Diretor da Granja São João, Sr. José Luiz Falsoni, gerente comercial do Frango

Sertanejo, Sr. Julian Arregui Salas, Diretor Técnico da Salas Incubadoras Pinheiro Ltda., Sr. Marco

Antonio Silveira Pedreira, do Abatedouro de Aves Fricoque, Sr. José Augusto Morais Pessamilho, Diretor da Granja Alvorada, Sr. Eduardo de Figueiredo, Presidente da Associação dos Avicultores da Região Central do Estado de São Paulo, Sr. Waldemar Batista, assessor do Deputado Estadual Junji Abe, Sra. Cátia Simone da Silveira, representante do Deputado Edson Aparecido, representante do Deputado Luiz Gonzaga Vieira, Sr. Fernando Bachi, da Granja São José de Amparo, Sr. Emílio Flávio e Sr. Carlos Eduardo, do Frango Rico, de Votuporanga.

Agradecemos especialmente a presença do Deputado José Zico Prado, do Partido dos Trabalhadores e nosso colega, como membro efetivo da Comissão de Agricultura e Pecuária da Assembléia Legislativa.

Passarei a presidência dos trabalhos ao Deputado Aldo Demarchi, relator deste Grupo Temático. Terei que me ausentar temporariamente. Quero dar boas-vindas aos senhores e agradecer a presença de todos. Este é um setor extremamente importante para a economia do Estado de São Paulo, para o agronegócio paulista, não só como o maior mercado consumidor, mas porque, certamente, a avicultura é o setor da pecuária talvez o mais exigente, aquele que atingiu os maiores níveis de produtividade e de competitividade, de relação extrema de custo e benefício. Portanto, qualquer diferencial, por mais pequeno que seja, impacta sobejamente a nossa capacidade de produção e, obviamente, a nossa competitividade dentro dos outros mercados. Vamos tratar hoje, além dos aspectos dos elos da cadeia que se relacionam com a avicultura, de assuntos importantes do ponto de vista tributário, que tenho a certeza é o reclamo deste setor, dada o canibalismo fiscal que está sendo realizado em prejuízo de São Paulo, em função de desarranjos do nosso sistema tributário nacional. Portanto, urge caminharmos nessa direção e, obviamente mobilizarmos os segmentos da Secretaria da Fazenda, dos setores tributários de São Paulo, apontando os caminhos racionais e possíveis, para que o nosso setor continue gerando os empregos preciosos do agronegócio na

agricultura. É um setor que gera uma mão-de-obra ultraintensiva, gera renda, é capaz de, apesar do avanço tecnológico, continuar mantendo essa mão-de-obra no campo, porque essa atividade não é possível ser realizada na cidade.

Portanto, as duas horas que passaremos aqui tratando desse assunto serão altamente produtivas. De antemão, em nome deste grupo temático, em meu nome e em nome do Deputado Aldo Demarchi, gostaria de agradecer a presença de todos os senhores.

Acaba de chegar o nobre Deputado Edson Gomes, Presidente da Comissão de Agricultura e Pecuária da Assembléia Legislativa e líder do PPB nesta Casa. Muito obrigado pela presença.

Passo a presidência dos trabalhos ao Deputado Aldo Demachi.

**SR. ALDO DEMARCHI** – Bom-dia a todos, gostaria de convidar o empresário Diego Fracasso para fazer parte da Mesa. Minha responsabilidade neste grupo temático é a relatoria. Eu pedi para a assessoria entregar aos senhores uma parte do relatório elaborado neste período em que estamos em atividade neste grupo. A avicultura era um dos poucos segmentos que ainda não tinha se utilizado dos nossos trabalhos e trazido as suas preocupações. Fomos acionados pelo pessoal da minha região, Rio Claro. Em conversa com Diego Fracasso, Marcos Pedreira, Eduardo Figueiredo ficamos sabendo do problema que vive a avicultura hoje. Nada mais justo do que utilizarmos esta Casa e este grupo temático, cujo objetivo maior é tentar, pela primeira vez, escutar aqueles que vivem no campo, vivem o problema no dia-a-dia para traçar uma política de agroindústria no Estado de São Paulo. É com satisfação que recebemos esse segmento. Esta reunião é gravada, relatada e em cima dos depoimentos dos senhores. Depois, levaremos o nosso trabalho ao governo que tem um assento neste Conselho, através da Secretaria da Agricultura, e que terá a responsabilidade de, baseados nesses dados, traçar a política da avicultura e da agroindústria paulista, talvez para o próximo exercício.

Passamos a palavra ao Sr. Célio Terra, Presidente da Associação Paulista que se prontificou logo que convidado, através do próprio empresário Diego Fracasso, a vir aqui e colocar os problemas do setor e, evidentemente, ouvi-los em seguida.

**SR. CÉLIO TERRA** – Cumprimento o Deputado Aldo Demarchi e na sua pessoa cumprimento todos os deputados presentes, todos diretores, empresários e outras associações, como também o Ferreira da associação que congrega os produtores de suínos.

Inicialmente, vou relatar, embora alguns já saibam, o que é a avicultura e, particularmente, a avicultura paulista no contexto do nosso Estado e do nosso país. Na verdade, a avicultura, no segmento a que estamos inseridos, que é a agricultura, é a segunda na ordem de importância econômica e da geração de empregos. A avicultura representa, no Estado de São Paulo, portanto, uma pujança muito grande. É importante destacar que a avicultura do nosso país é de primeiro mundo. Preenche tudo aquilo que se faz no país e detém a maior produção do mundo, que é a dos Estados Unidos. Não obstante, é importante ressaltar que somos o segundo maior produtor de carne de frango do mundo. Só ficamos com uma situação similar em volume de produção com a China, após Hong Kong ter sido anexado. O importante é ressaltar que estamos com uma produção equivalente à da China.

Geramos, portanto, em termos econômicos, a segunda posição da produção, do resultado econômico no Estado de São Paulo. Em primeiro lugar, vem a cana e em segundo lugar a avicultura. Neste segmento trabalham cerca de 400 mil pessoas.

Temos um rol no fluxograma de produção, particularmente do frango de corte. Portanto, estão aí inseridas todos aqueles que estão produzindo, que chamamos de avozeiros, matrizeiros, os incubatórios, os criadores de frango, os abatedouros de frango, no primeiro e segundo sistema de processamento. Paralelamente ao lado desse fluxograma temos as fábricas de equipamento, os laboratórios, a produção de

produtos químicos e farmacêuticos, fábrica de rações. A cadeia produtiva inclui uma gama enorme de setores. Se agregarmos isso, vamos verificar que é um segmento da maior importância para o nosso Estado e para o desenvolvimento das nossas atividades.

Queria ressaltar que aqueles que trabalham na avicultura, pelas pesquisas que a nossa associação tem feito, são os que estão nos primeiros lugares de remuneração dos seus trabalhadores. São os que estimulam a formação de técnico de grau médio e grau superior. Influem fundamentalmente nas indústrias químicas e farmacêuticas. Portanto, se agregarmos isso, trabalham nesse setor um volume significativamente maior.

Se, por um lado, temos uma avicultura de primeiro mundo, temos também avicultura de terceiro mundo inserida neste contexto, porque tem faltado recursos e programas de financiamento adequados a esta atividade, com prazos e juros compatíveis com a nossa atividade. Queria particularmente enfatizar aos Srs. Deputados os pontos cruciais pelos quais a avicultura passa, que, talvez, seja sua maior crise das últimas décadas. Não consola nada também saber que outras atividades estão passando dificuldades grandes. Mas a avicultura passa pela maior crise que se tem notícia. Depois falarei disso um pouco, apenas para deixar uma idéia dos pontos que entendemos cruciais para a nossa atividade.

A avicultura exige que os seus funcionários, os seus trabalhadores tenham uma dedicação plena. Portanto, ela fixa o homem na terra, não só aquele que manipula e faz o manejo das nossas granjas. Mas aqueles que são técnicos. Ela exige 24 horas de atenção especial. Ele tem que morar na propriedade rural. Ele é um fator gerador de fixação de oferta de trabalho na zona rural. Todos sabem que isso enseja uma série de benefícios para aqueles que lá trabalham.

Depois, vamos para a cadeia dos mercados. Depois desses produtos serem processados, vão para o supermercado, para os açougues, para as feiras, para as avícolas e muitos outros níveis de comercialização do produto. Mostrarei em

seguida quais são os verdadeiros motivos de estarmos vivendo numa situação extremamente difícil, hoje, no Estado de São Paulo.

Para finalizar, vou dar apenas alguns números para mostrar a cara da avicultura no Estado de São Paulo e o que ela pode servir como geradora de emprego e como desenvolvimento econômico do nosso Estado. A avicultura de corte representa algo em torno de 20% da produção nacional. No segmento de produção de ovos, cerca de 44% da produção nacional está aqui no Estado de São Paulo. Por aí se pode medir que no Estado de São Paulo está representado, praticamente, um terço de todo potencial da avicultura no país. Ela gera, em termos de país, 2 milhões e 200 mil empregos e em torno de 11 bilhões e 500 milhões de reais. Às vezes causa espanto, ao ver que uma atividade dessa importância viva uma crise tão profunda.

Hoje, eu relataria, apenas de passagem, que estamos vendo abatedouros reduzindo um turno, alguns parando alguns dias da semana, outros dispensando seus funcionários. É importante dizer que as empresas não têm o mínimo interesse em reduzir, até seguram esses funcionários, mesmo num regime de crise, porque é uma mão-de-obra que vai se especializando ao longo dos anos. É difícil encontrarmos dez técnicos no setor avícola. Precisamos procurar muito e é triste dizer que vamos buscar até em outros Estados.

É importante que esta atividade se mantenha e continue produzindo e tendo resultados que permitam essa atividade.

Nessa preliminar, queremos ainda dizer que no nível da produção nacional de frango de corte, nos últimos anos, estamos tendo uma regressão, ou seja, São Paulo está diminuindo o seu volume, enquanto nos outros Estados, particularmente os do Sul, está crescendo. Por que o maior produtor, que representa um terço da produção nacional, agregando ovos e frango, não tem participação no mercado de exportação? É inconcebível tal fato. É inaceitável que o setor com tecnologia de primeiro mundo tenha os seus produtos colocados numa parcela significativamente pequena, inexpressiva. Portanto tem produto, qualidade, e tecnologia para exportar

e não pode fazê-lo. Quais seriam os fatores que estão impedindo o crescimento e o desenvolvimento da avicultura paulista?

A avicultura brasileira nesta década cresceu 135% em âmbito nacional. A exportação de carne de frango cresceu 158%, na década. O consumo de carne de frango no país cresceu 131%. A produção de ovos cresceu 10%, contra o crescimento da população do país de 18%. Entretanto, a produção de São Paulo diminuiu 23%. Srs. deputados, senhoras e senhores, isto faz com que São Paulo tenha o seu espaço ocupado por outros Estados, em cujas origens têm benefícios que não existem no Estado de São Paulo. Preocupo-me porque sou um homem que vive diuturnamente todos esses problemas e tenho falado onde quer que seja, mostrando números e fatos que devem se constituir numa referência e numa reflexão para as autoridades, para que algum encaminhamento possa ser dado a esse segmento. Não bastaria eu simplesmente dar esses números, dizer da situação da crise e não apontar uma solução para os problemas.

De maneira bem sintética, vou colocar alguns pontos negativos que dificultam o movimento da nossa atividade no Estado de São Paulo. A primeira delas é o nosso insumo mais importante, que é o milho. Na verdade São Paulo é o importador de milho dos outros Estados, quando não é do Exterior. O atual Secretário da Agricultura está empenhado num programa para ampliar as áreas plantadas de milho no Estado de São Paulo. Para se ter uma idéia, 25% do consumo de milho está no Estado de São Paulo, que não é auto-suficiente para as suas necessidades. Em São Paulo temos insumo para a carne de frango e de ovos, para as indústrias aqui instaladas e outros segmentos da agricultura, suinocultura etc. A nossa produção é em torno de 3 milhões de toneladas. Só o segmento de frango consome quase todo esse valor. Depois vêm os ovos, as indústrias e outros processos de industrialização do produto. O milho representa no frango 70%. Portanto, é a sua matéria-prima principal. Retomando o que estava colocando, o Secretário da Agricultura está empenhado num programa, mas acho que faltam recursos técnicos e financeiros e, depois vai demandar um certo espaço de tempo. Precisamos

concentrar todo empenho no sentido que se crie um programa amplo de estímulo de plantio de milho no Estado de São Paulo. Mais do que isso, e é o que estamos fazendo na Câmara setorial da Secretaria da Agricultura, embora eu saiba também que depende de alguns aspectos técnicos. Na realidade, tentamos colocar os pontos de grande importância no desenvolvimento do plantio de milho mais próximos dos grandes centros consumidores, que estabeleceria uma equação de ter um produto essencial e também a uma distância estrategicamente próxima do centro de consumo.

Temos no Estado de São Paulo algumas áreas importantes no sentido a produção, seja de carne de frango, seja de ovos. Podemos citar Bastos, Tupã etc. como produtores de ovos. Só nessa região tem-se 10% da produção nacional de ovos, e também na região de Mogi das Cruzes, incluindo vários municípios. Produtores de frangos temos na região de São Carlos, Rio Claro, Descalvado, Araraquara, Américo Brasiliense. Na região de São José do Rio Preto e, passando por Votuporanga indo até a divisa de Mato Grosso, tem uma grande concentração de produtores e abatedouros. Nas proximidades de Campinas, incluindo Louveira etc. também temos um grande consumidor. Enfim, indicamos e fornecemos à Secretaria de Agricultura as grandes concentrações. Não vou me alongar, mas tenho dados sobre a produção e consumo de milho de cidade por cidade. Portanto, estamos fornecendo subsídios à Secretaria da Agricultura no sentido de desenvolver esse programa.

Enquanto isso não acontece, uma das coisas que nos preocupa muito é como vai chegar e a quanto vai chegar, em termos de preço, o milho que será retirado no Mato Grosso do Sul ou em Goiás. Vou citar apenas como informação que uma saca de milho que sai de Mato Grosso para chegar nos nossos centros de consumo custa em torno de R\$ 2,50 a R\$ 3,00, o que inviabiliza e nos coloca numa situação de inferioridade a outros Estados do país. Não temos uma ferrovia que possa transportar esses produtos a um custo menor. Temos a hidrovia que no caso poderíamos buscar milho em São Simão e trazê-los para Pederneiras e Conchas,



em condições de custo significativamente reduzido. Na parte de ovos, em Araçatuba onde tem possibilidade de trazer esse milho e também com local para aportar esses produtos lá.

É preciso implementar um conjunto de estratégias para se equacionar o problema. Se não, ficaremos sempre nos queixando e debatendo e não vamos ao encontro das verdadeiras soluções. Precisamos de um sistema multimodal adequado para o nosso país. Isto é da maior importância. Conjugando ferrovia, hidrovias e rodovias. Eu tive particularmente a oportunidade de ver como se processa o transporte de milho pelo Rio Mississippi, nos Estados Unidos e fiquei impressionado quando vi a que custos que chegava para os produtores. As longas distâncias são por hidrovias. As pequenas distâncias por rodovias e as intermediárias por ferrovia. Como todos sabem, a ferrovia praticamente desapareceu deste país, lamentavelmente. Vamos buscar com caminhões lá no final do Mato Grosso ou Goiás. Estamos penalizando uma atividade da importância que todos sabem que é para o nosso Estado. Precisamos ter uma estratégia para equacionar este problema. As autoridades podem e devem nos ajudar. Apelamos aos Srs. deputados para que nos ajudem. Tenho organizado seminários, inclusive na Associação, mostrando a importância de se ter um sistema multimodal de transporte para o nosso Estado, além de, evidentemente, servir outros segmentos, conjugando, por exemplo, a ida de calcário, adubos e fertilizantes para esses Estados por via fluvial e trazer na volta o milho e a soja para o Estado de São Paulo. Isto baratearia os custos. Precisa também rever os custos nas operações das eclusas do Tietê, que também são importantes para podermos, efetivamente, reduzir o nosso custo no Estado de São Paulo.

Vou ressaltar pontos importantes de um estudo que entregamos ao Ministério do Desenvolvimento para projeto que lá está tramitando e que a seguir vou comentar. Na verdade, os meios de transportes no complexo de soja, conforme dados disponíveis são: 5% é por hidrovia, 28% por ferrovia e 67% por transporte rodoviário, que é o mais caro. O custo, no caso em dólares por mil quilômetros, no

caso da hidrovia é 11 dólares, na ferrovia é 25 dólares e na rodovia 30 dólares. Tive oportunidade de verificar esses custos de transportes pelo Rio Mississippi e vi que as barcas se localizam junto aos depósitos de milho. Ela atraca, mecanicamente descarrega o milho no depósito e ao lado do depósito já tem a ferrovia. É coisa de alguns metros. Eles me disseram que isso reduz significativamente o custo, a ponto de ficar pela metade. Mas pobres como nós, com dificuldades, com um produto como esse para servir inclusive as populações de pequeno poder aquisitivo, estamos desperdiçando recursos num transporte caro e inadequado à nossa realidade.

Queria também colocar a questão relativa a esse mesmo transporte e, ao mesmo tempo, dizer que para melhorar a avicultura precisamos de recursos que não são novidades. Srs. deputados, senhores e senhoras, não estamos pleiteando alguma coisa excepcional. Outros Estados estão fazendo isso para a própria avicultura. Dá-se, às vezes, para empresas contratadas para manutenção de rodovia prazo de 15 anos, com juros privilegiados. Por que não num setor como esse que alimenta a população como um todo? Produtos do maior valor protéico e que estão na iminência, no nosso Estado, de caminhar para ficar algumas empresas, se não forem absorvidas por outras maiores. Esta é a realidade que o nosso setor está vivendo. Um setor, que é o segundo em termos econômicos, que gera quase meio milhão de empregos neste Estado, está atravessando a sua maior crise de todos os tempos. O que está gerando isso? Na verdade, estamos convivendo com a seguinte situação: temos que buscar insumos longe, com custo mais alto do que em outros Estados. Portanto, nosso produto acaba custando alguma coisa que nos torna em desigualdade com os demais Estados. Embora exista empresa com tecnologia equivalente, como disse, de primeiro mundo, também tem uma outra avicultura descapitalizada, vivendo metodologias mais atrasadas com custos altos, que fatalmente desaparecem e parte delas já está paralisada. Isto é preocupante. O que estamos fazendo? Como eu disse, não

adianta chorar sobre o problema, mas tentar analisar estas potencialidades e propor um programa capaz de gerar empregos e fazer em termos econômicos.

Precisamos, certamente, de modernização com o objetivo de fazer o Estado de São Paulo participar com percentuais significativos no mercado de exportação. Hoje a condição que temos é de total impossibilidade, porque os recursos que eventualmente existem são de prazos curtos, de juros inadequados e exigências exageradas. Estamos apresentando um programa que foi levado ao BNDES que não resolvia o problema da avicultura. Estamos pleiteando que se crie um programa de desenvolvimento regional da avicultura no Estado de São Paulo. É necessário recursos com prazos adequados, no mínimo, de 10 a 12 anos de prazo, com carência de dois anos, com juros mesmo que seja pela TJLP, mas que o *spread* não seja maior do que 1%. Se não, o setor não consegue atingir o seu desenvolvimento. Esses recursos vão possibilitar o crescimento da avicultura no Estado e permitir que ela se modernize e possa jogar, pelo menos, de 10 a 15% da sua produção no mercado de exportação. E, portanto, possa ter um equilíbrio entre aquele produto que é vendido no mercado externo, em dólar, e se faça um *mix* de preços do mercado interno e do mercado externo, além de poder, em participando da exportação, ter recursos em dólares para importação de equipamentos. Ter também uma certa ajuda para o seu capital de giro que, praticamente, está desaparecido das empresas do setor. Portanto, se tivermos recursos de ACC e pudermos ter condições de importar esses equipamentos e, por outro lado, tivermos um equilíbrio, um *mix* de preços do mercado interno e do mercado externo, certamente isso vai gerar numa cadeia que vai desde de empresas de abatedouros até os pequenos produtores de todos os municípios do Estado de São Paulo. Isso é uma coisa factível, que certamente tem uma resposta, até porque a avicultura é, dentro da agricultura como um todo, o setor que responde mais rapidamente. Sempre digo brincando que um pintinho na granja hoje, 45 dias depois está na mesa do consumidor. Então, tem um retorno e uma velocidade extraordinária para respostas de todas as necessidades da atividade e para abastecimento do consumo.

O que está impedindo tudo isso? Na verdade, também temos privilégios de outros Estados que não existem no Estado de São Paulo. São Paulo tem única e exclusivamente um crédito presumido de 5% para os abatedouros. Existem Estados no país que tributam em 12% e até 18%. Por exemplo, de 12% creditam 11%. Isto significa, em outras palavras, que São Paulo não vai poder vender nesses Estados. Mas eles vêm vender aqui. Aqui é o grande mercado, porque 50% do consumo está no Estado de São Paulo. Não estamos querendo dizer que simplesmente o nosso problema está dependendo de outro. Precisamos ter uma situação equânime, de igualdade e o que for mais competente vai atuar nesse mercado. Com a modernização, vamos ter a oportunidade de fazer uma coisa que reputo da maior importância, ou seja, trabalhar na linha de processar a industrialização dos nossos produtos, não só para o mercado interno, mas para o mercado externo. Por exemplo, na produção de carnes pré-cozidas, pode-se tentar no mercado europeu, com ganhos significativos. Sem a conjugação desses elementos, vamos definhar.

Pelos números que citei para os senhores, mostramos que São Paulo, nesse período diminuiu 23%. Não quero ficar mostrando gráficos etc., mas tenho esses números ano a ano. Portanto, temos elementos mostrando que podemos reverter esse quadro ou, certamente, jogaremos meio milhão de trabalhadores no desemprego. Isso é preocupante e perturbador para todos .

Queremos mostrar também que a produção de São Paulo é em torno de 3 milhões e 700 mil toneladas, só a avicultura absorve isso. Portanto, este ano o Brasil vai ter que importar de 2 milhões e 500 a 3 milhões de toneladas de milho. Em dólar quanto isso significa? Será que não podemos fazer um programa amplo de incentivo na merenda escolar de um produto do maior interesse para a população mais carente? Se notarmos que temos milhões de brasileiros famintos, será que a oferta dessa proteína não será um passo importante? Hoje, tanto o setor de carne de frango, como de ovos já tem um processo, porque temos condições de levar o ovo em pó, o ovo líquido, a gema e a clara separadas ou juntas. Esse é um produto também que tem também espaço no mercado de exportação. Na verdade, o

poder público pode, com vantagem, oferecer esses dois produtos às camadas mais carentes da população que são, diga-se de passagem, os de custo mais baixo em oferta de proteína.

O outro aspecto é a tributação final. Quando um consumidor come um frango, um terço do frango é imposto.

Esses quatro pontos que alinhei, que são o plantio de milho, transporte multimodal, modernização do parque industrial no setor, exportação e tributação, consubstanciam a sinalização como proposta para análise e reversão do quadro que estamos vivendo na avicultura. Obrigado.

**SR. ALDO DEMARCHI** – Agradecemos ao Sr. Célio. Vamos ordenar os nossos trabalhos. Sabemos que todos querem participar, inclusive os deputados presentes que estão ouvindo as explicações. Primeiro vamos ouvir o empresário Diego Fracasso e, logo em seguida, daremos a palavra, por ordem de inscrição, aos senhores que estão aqui hoje representando esse segmento, para que façam as suas colocações.

**SR. DIEGO FRACASSO** – Nobres Deputados, Duarte Nogueira, Edson Gomes, José Zico Prado, nossos agradecimentos pelas suas presenças, que muito nos honram, manifestando assim interesse por esse assunto. Agradecemos particularmente o nobre Deputado Aldo Demachi, meu conterrâneo, que sensibilizado e preocupado com a exposição que lhe fiz sobre a situação da avicultura no Estado de São Paulo, imediatamente se mobilizou e nos proporcionou esta oportunidade, talvez única, para que possamos expor a V.Exas. a nossa visão da crítica situação da nossa avicultura, com a convicção de que o Poder Legislativo terá discernimento e sabedoria para defender esta atividade social e economicamente tão importante para o nosso Estado. Agradeço também a presença de todos os companheiros de infortúnio, que muito me incentivaram nesta empreitada.

Na verdade, senhores, aqui estamos porque este é o último reduto que nos resta. Sabemos que os senhores podem, dentro do espírito de trabalhar para o nosso Estado, para a sua gente, ajudar a nossa avicultura a superar este angustiante momento. A nossa avicultura está agonizante. Neste documento, nós avilcultores paulistas, procuraremos demonstrar que a avicultura produtora de frangos do Estado de São Paulo vem sido submetida a um forte *dumping* que está fazendo desaparecer a maior parte dos produtores do setor, a favor de pouquíssimas empresas de outros Estados. Pretendemos denunciar este fato a tempo de não ter que presenciar o verdadeiro extermínio que vem sendo exercido sobre o produtor paulista, com práticas mercadológicas que, no mínimo, podemos denominar de concorrência predatória. Esperamos com esta demonstração que as autoridades paulistas adotem medidas cabíveis na defesa da atividade, particularmente pela sua importância econômica e social que, quase sempre, não é reconhecida e é até desconhecida pelo poder público.

Para demonstrar a importância econômica da avicultura paulista, apresentamos dados do Instituto de Economia (IEA) e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgãos da Secretária de Agricultura do Estado de São Paulo. Esse quadro mostra que a avicultura dentro do contexto agropecuário de São Paulo ocupa o segundo lugar em termos de valores de produção. No exercício de 1998, passou para terceiro lugar. A cana-de-açúcar, com 3 bilhões e 200 milhões, a avicultura 1 bilhão e 200 milhões e a laranja, que ultrapassou a avicultura no ano de 1998, 12 bilhões e 245 milhões, quando no período anterior a laranja era apenas 900 milhões. Essa perda de posição neste último ano é também uma demonstração da perda de avanço da avicultura paulista frente à economia agropecuária num todo. Enquanto todas as outras atividades agropecuárias estão aumentando a sua produção, a avicultura está indo para trás.

É impossível negar a relevância da nossa avicultura para a economia no Estado de São Paulo, não só por ser o segundo produtor da pauta agrícola paulista, mas principalmente por sua contribuição social ao Estado, como geradora de

empregos, mantenedora do homem no campo e como fornecedora proteína nobre e barata à população. Mas sua contribuição econômica ao Estado vai muito além, por ser a mais tecnificada das atividades do complexo agropecuário geram inúmeras de atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços, tais como laboratórios, indústrias de equipamentos, transportes. É um fator muito importante. Agrega de forma expressiva valores aos dois produtos principais da nossa agricultura de cereais: milho e soja. No entanto, tudo isso encontra-se em vias de perder-se. O berço da agricultura brasileira, o Estado de São Paulo, de primeiro produtor nacional de frangos, caiu rapidamente, isto é nesses alguns meses, para o quinto posto. Neste instante, enfrenta a contingência de pura e simplesmente ser alijado do mercado, apesar de ser o maior mercado consumidor do país. Esta perda de representatividade não é nova. Vem ocorrendo gradativamente desde que se implantou no Sul do país a produção integrada, que deu vez ao surgimento das grandes indústrias de frango. Não há dúvida e devemos reconhecer que o sistema integrado, na época, foi uma grande inovação, sobretudo pelos seus reflexos sociais no meio rural daquela região dos Estados do Sul. Isso foi imediatamente identificado e absorvido pelos governos locais que, com uma visão mais ampla e mais dirigida para o social, já que a avicultura, além de manter o homem no campo, também absorve grandes contingentes de mão-de-obra, passaram a dar forte e decisivo incentivo à atividade, com facilidades substanciais e subsídios financeiros e fiscais jamais vistos pelo avicultor paulista. Porque em São Paulo todas as anteriores administrações do Estado sempre se interessaram quase que apenas pela evolução industrial. Esqueceram que a agroindústria está capacitada a oferecer respostas tão boas ou muitas vezes melhores que a própria indústria. Mas, apesar de sua notória posição de inferioridade em relação aos outros Estados, particularmente sulinos, a avicultura paulista não só sobreviveu, mas também desenvolveu e o fez em função talvez do seu pioneirismo ou pela sua estrutura agrária diferenciada, mantendo as características originais, isto é, não se aglutinou em grandes grupos, permanecendo pulverizadas em pequenas e médias empresas. Isso não impediu que São Paulo

enfrentasse de igual para igual a competição provocada pelo expansionismo veloz das empresas do Sul, em função de todos os incentivos e estímulos e das atenções que sempre tiveram daqueles governos. Ao contrário, havia um desafio e a avicultura paulista soube superá-lo, buscando na melhora constante da produtividade a sua viabilidade. Tal desafio foi extremamente saudável para a atividade, pois estimulou o desenvolvimento de novas tecnologias que colocaram o frango, um alimento nobre antes acessível a poucos, ao alcance de todos os brasileiros. Agora todo esse esforço está sendo sufocado, porque nestes últimos anos, marcados por freqüentes sobressaltos causados por crises econômicas internas e externas no que se refere a países importadores do frango brasileiro, São Paulo tem sido o alvo da desova de todos os excedentes dessas grandes indústrias, o que causa um longo e hoje insuportável período de instabilidade em toda a avicultura do Estado.

Neste exato momento, empresários do Sul declaram – tenho aqui algumas notas de jornais, particularmente *A Gazeta Mercantil* – que para recuperar o preço do frango no mercado externo, que é o mercado deles, reduzirão as exportações em cerca de 5%. Onde será vendido esse frango? Para onde irão esses mais 5%? Até agora, conseguimos resistir, reduzindo a produção, ajustando-a aos altos custos e procurando nos adequar a uma nova realidade de mercado. Mas já não podemos mais suportar as investidas atuais. Evidencia-se a cada dia mais a deliberada intenção de acabar com a avicultura paulista. Nosso Estado comercialmente foi transformado numa terra sem lei e sem ética. Há quase um ano, ininterruptamente, são crescentemente oferecidos em São Paulo, evidentemente vendidos, excedentes a preços totalmente aviltados. Aviltados não apenas às condições de mercado paulista, mas para os próprios produtores desses Estados, o que evidencia ainda mais o abuso do poder econômico a que São Paulo vem sendo submetido. Pintos de um dia, o mercado forte no nosso Estado, pela estrutura da nossa avicultura diferenciada dos Estados do Sul, são oferecidos a preços até 40% inferiores ao custo de produção. Não são inferiores aos nossos preços, mas ao custo de



produção. Frangos vivos por até 50% inferiores ao custo de produção. Os abatidos por não menos que 30%. Com suas atividades inteiramente integradas, as empresas do Sul não produzem pintos de um dia ou frangos vivos para a venda a terceiros. Essa produção é para uso próprio, para venda do frango ou para venda até de produtos industrializados, derivados do frango. No entanto, nos últimos meses, essas empresas vêm utilizando com toda ênfase a técnica de jogar pintos e frangos vivos no mercado paulista a qualquer preço, ou mesmo fazendo com o frango abatido, numa concorrência totalmente desleal para os inúmeros abatedouros e criadores paulistas, cuja sobrevivência está realmente irremediavelmente comprometida. A situação da nossa avicultura é muito séria.

Isso já está na mídia e é de conhecimento de todos. O Suplemento Agrícola do *Estado de S. Paulo* da semana passada manifesta a grande preocupação do produtores de milho de São Paulo, dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, em vender milho ao produtor paulista. Está quebrado. Vejam como a situação está crítica.

Qual é a real intenção dessas empresas ao praticar tais preços por tão longo tempo? Por que razão elas nada sinalizam no sentido de adequar a sua a produção à realidade de mercado? São Paulo, neste último mês, alojou em torno de 35% a menos de pintos que vão ser frangos. Se olharmos o alojamento de matrizes do Estado de São Paulo, por falta de perspectivas e por falta de recursos financeiros a redução foi brutal. Em resposta a isso, os mesmos levantamentos nos mostram que os Estados do Sul estão alojando mais, com vista a um aumento de produção. Nós estamos quebrando e eles estão aumentando. O que tem por trás disso?

Além disso, elas continuam com os seus projetos de grandes investimentos no aumento da produção. Temos novos grandes projetos em Goiás, no Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, tudo isso, sem dúvida, visando o consumidor paulista, porque é o maior centro consumidor. Estão minando nossa periferia.

Nos Estados de origem dessa indústria avícola, os produtos deles têm um preço mais alto do que o preço que eles praticam no Estado de São Paulo. É para

quebrar mesmo a nossa avicultura. O processo de destruição encontra-se no seu auge, atingindo todos os setores da cadeia paulista produtora de frango e tem efeitos bastante visíveis, observados principalmente no aumento de inadimplência, na redução do ritmo de atividades ou no puro e simples fechamento de empresas e principalmente na generalizada demissão da mão-de-obra utilizada pela avicultura. Como fez referência o companheiro Célio Terra, é uma mão-de-obra no meio rural, completamente diferente da indústria, particularmente a grande indústria, onde empregado, o trabalhador é apenas um número. Essa gente vive conosco, médios e pequenos empresários avícolas, juntos há quase 40 anos, já são filhos deles. Ou seja, não é só o aspecto empregado. Existe uma relação muito mais estreita no nosso meio entre o empregado. Quando se fala em demissões não nos referimos apenas a números estatísticos, mas a muito mais do que isso. Quando o processo de destruição da nossa avicultura se completar, em curto espaço de tempo, mais um importante segmento da economia paulista estará irremediavelmente perdido para outros Estados. Em conseqüências facilmente visualizáveis: a) elevação do nível de desemprego no campo, inchando ainda mais as cidades e potencializando ainda mais os seus problemas de todos os tipos, que são provocados pelo crescimento desordenado ou insuficiente; b) perda de renda do Estado; c) oferta do frango oligopolizado, conseqüentemente com preços mais elevados, tornando cada vez mais insuficiente a renda da população. Entendo que existe o equívoco muito grande quando certas autoridades pensam que, desta maneira, vamos ter um frango mais barato e é isso que queremos. O equívoco é muito grande. A partir do momento que o frango vai ser produzido, talvez, por meia dúzia de grandes empresas, quando acabar a concorrência, que preços vai ter esse frango?

São Paulo é, com certeza, o Estado brasileiro com produtores há mais tempo radicados no ramo. São milhares de pequenos e médios produtores que vislumbraram, antes de todos, o potencial existente no setor e nele investiram suas vidas, contribuindo para que São Paulo fosse o líder brasileiro e o Brasil um dos líderes mundiais da avicultura. Todos entendem que o racional para o Estado é

principalmente defender e fortalecer a atividade que, se melhor analisada por nossas autoridades, demonstrará com facilidade a multiplicidade econômicas e sociais que representa para o Estado. A avicultura paulista necessita com urgência de atitudes firmes e definitivas no sentido de preservá-la perante o processo monopolista desenvolvido pelas grandes empresa avícolas de outros Estados que, com a prática de preços abaixo seu custo produção, buscam liquidar a produção paulista de frangos para em seguida desfrutarem de seu mercado consumidor a preços evidentemente mais compensadores. Não há como esperar mais. Ou se cria algum mecanismo de defesa agora ou testemunharemos o extermínio da agricultura paulista transformando assim outros 214 mil em sem-terra. É pouco, porém, apresentar, apesar das nossas grandes dificuldades. É nosso dever apresentar sugestões: (1) estimular o plantio de milho no Estado, para que possamos obter esta principal matéria-prima, sem os acréscimos do transporte caro, particularmente o rodoviário, conforme exposição do companheiro Célio, e os impostos, como o ICMS; (2) estimular o plantio de “safrinhas” de produtos alternativos, como o sorgo, o milho e outros, mediante financiamentos e extensão do seguro-agrícola, porque o seguro não cobre plantio fora das épocas normais; (3) criar linha de crédito, especificamente na Nossa-Caixa, que entendo a entidade financeira que ainda o Estado tem alguma influência para a importação de milho. Por avicultura paulista ser constituída por pequenas e médias empresas, se faz necessário que as importações não sejam individuais, mas em grupo ou sincronizadas em algumas entidades; (4) instituir a Nossa-Caixa como repassadora do BNDES para modernização da nossa indústria avícola. É constante que projetos aprovados pelo BNDES não são viabilizados pelo desinteresse dos bancos comerciais fazerem o devido repasse; (5) viabilizar linha de crédito para capital de giro a custos compatíveis com a atividades; (6) financiar estoques de frangos abatidos para manter um fluxo mais constante entre a produção e o consumo; (7) incentivar o transporte fluvial na hidrovia Piracicaba-Tietê para que haja um custo menor para o transporte de matérias-primas, milho e soja, das áreas de maior produção: Mato Grosso do Sul e Goiás.

Acreditamos que essas são sugestões compatíveis com o sistema financeiro e fiscal, mas infelizmente de efeito a médio e longo prazos. Só que a avicultura está morrendo hoje. Como é que fazemos? A avicultura é uma atividade extremamente dinâmica e, conseqüentemente, o seu caixa é extremamente dinâmico. Não é uma atividade que pode continuar meses e meses, e algumas anos, a esse tipo de pressão econômica. Nós avicultores paulistas entendemos o que está ocorrendo e é até motivo dos Srs. deputados estudarem a possibilidade de se instituir uma CPI específica. Se a avicultura paulista não tiver ajuda dos órgãos públicos do Estado, da Assembléia Legislativa, do Executivo e, talvez, por que não, do Judiciário, ela não vai sair dessa. Muito obrigado.

**SR. ALDO DEMARCHI** – Solicito ao empresário Diego Fracasso que, por favor, deixe essas suas sugestões com a nossa relatoria.

O Deputado José Zico Prado tem um compromisso e precisa nos deixar. Antes, porém, S.Exa. gostaria de fazer algumas colocações. O Deputado José Zico Prado está também acompanhado do Deputado Edson Gomes e ambos são membros da Comissão Permanente de Agricultura desta Casa. Com a palavra, o Deputado José Zico Prado.

**SR. JOSÉ ZICO PRADO** – Quero cumprimentar os senhores por terem vindo a esta Casa e colocar, com tanta clareza, o problema que estão vivendo. Sou membro da Comissão de Agricultura e Pecuária da Assembléia Legislativa, por três mandatos e é a primeira vez que estou vendo alguém vir aqui colocar um problema tão sério quanto ao que a avicultura do Estado de São Paulo está vivendo. Quero parabenizar os senhores e dizer que, enquanto deputado e membro da Comissão de Agricultura e Pecuária, como também o Deputado Edson Gomes, Presidente da Comissão, estamos à disposição. Gostaríamos de receber o documento de V.Sas. com as sugestões colocadas, para que a nossa Comissão Permanente da Assembléia Legislativa possa fazer uma discussão mais aprofundada a fim que

esse problema seja debatido e solucionado. Quero cumprimentar os Deputados Duarte Nogueira e Aldo Demarchi por terem dado esta oportunidade para mim e também ao Deputado Edson Gomes. Fizemos nesta Casa debates sobre o setor da citricultura e o setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo. Mas eu, particularmente, quero ser muito honesto e claro com vocês, não sabia que estava acontecendo esse problema com a avicultura. Embora a economia hoje não permita tranqüilidade a nenhum setor, não imaginava essa situação, como colocaram os dois companheiros dos senhores neste momento.

Não desfazendo do Deputado Aldo Demarchi, que faz um grande trabalho junto a esta comissão do Fórum São Paulo Século 21, mas a Comissão de Agricultura e Pecuária desta Casa, por ser uma comissão permanente, está todas as semanas reunida com os sete deputados membros de todos os partidos, tem condições de abrir um canal junto à Secretaria. Imagino que os senhores também têm, mas podemos fazer um debate muito mais aprofundado e colocar na ordem do dia um problema tão sério. O Presidente Fernando Henrique Cardoso no começo do Plano Real falava do grande desempenho do setor da avicultura, porque vocês estavam colocando no mercado nacional a carne de frango para que a maioria da população pudesse fazer uso dela no seu dia-a-dia. Essa foi a âncora do Plano Real. Agora estamos vendo que a âncora está indo para o fundo do mar. Enquanto parlamentares, estamos preocupados com o setor da produção, com o nível de emprego etc. Ouvi o Diego colocando a respeito das famílias que trabalham tanto anos juntas. Não se trata mais de uma relação empregatícia. Trata-se de uma parceria de muitos anos e não podemos deixar que esse elo quebre. Infelizmente, tenho que sair, porque estou na liderança do Partido dos Trabalhadores com uma bancada de 14 deputados nesta Casa e tenho um compromisso marcado para o meio-dia.

Sem prejuízo nenhum para os debates que estão sendo realizados no Fórum São Paulo Século 21, o Deputado Edson Gomes e eu, como membros da Comissão de Agricultura e Pecuária da Assembléia Legislativa, gostaríamos de abrir um

debate principalmente sobre a questão da falta do milho no Estado de São Paulo. Tivemos na nossa Comissão Permanente, o Sr. Secretário dizendo que vai abrir uma grande frente de produção da suinocultura, e com isso também vai haver uma demanda muito grande do milho. E como vai ficar o produtor do frango? Precisamos fazer um debate mais amplo da cadeia produtiva aqui no Estado de São Paulo. Fazemos oposição ao Governador Mário Covas, mas na época de eleição escolhemos o nosso adversário, e temos toda a liberdade de discutir e de dizer para os senhores. O Partido dos Trabalhadores tem um caderno sobre a citricultura, um sobre o sucroalcooleiro e estou vendo que precisamos fazer um grande debate no Estado de São Paulo sobre a produção de frangos, porque não podemos deixar morrer esse elo de produção, que é o terceiro setor no Estado de São Paulo, conforme colocação dos senhores aqui. Mas para que possamos fazer um debate e defender um setor produtivo precisamos de dados. Os dados foram muito bem colocados pelos dois senhores representantes do setor que aprofundaram muito bem esse assunto e, tenho a certeza, vai servir muito para os nossos debates nesta Casa. Eu sei que os senhores podem ter uma relação direta com o governo, mas quero dizer que aqui é uma instituição de Poder. Não queremos só fazer leis que simplesmente dê nomes a postes. Queremos fazer debates para que possamos apresentar ao Governador e à sociedade do Estado de São Paulo que a Assembléia Legislativa pode apresentar projetos que sejam a solução definitiva para os problemas que estamos vivendo hoje, tanto na agricultura, como na indústria, como em vários setores que temos debatido aqui. Mas, como membros da Comissão de Agricultura e Agropecuária, estamos muito preocupados com a questão da agricultura em todos os setores. Temos defendido e debatido a redução de ICMS para o setor automobilístico etc., mas nunca discutimos o que vamos fazer, qual é o projeto que temos para o setor da produção agrícola no Estado de São Paulo. Como deputado do Partido dos Trabalhadores e membro da Comissão Permanente, coloco-me à disposição dos senhores. O Partido dos Trabalhadores, por ser a segunda bancada maior da Assembléia Legislativa, tem dois membros na Comissão

de Agricultura e temos trabalhado bastante neste setor, junto com o Deputado Edson Gomes e os demais membros da Comissão. O Deputado Aldo Demarchi participou da Comissão de Agricultura na outra legislatura. Estou no meu terceiro mandato nesta Casa e tenho visto e ouvido várias colocações, mas o que tem mais me sensibilizado é a agricultura, pelo menos nestes três setores: citricultura, sucroalcooleiro e agora o setor de produção de frangos, que eu não imaginava que estivesse vivendo uma situação dessa.

Temos o prazer de conviver com deputados da Comissão de Agricultura e Pecuária que realmente são sensíveis à questão da agricultura. Fui obrigado a me tornar metalúrgico, mas trabalhei na roça até 23 anos. Como não tinha terra, nem milho plantava, porque não tinha preço naquela época. Tive que vir para a cidade, me tornei metalúrgico e depois, por ser um dos fundadores do PT, me tornei deputado e estou aqui na minha terceira legislatura. Parece que é um vício e a agricultura não sai da alma e nem do coração da gente todo dia. Tenho muita preocupação e acho que o Estado de São Paulo tem uma vocação agrícola que não podemos deixá-la sair pelos vãos dos dedos de jeito nenhum.

Quero agradecer ao Deputado Aldo Demarchi, aos senhores e gostaria que passassem esses dados também para nós.

**SR.** – Além de avicultor, sou vereador da minha cidade, por isso carrego duas cruzes, a de avicultor e de político, hoje uma classe um pouco desgastada, mas contamos com alguns políticos com a fineza dos senhores que aqui

permaneceram até agora. Há alguns sessões atrás na minha Câmara fiz uma moção referindo-me a isso que o Diego disse até agora e encaminhei a todas as lideranças desta Casa para que passassem, também aos seus pares de bancada. Enviei a moção também ao Secretário da Agricultura e ao Governador.

Espero que V.Exa. receba essa moção que está pedindo apoio desta Casa, porque a avicultura passa por momentos difíceis e não é de agora. Isso já vem

acontecendo há algum tempo. Gostaríamos muito que todos os Srs. deputados tomassem conhecimento da situação. Muito obrigado.

**SR. EDSON GOMES** – Nobre Deputado Aldo Demarchi, quero agradecer profundamente V.Exa., assim como ao nobre Deputado Duarte Nogueira por esta reunião. Toda vez que cruzava com o Deputado Aldo Demarchi, nesta Casa, ele me falava que eu tinha que estar na reunião. Quero cumprimentar V.Exa. por essa magnitude de reunião, saudar o Presidente da Associação dos Avicultores do Estado de São Paulo, Dr. Célio, como também ao Sr. Diego por essa exposição maravilhosa. Quero saudar também todos os presentes. Vamos ter oportunidade de falar mais algumas vezes durante esta reunião.

Nobre Deputado José Zico Prado, membro da Comissão de Agricultura, muito atuante e extraordinário, temos estado à frente da Comissão de Agricultura desde outubro do ano passado e temos promovido semanalmente todos os debates da maior importância. Confessamos que o setor avícola está precisando neste momento de uma atenção extraordinária. Gostaria de dizer a V.Exa. que temos alguns amigos avicultores e ontem e hoje pela manhã fiz alguns contatos. Temos um amigo na Região Noroeste que está vendendo alguns milhares de galinhas a R\$ 0,06 o quilo, uma galinha por R\$ 0,12, uma caixa de ovos que custava R\$ 24,00, agora está sendo vendida a R\$ 14,00. É um setor extremamente importante e que está passando essa dificuldade. O Sr. Diego estava falando do preço do milho e eu estava aqui encolhido porque também sofro este problema do milho e vou sofrer duplamente, porque agora estou pensando em produzir o milho, através de um pivô central no Mato Grosso do Sul, movido a óleo diesel. Estamos debatendo no setor agrícola para que a agricultura seja um grande negócio. O Sr. Secretário da Agricultura também vem desenvolvendo um trabalho, está se empenhando e conhece a matéria. O Dr. João Carlos Meireles realmente é um Secretário que tem experiência.



Precisamos irrigar São Paulo com condições, baratear os insumos. Setenta por cento (70%) do setor avícola e demais setores da economia dependem do insumo milho. Temos condições de duplicar a produção de milho em São Paulo, barateando o seu preço. O que o Dr. Diego disse é muito sério. Hoje estamos comprando o quilo a R\$ 0,90 centavos, mas amanhã poderemos estar pagando R\$ 1,50 por quilo, mas até lá a maioria dos avicultores já quebraram. Depois vai ficar com meia dúzia de avicultores e também na meia dúzia de gente produzindo grãos em Goiás e nos outros Estados que têm incentivos.

Gostaria que ficasse aqui o compromisso de abraçarmos esta questão, urgentemente, inclusive já tenho um reunião marcada com o Secretário da Agricultura na semana que vem, exatamente para tratar da produção de grãos, para ver se nos dá uma força para a construção de união de alta tensão para que se possa instalar vários pivôs centrais na nossa região. Poderemos falar também com o Sr. Governador, com o Sr. Ministro da Agricultura.

Pelas suas colocações, nobre Deputado José Zico Prado já fica aqui um compromisso. Hoje à tarde estaremos debatendo o setor citrícola, que também já passou por uma crise e este ano vai se aprofundar. Nobre Deputado Aldo Demarchi, que está conduzindo de uma maneira extraordinária esta reunião, talvez tenhamos já algumas propostas no final para podermos levar ainda hoje ao seu conhecimento.

**SR. JOSÉ ZICO PRADO** – Nobre Deputado Aldo Demarchi, quero agradecer a V.Exa. pela oportunidade e pela presença dos senhores. Quero me colocar à disposição. O encaminhamento que o nobre Deputado Edson Gomes está fazendo é uma proposta, mas tinha que ser para ontem. Sobre as propostas colocadas por S.Exa. vamos falar no final da reunião com mais profundidade, porque diante das colocações dos senhores, a situação já está no fundo do poço. Precisamos tomar providências urgentemente. Temos que nos movimentar em nível estadual e, se for o caso, também em nível federal para que possamos apresentar solução, uma vez que este é o papel do Poder Legislativo.

**SR. EDSON GOMES** – Agradecemos também ao nobre Deputado Aldo Demarchi e ao nobre deputado Duarte Nogueira por esta idéia.

**SR. ALDO DEMARCHI** – Quero informar que o nobre Deputado Edson Gomes, como Presidente da Comissão Permanente da Agricultura, vive o meio e o setor. Sua Exa. fez uma proposta nesta Casa, que está sendo discutida e encontrando muita resistência, para destinar um percentual do produto da privatização para o financiamento da irrigação, justamente para aumentar a produção do milho.

Passo a palavra ao Dr. José Augusto, da Granja Alvorada que tem um projeto bem integrado.

**SR. JOSÉ AUGUSTO** – De antemão quero parabenizar o Dr. Célio Terra por sua explanação, ao meu colega Diego Fracasso, que conseguiu praticamente colocar tudo aquilo que a avicultura está precisando no momento. Quero fazer algumas colocações porque todos os colegas aqui terão algo a falar também.

A avicultura do Estado de São Paulo está numa situação extremamente delicada.. Ela está mais com o pé na cova do que agonizando. O Diego colocou muito bem. Esse oligopólio não está se formando, porque ele já está formado e de uma maneira perversa, destruindo plenamente a avicultura do Estado de São Paulo, que é a pioneira deste país. Trata-se de um oligopólio exportador que está em torno de oito empresas grandes, produzindo de 68 a 71% da avicultura de corte brasileira. Isso faz com que eles tenham grande chance de exportação, porque tem um poder econômico mais forte, as grandes benesses, principalmente do Sul, que forneceram subsídios muito fortes para essas empresas principalmente por elas serem ativas no setor exportador. Porque o seu Estado não tem um parque muito grande, elas se tornam as principais vedetes produtoras de empregos etc. de cada Estado. Por estas razões, elas têm benefícios muito grandes e são exportadoras. Basta surgir um pequeno problema na exportação dos seus produtos em nível mundial, para

jogarem no lixão do Brasil, que é o Estado de São Paulo. Elas mandam 10 a 20 mil toneladas de frangos para São Paulo, ao preço que quiser, porque elas falam que o Estado de São Paulo absorve qualquer coisa barata. Nosso Estado pega em detrimento do emprego de muitas pessoas que são nossos empregados, que cada dia mais estão fechando as suas portas. Um dia é o Frango Sul, outro dia é Sadia, outro dia é Perdigão. Nós somos o que dentro do Estado de São Paulo?

Se os Srs. Deputados não tomarem providências a respeito do que está sendo colocado aqui hoje, o Diego já disse, a nossa avicultura acabará. Seria importante que o Sr. Governador e o Sr. Secretário da Agricultura tomassem conhecimento disso para tomarem providências hoje, porque o tempo vai passando, e depois vai ser tarde.

Com todo respeito aos meus colegas, não sei se estou exagerando em alguma coisa, mas a situação é daí para pior, tanto no setor produtivo de pintinhos, como no setor de frango de corte, haja vista que a produção de um quilo de frango hoje para o frigorífico está em torno de R\$ 1,20 a R\$ 1,23. Este é o custo, mas que está sendo praticado entre R\$ 0,88 a R\$ 0,90 o quilo. Quem está pagando por isso?

Outra coisa que gostaria de frisar e que talvez os governantes não tenham notado para isso, porque às vezes é muito mais importante ter o produto barato aqui dentro, sem saber que a empresa está quebrando. Então o governante fica quieto porque naquele momento ele está sendo beneficiado. O frango está com o preço barato, o consumidor está satisfeito e o governante se sente bem. Mas o dia de amanhã a coisa vai ser diferente, não vai ser como hoje e esse oligopólio vai poder agir livremente e botar o preço que quiser, porque o resto já foi. O governo só vai sentir quando perceber que não está entrando dinheiro de imposto da produção de frango no seu bolso, porque a avicultura já quebrou. Isso acontece muito no Brasil. Gostaria de frisar bem aos nossos deputados que estão presentes. Infelizmente não está presente o Sr. Secretário da Agricultura, porque o assunto é muito importante.

Esperamos que essas providências sejam tomadas de imediato, porque se demorar muito não vai mais ter saída. Esse oligopólio já existe e está jogando todo

o seu excedente no Estado de São Paulo. Agora, o nosso não é excedente, é o produto principal. Cada dia, estamos convivendo com uma proposta de cada indústria que não consegue exportar etc. Mas esse oligopólio tem financiamentos muitos altos. Há alguns dias saiu na primeira página da *Gazeta Mercantil* que uma grande empresa do Sul, a Sadia, recebeu 760 milhões de reais do BNDES. Parte desse financiamento será usado para financiar o estoque, que ela não conseguiu exportar, nem jogar no lixo.

Quero elogiar muito a descrição feita pelo Diego, que deve ter pesquisado e trabalhado bastante para escrever tudo aquilo que precisamos de momento. Muito obrigado.

**SR. ALDO DEMARCHI** – Em seguida, ouviremos o Sr. Rui Fernando Pinoti, da Granja Remanso. Se alguém quiser acrescentar alguma coisa ou fazer alguma observação a respeito do que está sendo colocado pelo expositor, é só pedir a palavra, pela ordem.

**SR. RUI FERNANDO PINOTI** – Bom-dia a todos, Srs. deputados, senhores presentes. Sou engenheiro agrônomo e produtor de frangos. Hoje venho aqui como produtor de frango pela delicadeza, pela sensibilidade e acertiva que o nosso colega colocou. O problema hoje do Estado de São Paulo se resume a uma coisa só, se esta Assembléia e o Governo de São Paulo querem que exista avicultura em São Paulo, precisam tomar a partir daí uma decisão. O nosso problema não é técnico e nem logístico. O que os nobres companheiros e líderes dessas associações colocaram não é um problema para ser resolvido a médio e longo prazo. O nosso problema é cíclico de 45 dias. O nosso problema precisa ser resolvido dentro de 30 dias. As pressões que sofremos da concorrência de Estados sulistas e agora de Goiás são extremamente graves e colocam o produtor em condição extremamente delicada. Da mesma maneira que os Srs. deputados ciclicamente, a cada quatro anos, correm atrás do seu eleitor para se manter na linha de fogo, nós, a cada 45

dias temos que correr para pagar a conta que hoje não temos condições, porque as regras são desiguais. Uma colocação só tem que ser feita. Interessa ou não continuar com a avicultura dentro do Estado? Temos técnica, qualidade, mão-de-obra e o maior mercado consumidor que está aqui dentro. Não pode acontecer, como disse o companheiro, interessa ter um frango barato, interessa fazer âncora do real, vamos fazer olhos de mercador e deixar quebrar toda uma estrutura montada. Tenho lá oito pessoas ligadas a isso. Piorou, fica com mais oito desempregados. O Deputado José Zico falou do problema na área canavieira, na área citrícola. Estamos acabando com o pequeno produtor de sítio. Na área canavieira foi retomado o pró-álcool, que desestabiliza todo o interior. É o que estamos vendo na avicultura passivamente.. O assunto é muito delicado e há uma premência de sairmos daqui com uma conclusão para tomar uma decisão rápida. As autoridades devem chegar para a gente e dizer: Interessa tocar. Acreditando neste Estado, vamos continuar. Se não vamos embora para Jataí, Maringá. Vamos tocar o negócio onde temos condições de briga. Não somos incompetentes. As armas é que são diferentes do produtor de Goiás, de Mato Grosso e do produtor paulista. Hoje temos que sair com uma postura. Ou seja, proteger frango de São Paulo. Protegendo o produtor de São Paulo, vamos proteger o emprego de São Paulo, pelo qual o nosso Governador Mário Covas tanto briga. Temos que levar subsídio para o Sr. Governador. Uma falha que vejo aqui. Cada um aqui vem lamuriar e chorar das coisas, mas tem que chegar efetivamente e falar que o *dumping* é assim, e para neutralizar tem que ser feito isso, isso, e isso e ponto final, para dentro de 30 dias ter resultado. Não adianta resolver daqui a 100 dias, porque até lá estaremos todos quebrados. Muito obrigado.

**SR. MARCOS** – Sou representante da Fricoque. Diante do que foi dito não me sobra muita coisa a dizer, porque a realidade já foi muito exposta. Vai haver mais debates e poderão surgir outras dúvidas. O que estou enfatizando é que precisamos transformar a Nossa Caixa no nosso banco agrícola. Estamos perdendo

o nosso banco agrícola, que é o Banco do Estado de São Paulo. O que precisamos no momento é dinheiro também, além das medidas tributárias que devem ser tomadas. Ignoro totalmente o que possa ser feito neste sentido. Mas precisamos de dinheiro, então devemos motivar a Nossa Caixa para que ela se torne um banco agrícola. O Banco do Estado de São Paulo já não está nas mãos do Governo do Estado de São Paulo. Ele era extremamente importante. Soube esses dias que lá na Agrishow ele financiou 65 milhões contra 85 do Banco do Brasil, abrangendo o Brasil inteiro, e o Bradesco financiou 50 milhões. A importância que ele tem como banco agrícola do Estado de São Paulo é muito grande, só que ela está se esvaindo. Precisamos transformar a Nossa Caixa num banco agrícola para que possamos buscar recursos. O primeiro recurso que temos que buscar é limites para importação, pelo menos o aval dela, que nos dê carta de crédito ou qualquer coisa desse tipo para podermos formar *pool* de importação de milho, que é a coisa mais premente nossa, pelo menos em termos de insumo. Isso seria também uma maneira de dar um fôlego para gente, porque poderia ser pago com um prazo maior.

A questão do milho também é extremamente importante, mas já foi bastante comentado. Apenas enfatizo que a oportunidade para se fazer uma campanha de produção de milho para melhorar a produtividade é muito boa, porque o milho passou a ter preço e não vai cair de preço em um ano ou dois.. Por mais que se produza, vai ter que se repor estoque, porque não temos nada. A ocasião é muito propícia. Esta campanha tem que ser feita, evidentemente pelo governo do Estado, através da Cati e de todos os órgãos que a Secretaria de Agricultura tem. A tecnologia existe e todo mundo sabe e é só difundir isso. E através de financiamento, que pode ser pela Nossa Caixa, que é um fator importante para aumentar a produção. Se o sujeito tem financiamento para milho, para comprar uma semeadeira moderna, fazer plantio direto e dobrar a produção, se isso for facilitado, vai haver mais plantio de milho. Creio que essa resposta possa ser grande e no ano que vem tenhamos alguma resposta isso.

Só lembraria, também, entrando nessa área de tributação, a respeito da qual não entendo nada, que estive lá em Santa Catarina e que neste Estado havia saído não só para as indústrias, mas também para a VEG, em vez de recolher ICM, transformá-lo em empréstimo para financiar um projeto. O ICM quem recolhe é o abatedouro, então teria que ser específico aos abatedouros. Esse projeto seria para petrificar o abatedor. Por exemplo, fazer um a linha de produção para produtos elaborados que não temos praticamente. Não há motivo para não ser feito aqui. O governo não pode dar o imposto para a gente, mas pode emprestar, com prazo de 10 anos, juros de 6% ao ano, mediante apresentação de um projeto. Isso a longo prazo surte efeito.

**SR.** – Pela oportunidade, Sr. Deputado Aldo Demarchi, na semana passada fizemos um seminário sobre o crédito agrícola. Tivemos aqui o Superintendente do Banco do Brasil, a Nossa Caixa, o Banespa, o Dieese e outras autoridades. Na verdade, o Dr. Marco está falando é uma realidade, o Banco do Brasil do Estado de São Paulo empresta 600 milhões, o Banespa um pouco menos, mas a Nossa Caixa está na ordem de 10% do que o Banespa financia e ao redor de mais ou menos 8% do que Banco do Brasil financia. Fizemos um expediente a Governador para que a Nossa Caixa realmente aumente esse volume de dinheiro. Muito obrigado.

**SR.** – Deputado Aldo Demarchi, colegas presentes, se hoje estamos frente a problemas de 30 a 40% nos preços, não podemos esquecer que o milho e a soja consumidos por esses frangos produzidos em Santa Catarina e no Rio Grande de Sul é milho e soja, na sua maior parte, também trazidos de outros Estados. Conseqüentemente, essas empresas têm os mesmos custos dos nossos insumos. Não é porque essas empresas conseguem em função de uma posição geográfica ou por qualquer outro motivo produzirem por um custo menor que o nosso e, portanto, oferecem a nosso mercado a preços mais competitivos. Não se trata disso. Não vamos cometer esse erro. Existe a intenção criminosa de acabar com a nossa

avicultura. Não adianta trabalho político em se buscar uma redução, embora tudo ajude, de 1 a 2% de ICMS ou qualquer pequeno subsídio à nossa avicultura. A situação é certíssima. O que mais preocupa é a velocidade da deterioração dessa situação. A cada dia temos novidades piorando a nossa posição no mercado. A cada dia se ouve que um produtor quebrou, que outro pediu concordata, que outro vai parar. Eu me arriscaria a dizer que toda a avicultura paulista, por exemplo, hoje, está à venda. Se uma pessoa chegar a um avicultor qualquer e perguntar se vende a sua propriedade, ele imediatamente vende e vai acender uma vela para Santo Antônio para que isso aconteça.

Portanto, não vamos confundir as coisas. Existe a clara intenção de acabar conosco. O que representa a avicultura paulista? Em torno de 30% da avicultura brasileira. Talvez esquecendo o Norte e Nordeste, ela representa cerca de 40%. Isso representa, em termos de projeto de expansão para essas grandes indústrias, uma fatia fantástica. Você não pode desprezar o tamanho de um mercado desse.

**SR. WALDOMIRO FERREIRA** – Sou Presidente da Associação Paulista de Criadores de Suínos. Prezados senhores, quero parabenizar a Comissão de Agricultura por esta iniciativa. O que a suinocultura está fazendo neste momento nesta Casa? Estamos trazendo o apoio para a reivindicação da avicultura, porque entendemos que a cadeia produtiva da proteína animal do Estado de São Paulo passa por uma crise muito grave. A suinocultura está no mesmo processo de um frango barato hoje em São Paulo e também tem uma repercussão da falência da suinocultura em São Paulo. O frango barato que vem do Sul subsidiado e financiado, porque sabemos dos megaprojetos, está liquidando a avicultura do Estado de São Paulo e, com certeza, irá eliminar a suinocultura, que também gera emprego neste Estado. Portanto, nós da suinocultura paulista, através da Câmara setorial, estamos neste momento dando total e irrestrito à avicultura pelas suas reivindicações.



Gostaria apenas de fazer uma proposta. Falamos muito aqui em termos da Secretaria da Agricultura. Precisamos urgentemente buscar a Secretaria da Fazenda e a Secretaria do Planejamento nessas questões básicas. Um dos graves problemas que acontece na questão de tributação no Estado de São Paulo é o voto unânime do Confas. Precisamos derrubar isso definitivamente. Esse voto unânime do Confas está criando um *dumping* entre o Sul e o Centro-Oeste em termos de pecuária. Sabemos que as grandes empresas hoje sediadas no Sul do país estão levando algumas das suas atividades para o Centro-Oeste, colocando o Estado de São Paulo e o Estado de Minas Gerais ilhados. Se não derrubarmos esse voto chamado de unanimidade dentro do aspecto do Confas, estamos fadados a morrer rapidamente. Em nome do setor da proteína animal, da cadeia produtiva, estamos muito preocupados porque a nossa sensibilidade com a avicultura é muito próxima. É importante dizer que a cadeia produtiva da proteína animal do Estado de São Paulo está sendo afetada. Irão morrer todos os abatedouros, todos os laboratórios, todas as fábricas de rações, todos os produtores, mas o empresário Diego foi muito feliz na sua colocação na questão da geração de empregos. Há muita demagogia em termos de números, mas o importante é dizer que dentro da agricultura paulista os dois setores que conseguem agregar, manter o êxito rural é a suinocultura e a avicultura. Geramos emprego de domingo a domingo e fixamos, definitivamente, não na teoria, mas, na prática, o homem no campo.

Gostaria por último apoiar as palavras que o momento não é amanhã. O momento foi ontem e se quisermos ser presentes hoje tem que ser alguma coisa de imediato. Se for possível, gostaria que esta Comissão levasse essa reivindicação da questão do Confas, que é muito preocupante. Esse é o verdadeiro *dumping* na prática política.

**SR. ALDO DEMARCHI** – Esse grupo de trabalho foi instalado junto com o Fórum São Paulo século 21, que tem vários grupos formados nesta Casa para discutir a peculiaridade de cada setor produtivo. Estávamos até sentindo falta do

setor da avicultura. Temos amigos de conversa, não só de negócio e ouvimos a lamentação. Pedimos para Diego convidar o Presidente da Associação para vir fazer uma exposição aqui, uma vez que a caixa de ressonância que todos os paulistas têm é nesta Casa. Liguei para o Sr. Secretário da Agricultura e não sei isso vai ser possível, porque cada um evidentemente já tem a sua agenda, mas interrompemos a nossa, e S.Exa. nos receberá juntamente com uma comissão nomeada pelos senhores, para podermos discutir os problemas que ouvimos aqui hoje. Não deixaríamos para amanhã. Já iríamos hoje encontrar com o Sr. Secretário da Agricultura, por volta das 14 horas e 30 minutos. Gostaria também que o Presidente da Comissão Permanente pudesse nos acompanhar.

**SR. EDSON GOMES** – Hoje estamos presidindo uma reunião sobre citricultura e, infelizmente, não vou poder acompanhar os senhores.

**SR. ALDO DEMARCHI** – Eu, de qualquer forma me encontrarei com o Sr. Secretário e gostaria que alguns dos senhores do setor da avicultura pudesse ir também., porque seria de extrema validade e importância. Eu fiquei impressionado, embora já tivesse ouvido do Diego, do Marco Antônio e do próprio Figueiredo os problemas que vocês estão passando. Mas hoje com o relato do Presidente da sua associação e também daqueles que vivem em outras regiões, temos que agilizar isso tudo.

Gostei muito das palavras do Presidente da Associação dos Suinocultores, quando sugere que acionemos outros órgãos e outros secretários. Mas temos que começar pelo Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, levando essa preocupação. Esta reunião foi gravada e será depois transcrito no relatório e o governo tomará conhecimento, mas é evidente que isso demora mais. Estamos querendo abreviar isso e levar essa preocupação ao Secretário ainda hoje.

Agradeço a todos os senhores, ao Presidente Célio Terra, ao Diego e a todos os senhores do segmento. Podem estar certos de que não é só neste grupo, mas

também na Comissão Permanente de Agricultura desta Casa tem gente do ramo, que vive o problema do campo e isto é muito importante. Fui suinocultor por 21 anos e também membro da associação. Como estava falando para o Diego, vivemos aquela crise monstruosa e comecei vendendo as minhas matrizes, acabei com o meu capital e aquilo que tinha vendi, fiquei só com a criação de leitão. Inclusive o Diego foi um grande comprador nosso. Definitivamente saí do ramo, quando percebi que o porco, além de comer soja, milho estava comendo também a minha casa, meu carro.

Agradeço a todos os senhores e espero que não aconteça isso aí com os avilcutores. Por isso precisamos agir e acionar os órgãos do governo. Muito obrigado a todos.

**20.06.2000**

- Duarte Nogueira – Deputado. Coordenador do grupo temático Agricultura e Agronegócios
- Aldo Demarchi – Deputado. Relator do grupo temático Agricultura e Agronegócios
- Evaristo – Granja Sagin
- José Roberto – Suinocultor
- Pedro Ribeiro Neto – Suinocultor da Granja Herval, De Sorocaba
- Edson de Almeida – Gerente Técnico da Saúde Animal Ltda
- Turgiani – Proprietário da Granja São João
- Geraldo Salasoli – Proprietário da Suinopool de Bragança
- André Quevedo – Jornalista da Revista Suinocultura Industrial
- Daniel Costa – Jornalista da Revista Suinocultura Industrial
- Laurindo – Nutricionista da Indústria Toruga
- Ubiratan Oliveira – Frigorífico Fisa
- José Geraldo Vasconcelos Coelho – Prefeito de Jambeiro
- Ronis Cornelis Wademaker – Produtor da Holambra
- Humberto Bruneli – Produtor da Fazenda Brasil, em Jambeiro
- Sandra Bruneli – Produtora de Jambeiro
- Alberto Pedro Vaz – Produtor, Vice-Presidente da A.P.C.S.
- Renato Alessandri – Proprietário da Suinopool
- Paulo Roberto Soriano Acedo – Secretário Municipal de Desenvolvimento de Agronegócios da Prefeitura de Bragança Paulista
- Olinto Rodrigues de Arruda – Vice-Presidente da Associação Paulista de Criadores de Suínos, e Presidente da Câmara Setorial de Suinocultura
- Waldomiro Ferreira Júnior – Presidente da Associação Paulista de Criadores de Suínos

debates - a sociedade se manifesta – Agricultura e Agronegócios

- José Rosseto
  - Piraci
  - José Carlos Camargo
  - José Benvenga
  - Tadeu
- Suinocultor
  - Frigorífico Itapeceira
  - Pesquisador de Zootecnia da Estação de Suínos de Itapeva
  - Fazenda São Carlos (Descalvado)
  - Instituto de Tecnologia de Alimentos

**SR. DUARTE NOGUEIRA** – [...] Evaristo, da Granja Sagin, José Roberto, que é Suinocultor, Pedro Ribeiro Neto, também Suinocultor da Granja Herval, de Sorocaba, Edson de Almeida, que é Gerente Técnico da Saúde Animal Ltda., Turgiani, proprietário da Granja São João, Geraldo Salasoli, proprietário da Suinopool de Bragança, André Quevedo, Jornalista da Revista Suinocultura Industrial, Daniel Costa, que também é da Revista Suinocultura Industrial, Laurindo, que é Nutricionista da Indústria Toruga, e Ubiratan Oliveira, do Frigorífico Fisa. Quero também agradecer a presença de José Geraldo Vasconcelos Coelho, que é Prefeito de Jambeiro. De Ronis Cornelis Wademaker, que é produtor de Holambra, Humberto Bruneli, produtor da Fazenda Brasil, em Jambeiro. De Sandra Bruneli também de Jambeiro. De Alberto Pedro Vaz, que é produtor, vice-presidente da APCS. De Renato Alessandri, que é proprietário da Suinopool. E de Paulo Roberto Soriano Acedo, que é Secretário Municipal de desenvolvimento de Agronegócios da Prefeitura de Bragança Paulista.

A todos vocês e aos demais que ainda não se fizeram registrar, por favor, façam através da Secretaria dos nossos trabalhos. E imediatamente passo a palavra a Waldomiro Ferreira, para que inicie a sua exposição.

Gostaria de convidar, para sentar aqui, na Mesa Diretora dos trabalhos, de Olinto Rodrigues de Arruda, vice-presidente da Associação Paulista de Criadores de Suínos, e Presidente da Câmara Setorial de Suinocultura.

**SR. WALDOMIRO FERREIRA** – Deputado Nogueira, em nome da Associação Paulista de Criadores de Suínos, Nogueira, para quem não conhece, é da região de Ribeirão Preto, Engenheiro Agrônomo, ou seja, conhecedor dos problemas agrícolas do Estado de São Paulo, vice-líder do Governo do Estado de São Paulo. Tem o seu mandato voltado para a agricultura paulista, como uma das opções e prioridades.

Para nós, Nogueira, é uma satisfação estarmos aqui dentro deste Grupo Temático dos Agronegócios. Quando estivemos aqui, na apresentação da

Avicultura, sentimos que neste grupo poderíamos transformar num fórum, para que realmente pudéssemos trazer as reivindicações do setor suinícola, que passa por um momento muito difícil, inclusive um dos piores momentos nos últimos quarenta anos no setor.

Vamos fazer uma apresentação rápida mostrando mais ou menos o que estamos imaginando do setor. Não sei se o pessoal do fundo está conseguindo enxergar o telão, mas se houver necessidade, apagaremos um pouco a luz ou fecharemos um pouquinho aqui a cortina. Não sei se há necessidade.

**SR. DUARTE NOGUEIRA** – Todo mundo aí no fundo está enxergando mais ou menos bem? Acho que podemos prosseguir, Waldomiro.

**SR. WALDOMIRO FERREIRA** – Todos têm conhecimento de que o mundo está mudando bastante rapidamente. O mundo está numa aceleração muito rápida e isso requer por parte da iniciativa privada, e principalmente do setor primário, Deputado, conhecimento, agilidade e criatividade mais do que qualquer outra situação. E a pergunta que estamos fazendo para o setor, e estamos trazendo essa pergunta também para a Assembléia Legislativa do Estado, onde ocorrem as reivindicações maiores, a questão qual o caminho que o Brasil tende a trilhar nos Agronegócios.

O grupo que o Deputado coordena, como Grupo Temático dos Agronegócios de São Paulo, é a nossa questão neste momento. Onde o setor de proteína animal, Avicultura, Suinocultura, seguirá?

Então, esta é a pergunta que estamos fazendo, e aí está ele, que na verdade é o produto que faz essa pergunta: Qual é o caminho da Suinocultura de São Paulo?

Em primeira mão, gostaria de apresentar alguns dados, Deputado, para que o senhor tenha noção do que representa a Suinocultura num todo. A cadeia produtiva da carne suína é muito importante no contexto não só Brasil como mundial.

A produção mundial de carne suína é de 216 milhões de toneladas. E 86.000 toneladas de carne suína, representando 40% da participação da carne suína. Entretanto, no Brasil temos um diferencial. Enquanto no resto do mundo a carne mais produzida é a carne suína, enquanto no resto do mundo a carne mais consumida é a carne suína, entretanto no Brasil temos a terceira carne mais consumida. E 28,5% é a carne bovina.

Então, dentro desde slide mostra a importância da participação da carne suína, enquanto proteína animal, em nível mundial.

Na América do Sul, o Brasil tem uma importância muito forte. E quando estamos trabalhando sobre blocos econômicos, estamos verificando que esses blocos econômicos têm uma representatividade muito forte no mercado Nafta, no Mercado Comum Europeu, no Mercado Asiático e agora no Mercosul.

A América do Sul produz neste momento 2 milhões e 700 mil toneladas de carne suína. Isso representa muito pouco superior à Espanha em termos de produção. E o Brasil representa 70% da produção espanhola. Isso demonstra que temos um vasto mercado para ser conquistado. Esse slide demonstra que a América do Sul, e com certeza o Brasil tem uma grande possibilidade de ser um grande produtor de suínos, para abastecer a nível mundial.

Hoje, na questão da globalização, das questões que sabemos da importância da globalização, entretanto a globalização em alguns momentos leva a pensar se estamos no caminho certo ou não, temos neste momento algumas restrições, principalmente nas exportações brasileiras em regiões de países selecionados.

Vamos pegar um deles. Os Estados Unidos, o que pensam a respeito da carne suína? O primeiro deles é a proibição das exportações brasileiras. Alega-se risco de contaminação do rebanho. E, segundo, outro bloco econômico importantíssimo, que é a Comunidade Européia e o Japão, a proibição das importações de carne *in natura*, produtos suínos não cozidos ou não curados por mais de seis meses.



Como estava dizendo, Deputado, temos dois grandes competidores a nível mundial: Os Estados Unidos e a Comunidade Européia e o Japão, que neste momento criam algumas restrições à nossa carne suína, para entrar nesses países.

Vamos ver alguns tópicos sobre os indicadores de competitividade. Ou seja, dentro do complexo do Agronegócio Suinícola, precisamos ver qual é a expectativa da Suinocultura, não só no âmbito estadual como no âmbito nacional e no âmbito internacional.

A Comunidade Européia dos quinze países tem um custo de produção hoje de 1,20 dólar por quilo e suas características são problemas ambientais, alta densidade populacional e problemas sanitários crescentes. Ou seja, isso contrapõe um pouco à Suinocultura de São Paulo e à Suinocultura brasileira. Enquanto temos uma capacidade de hoje produzir abaixo desse preço, temos hoje grandes áreas ainda, e lá na frente o senhor vai enxergar, temos grande potencial de sermos um produtor de suínos para abastecer o Mercado Comum Europeu. Só como número, enquanto o Brasil, neste momento, está consumindo 10 quilos por habitante-ano de carne suína, a Comunidade Européia consome 44 quilos por habitante-ano. Ou seja, é um grande mercado.

E levando em consideração que este Governo Federal tem um grande interesse na questão da balança comercial, a Suinocultura torna-se como um grande ápice para o Plano Real e para as suas políticas de exportações.

Outro mercado que nos interessa muito é o mercado do Japão, que pelo seu custo de produção, torna-se inviável, nos próximos anos, comparando-se a esse custo de 2,50 dólares. Suas características são a alta densidade populacional e o elevado custo de produção. Aliás é o maior custo de produção em nível mundial.

Outro dado que é importante colocar é em nível dos Estados Unidos, que são os nossos grandes concorrentes a nível mundial. E por ser um grande concorrente, precisamos ter uma política, e este é o primeiro tema que gostaríamos de colocar, não podemos entender o que está acontecendo, em nível de Governo Federal, incentivar determinadas indústrias americanas para virem produzir suínos,

financiadas até pelo BNDES, em contramão que não existe financiamento, em nível de Suinocultura de São Paulo ou em nível de Suinocultura nacional. Os americanos estão praticamente no mesmo patamar que o nosso, ou seja, um custo de produção em torno de 60 a 70 centavos de dólar por quilo. E também têm grandes problemas ambientais.

Estamos utilizando aqui a expressão problemas ambientais, a Comunidade Européia, hoje, que é a maior consumidora de carne suína, só para dar um exemplo, a Holanda, nos próximos cinco anos, deverá reduzir o seu plantel de 14 milhões para 10 milhões por habitante-ano. E o Brasil tem um grande potencial nesse aspecto.

E no Brasil, quais são as nossas perspectivas? Um custo de produção em torno de 59 a 62 centavos de dólar por quilo. Quais são os nossos problemas no momento? É uma grande fronteira agrícola ainda a ser explorada. Problemas sanitários sobre controles nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. E problemas ambientais.

Podemos acrescentar neste slide que agora, recentemente, exatamente no dia dezoito de maio, o Estado de São Paulo foi decretado como área livre de febre aftosa, considerando-se o Estado de São Paulo como apto às exportações, dentro do circuito Centro-Oeste. Isto é uma conquista do setor privado, que vem com um trabalho cansativo até de um controle de erradicação da peste suína clássica.

Só que deparamos com isso, Deputado. Os países desenvolvidos tiveram subsídios no ano passado de 356 bilhões de dólares. Em contrapartida, a dívida externa dos 33 países da América Latina, inclusive o Brasil, foi de 418 bilhões.

Enquanto tivermos uma política globalizada, onde estamos deixando entrar tudo e não estamos criando algumas barreiras de proteção ao setor, provavelmente não teremos condições de ter essa competitividade, em função dos subsídios que principalmente a Comunidade Européia vem enfrentando.

Isso mostra bem o Custo Brasil. Apesar de não termos incentivos, temos um custo muito alto. Olhe os tributos hoje colocados a nível Brasil, o chamado Custo Brasil.

A Inglaterra, a Irlanda, a Hungria e o México praticamente têm zero por cento em alimentos industrializados. A França tem 5,5, a Espanha 6, a Holanda 6, a Alemanha 7, Portugal 8 e o Brasil 34,7% em termos de tributos. Isso demonstra que algo está errado no setor da produção primária. E, nobre deputado, algo tem de ser feito, senão estamos fadados a morrer, em função de pagar imposto, pagar imposto, pagar imposto em detrimento de termos condições de produzir.

Esse quadro não pode continuar, até porque senão o setor, principalmente o da proteína animal, dos produtos industrializados estará fadado a morrer.

Outra questão que traz muitas preocupações neste momento, principalmente para a Suinocultura de São Paulo e para a Avicultura é a questão do abastecimento de grãos. Temos um problema seríssimo para o segundo semestre a ser enfrentado, nobre deputado. Praticamente este último item aqui, esta última linha demonstra bem o estoque do Governo está zerado em termos de grãos. Num país com a extensão do Brasil, estamos fadados, no segundo semestre, a buscar importações para abastecimento de grãos, principalmente milho e soja, para colocar a nossa produção pelo menos dentro de alguns níveis de qualidade, em termos de produção.

O importante é dizer que não temos um processo de desligar a maquininha, como tem a Avicultura. A produção de dezembro, em termos de carne, ao consumidor final, já está na granja, já que temos um ciclo reprodutivo muito longo, praticamente a quase nove meses de ciclo reprodutivo.

Então, toda a nossa produção do segundo semestre já está escalada, já está dentro das nossas granjas. E isso é que nos preocupa muito, que teremos um segundo semestre com déficit de grãos, já que o nosso custo de produção, 70% do nosso custo de produção está ligado á alimentação, basicamente milho e soja.

Diante do quadro que está sendo demonstrado em nível de segundo semestre, a nossa preocupação é em relação a custo de produção.

Falamos de coisas muito negativas. E às vezes quando viemos para uma reunião dessa, principalmente num momento desse, onde a fisionomia, o semblante de todos demonstra que estamos passando por um sério problema, em função de que o nosso capital, o nosso investimento está indo pelo ralo, a verdade é bem esta a palavra, em função de todos esses problemas macroeconômicos que estão ocorrendo, queremos mostrar também que somos um grande potencial em nível de produção de proteína animal.

E aí gostaria de trazer um exemplo para o Governador Mário Covas, do qual o Deputado é vice-líder aqui na Casa. Somos um setor que pode trazer ao Governo do Estado uma grande saída para vários pontos. E é nisso que vamos nos debater agora.

Representamos um potencial de 1 bilhão e 56 milhões de dólares em nível de cadeia primária. Em nível de cadeia num todo, representamos 5 bilhões e 84 milhões. E o importante é que a Suinocultura tem uma capacidade de geração de emprego muito grande em nível direto.

Queria dizer, Deputado, que, hoje, geramos 76.000 empregos só dentro da porteira. A relação de troca é para cada trinta matrizes alojadas você gera um emprego. Para cada três matrizes alojadas você gera um emprego em toda a cadeia produtiva. Esse número pode chegar a 730.000 empregos em nível de cadeia produtiva da carne suína, analisando-a desde a produção de grãos até o consumidor final.

O importante é dizer que no aspecto de geração de emprego, a Suinocultura tem um ponto crucial. Temos uma relação com os nossos funcionários, porque temos uma convivência social e diária com o trabalhador. Temos o homem hoje fixado no campo, de segunda a segunda. Porque os suínos requerem uma tecnologia praticamente diária, e por que não dizer até quase minuto a minuto. Isso faz uma relação capital e trabalho um pouco diferente com o processo da indústria,

onde você fecha as máquinas na sexta-feira e você não vínculo nenhum mais com o seu trabalhador. Na Suinocultura acontece o contrário. Além de tudo, de termos toda a folha de pagamento, todos os incentivos sociais que são dados ao nosso funcionalismo, o importante é dizer que fixamos o homem. Até então têm algumas granjas aqui que podemos relatar, que já tem hoje trabalhador de mais de dezoito anos e que o seu filho já está trabalhando também na granja. Ou seja, praticamente fica um trabalho entre famílias. Isso é importante em termos de fixação do homem no campo.

Dizem muito que a Suinocultura paulista não pode ir para frente porque é um Estado extremamente urbanizado.

Com este gráfico, Deputado, queremos mostrar a importância do Estado de São Paulo perante os outros Estados, inclusive os outros países. Vejamos este gráfico. Suínos por pessoa, suínos por quilômetro quadrado e consumo por habitante-ano. Os Estados Unidos têm 0,22 suínos por pessoa. E têm 10,2 suínos por quilômetro quadrado. A China tem 0,39. Tem 50,6 suínos por quilômetro quadrado. O Brasil em média 0,22 suínos por pessoa. Tem 4,2 suínos por quilômetro quadrado. E tem 10,05 quilos por habitante-ano de consumo. A Europa tem 0,32 contra 36,8.

Estes são os dados dos quatro maiores indicadores, para mostrarmos a importância da Suinocultura de São Paulo.

Veja este quadro. O Estado de São Paulo tem 0,05 suínos por pessoa. Ou seja, dentro de um estudo de viabilidade econômica, São Paulo tem uma grande potencialidade de crescimento. Isso precisa ser falado abertamente. Tem 7,96 suínos por quilômetro quadrado. Ou seja, comparando com os Estados Unidos, a China e a Europa, ganhamos em qualquer índice. Então, a Suinocultura de São Paulo é viável, sim. Tanto é viável que temos condições ainda de crescer muito, e estamos no grande centro consumidor, que é a cidade de São Paulo, a maior cidade da América Latina.

Então, este gráfico demonstra bem a nossa viabilidade econômica enquanto produção primária.

Outro dado que gostaríamos de colocar. Abate de suínos em 1999 no Estado de São Paulo, pelo Sispe. Hoje vemos dois mecanismos. O Sispe, que é inspeção do Senhor Presidente. E o SIFE que é inspeção federal. Qual foi o nosso desempenho no ano de 1999? São Paulo, dados da Coordenadoria de Defesa Agropecuária da Secretaria da Agricultura, abatemos 80.180 cabeças no Sispe. Abatemos, ou seja, 5.420.854 quilos abatidos. Vou entregar tudo isso ao final ao Deputado, em forma de disquete, em forma de documento. Ou seja, produzimos 5.420 toneladas de carne suína no Sispe. Isso dentro de 35 estabelecimentos comerciais, que estão credenciados pelo código Sispe. O abate de suínos, em 1999, SIFE, Inspeção federal, São Paulo abateu 829.626 cabeças. Uma produção de 56.089.354 quilos de animais abatidos, com uma produção de 56.000 toneladas de carne suína, em nível de inspeção estadual.

Vamos fazer, então, um resumo. Hoje, São Paulo tem 25 estabelecimentos inspecionados a nível federal, ou seja, frigoríficos que abatem carne suína. Entrou em São Paulo, e aí que é o grande problema, Deputado. Estou chamando-o de Secretário, não sei se isso é para o futuro, mas me permita, pois errei aqui no seu cargo. Entrou em São Paulo, e aí qual é o problema de São Paulo? São Paulo, além de tudo, de ter uma grande produção, ele tem um grande consumo. Então, tudo desova aqui. E com essa política tributária que está sendo executada em nível de Governo Federal, essa guerra fiscal tão combatida pelo Governador, está inviabilizando a competitividade da Suinocultura de São Paulo, dos frigoríficos de São Paulo, em detrimento das outras indústrias do Sul. Porque vamos comprovar nesses números. Entraram 388.172 cabeças no ano de 1999 no Estado de São Paulo. Foram 26.243.000 de quilos abatidos, representando 26 toneladas de carne suína que entraram no Estado de São Paulo. Isso representa em nível de São Paulo, vamos chegar então a um resumo: abates em São Paulo em 1999, pelo Sispe abatemos 80.180 cabeças, representando 6,18%. NO SIFE, na Inspeção

Federal, abatemos 829.626 cabeças, representando 63,92. E fora do Estado, o que entrou, 388.000, representando 30%, num total de 1.297.000. Se considerarmos todos os embutidos que entram no Estado de São Paulo, das Agroindústrias, cria-se um mercado na cidade de São Paulo de um consumo de 22 quilos por habitante-ano, contra a média de 10 quilos por habitante-ano.

Entretanto, temos uma Suinocultura no Estado de São Paulo extremamente independente. O nosso modelo de produção é independente. Ou seja, temos os nossos frigoríficos, que têm a sua iniciativa, e nós produtores da área primária. E fazemos uma comercialização livre, com a lei de mercado. Entretanto, quem impõe a lei de mercado no mercado de São Paulo são as agroindústrias, principalmente oriundas dos Estados do Sul, que em determinadas crises, e agora aconteceu uma crise na expectativa das exportações, sobraram um número “x” de animais nos Estados do sul, e onde vamos jogar esse excedente? Joga-se esse excedente no Estado de São Paulo, que é o grande centro consumidor. E o que acontece com isso? Acontece que os Estados do Sul têm um nível de incentivo, principalmente até de condições de recursos financeiros, completamente diferente do Estado de São Paulo.

Temos aqui três grandes frigoríficos do Estado de São Paulo que estão presentes, que poderão relatar isso mais abertamente, eles não têm condições de incentivos, principalmente incentivos para crescimento e principalmente para custo operacional. E sabemos que existem nas grandes agroindústrias incentivos principalmente pelo Governo Federal.

Isso cria uma diferença de mercado que está inviabilizando a Suinocultura de São Paulo em termos de competitividade.

Peço para que o Deputado observe bem esta questão. Se continuar essa guerra fiscal entre os Estados, São Paulo é o estado mais penalizado na produção primária. Certo, Olinto?

Quais são os “ins” da Suinocultura paulista? Ou seja, quais são os insucessos do nosso setor neste momento, que estão inviabilizando o nosso setor?

Lembro ao Deputado que hoje não dá mais para brincar com a Suinocultura. Há dez anos atrás, a viabilidade de uma granja de suínos no Estado de São Paulo era de 50 matrizes por propriedade. Há quatro anos atrás, era de 350 matrizes. Já tem estudos que nos próximos dois, três anos, a viabilidade de uma Suinocultura no Estado de São Paulo será de 500 matrizes por propriedade.

É bom lembrar ao deputado, e à imprensa que está presente, que a Suinocultura deixou de ser porco. A Suinocultura hoje produz um animal comparável tecnicamente com qualquer índice a nível mundial. A Suinocultura de São Paulo tem granjas hoje presentes aqui, enquanto que a média de produtividade é de 16 terminados por porca-ano, temos granjas hoje atingindo 24, 25 terminados porca-ano, Deputado. Há dez anos atrás, a espessura de toucinho do nosso animal era de 6 cm na carcaça. Hoje é de 1,8. Há dez anos atrás, levávamos 200 dias para produzir 90 quilos de peso vivo. Hoje, para produzir os mesmos 90 quilos de peso vivo, precisamos apenas de 135 dias. Isso foi o quê? Foi uma luta dedicada dia a dia do suinocultor buscando tecnologia na alimentação, tecnologia na genética, tecnologia na nutrição. Enfim, todo um apanhado de incentivos por parte do produtor que acreditou.

Entretanto, todos esses recursos praticamente foram financiados pela coragem do suinocultor paulista, mesmo tendo um custo altíssimo em nível de Estado de São Paulo. O primeiro deles é o desequilíbrio na cadeia. E São Paulo sente esse desequilíbrio porque estamos ao lado do consumidor.

Vou citar como exemplo o Olinto, que é um suinocultor de Itu, ele está ao lado do consumidor.

As nossas propriedades hoje instaladas no Estado de São Paulo não são propriedades como as do Centro-Oeste, que estão a 300, 400, 500 km do centro consumidor.

Hoje somos uma vitrine praticamente quase próxima à Rodovia dos Bandeirantes, onde temos Suinocultura de altíssimo nível de produtividade. Ou seja,



temos de produzir o melhor produto porque temos a grande vitrine. Entretanto, o desequilíbrio na cadeia é muito grande. Vamos apresentar alguns números.

Não temos não nem subsídio, mas queremos pelo menos uma igualdade nas questões que são dadas para os outros Estados.

A terceira é o baixo consumo. O quarto é a guerra fiscal interna. Falta de crédito rural. E por fim a política de grãos.

Vamos analisar rapidamente. Olhe este gráfico, Deputado. Cadeia produtiva de preços praticados em junho, ou seja, este mês. Enquanto produtores levamos 150 dias para produzir o animal, vendendo a R\$ 1,23 o quilo vivo, o frigorífico, em 48 horas, continua, sai do nosso produto, que levamos 150 dias, e joga esse produto para R\$ 1,85. Estes dois parâmetros aqui estão numa relação nem mais de sobrevivência. Porque se continuarmos a praticar esses preços, morre o criador e morre o frigorífico nesse momento. Por quê? Porque enquanto o nosso mercado de São Paulo ainda é estipulado pela carcaça, ou seja, o animal abatido em duas partes, sofremos uma enxurrada de cortes da carne suína. Cortes que levam apenas 24 horas depois do frigorífico para chegarem na prateleira do consumidor, chegam a R\$ 3,96. E na ponta final, R\$ 9,90 o preço do embutido, chegando em alguns lugares a R\$ 10,00, R\$ 11,00. É um parâmetro de 1.000% na cadeia produtiva. Não há cadeia produtiva de qualquer setor que agüente essa distorção. Precisamos às vezes até gritar, emocionadamente, precisamos de um socorro. Não dá para continuar essa política onde a cadeia mais importante, o setor mais importante, que é a produção primária, tem um preço de R\$ 1,23. E o senhor vai-se surpreender com o nosso custo de produção. Quem consegue produzir hoje com um preço de venda abaixo do custo de produção? Enquanto existe uma gordura financiada pelas grandes redes de supermercados, que pegam o produto do frigorífico basicamente pronto, porque hoje os frigoríficos do Estado de São Paulo são obrigados até a colocar uma câmara frigorífica no fundo do supermercado, porque ele não quer mais o estoque, ele não quer mais o risco. Por que o frigorífico é obrigado a ter o lombador? É lombador que se chama, Neto ou Peraci? O

lombador. É obrigado a ter à disposição do supermercado, 48 horas, a câmara frigorífica ao lado do supermercado. E só compra o que sai. Assim é fácil. Só que o preço final chega a R\$ 9,90.

Com todo o respeito, acho que precisa, como o próprio pessoal da Avicultura falou, precisa de uma CPI em cima desse processo da cadeia produtiva da carne suína. Não vejo outra forma. O processo é sério. Há uma distorção a economia do país. Precisamos chamar o CADE que controla a questão econômica. Porque isso está criando o quê? Vamos mostrar o que está criando.

Olhe o custo de produção. Vendemos a R\$ 1,23. Para uma granja de produtividade de 18 terminados por porca-ano, com preço do milho em São Paulo na faixa de R\$ 15,80 a saca, e farelo de soja na base de R\$ 400,00 a tonelada, o nosso custo por quilo de suíno vivo, hoje, é de R\$ 1,44, contra R\$ 1,23. Se continuar esse processo, não vamos agüentar. Até porque começamos a perceber que estamos começando a vender o nosso patrimônio, se não houver alguma emergência rápida. Porque estamos sucateando um dos setores mais importantes da proteína animal. Por que é mais importante? Porque recentemente foi feita uma pesquisa por uma empresa aqui de São Paulo, e 92% dos entrevistados disseram que a carne mais saborosa perante todas as carnes é a carne suína. Então, temos um mercado para ser conquistado.

Entretanto, estamos um pouco amarrados no aumento da nossa produção em função desses números.

Vamos ver mais um. O preço do suíno, Deputado, em dólar por arroba nos últimos 3,5 anos. Olhe o que está acontecendo com essa política macroeconômica.

No ano de 1997, a arroba, você conhece bem essa referência, valia 20 dólares e 45 cents. Das 52 semanas de comercialização, tivemos um preço médio de 20 dólares e 45 cents por arroba. No ano de 1998, caímos para 16.60 o preço médio das 52 semanas. Esse preço é posto frigorífico, ou seja, o animal terminado dentro do frigorífico aqui de São Paulo. No ano de 1999, chegamos a 13.16. Em dois anos, perdemos 7 dólares por arroba em termos de comercialização. E o duro é

que no ano 2000, na virada do milênio, sempre com a perspectiva de vamos mudar, o quadro não é muito favorável. Nos últimos 5 meses, de janeiro a maio, o preço médio da arroba suína no mercado de São Paulo é de 12.76. basicamente, perdemos 8 dólares por arroba, por animal vendido. Fazendo uma consideração que um animal hoje em média, corrija-me por favor, se estiver errado, em torno de cinco arrobas por animal, estamos quase que perdendo 40 por animal. É muito, se multiplicar por aquele número, de 1.290.000 animais abatidos, você veja mais ou menos o rombo que está acontecendo no setor.

Para isso, precisamos ter equilíbrio no setor. E uma das reivindicações não é muita coisa não. Para o milho, na base de R\$ 0,26 por quilo, se multiplicar por 60, vamos atingir um número aí, a saca de 60 quilos, o suíno tem de valer R\$ 1,82. Se não houver essa relação com o custo de produção, não temos condições de ter equilíbrio no setor.

Ao mesmo tempo, a carcaça a R\$ 1,85 o quilo, o preço do suíno é de R\$ 1,20. Os cortes, a média de R\$ 3,96 que colocamos no outro slide, o suíno tem de ser a R\$ 1,78. O que quero dizer com isso? Esse é o ideal. Esse é o que estamos hoje fadados a comercializar. Esse ponto de equilíbrio aqui para o suinocultor é deficitário, como já provamos. E tenho certeza de que é deficitário também para os frigoríficos. Estou falando bobagem? A R\$ 1,85 a carcaça, de São Paulo, disputando com a carcaça do Sul, com incentivos fiscais dos Estados do Sul, com diferimento de ICMS e outras coisas mais, com o sistema que uma agroindústria recentemente não teve condições de exportar carne suína, o que aconteceu? O Governo Federal foi lá e patrocinou não sei quantos milhões de reais para agüentar essa política de estoque dessas carcaças.

Em nível de cortes, se nós hoje, e aí é que está a distorção, enquanto o mercado varejista está vendendo o preço médio dos cortes a R\$ 3,96, principalmente os supermercados, o ponto de equilíbrio para os suínos é de R\$ 1,78. Nós estaríamos, então, neste momento, para ter uma certa lucratividade, precisamos estar vendendo no mínimo a R\$ 1,78, mas estamos vendendo a R\$

1,23. Se não mudarmos, provavelmente não queremos voltar a esta imagem do porco, pois hoje produzimos um suíno com alto valor protéico.

Esta realidade é dura, mas se não tivermos esse equilíbrio, provavelmente estaremos fadados a essa morte.

Outro assunto que nos preocupa muito. Este não é um assunto específico ao Estado de São Paulo, mas interfere diretamente no Estado de São Paulo. Estamos indo, Deputado, para um caminho de monopólio na nossa produção.

Vejo aqui suinocultores, gosto de olhar um pouco no semblante, uma das melhores coisas para você ver como é que está o setor é olhar olho no olho. É aquela velha história da nossa roça de você achar que o olho no olho é a melhor resposta.

Esses megaprojetos que estão sendo financiados hoje por Estados, principalmente do Centro-Oeste, recentemente na cidade de Diamantino, Mato Grosso, uma empresa americana, aliás a maior empresa de suínos do mundo, está sendo instalada no Município de Diamantino, com um projeto de 50.000 matrizes, o que irá criar um impacto ambiental na cidade de Diamantino jamais visto. Porque a relação do impacto ambiental é um suíno gera 12 quilos de dejetos por dia. Para uma cidade como Diamantino, de 40.000 habitantes, se instalar 50.000 matrizes, Diamantino será com certeza, nos próximos 10 anos, muito mais do que Chapecó em Santa Catarina, na questão ambiental. Isso não tem lógica, em nível de questão ambiental, o Governo Federal financiar um projeto desses, através de recursos do BNDES. E o mais grave ainda, está sendo instalada com recursos do BNDES. Esta é uma denúncia que queremos fazer com gravidade. Porque enquanto os Estados, principalmente da Região Sudeste, e o Estado de São Paulo, que não tem nenhuma linha aberta do BNDES, estamos sendo objeto dessa concorrência e fadados a não ter competitividade, se continuar nisso.

Deputado, faço um alerta, estamos em cima de uma bomba. Neste momento estamos em cima de uma bomba. Desculpe a forma veemente, mas precisamos criar este alerta. Ou o Estado de São Paulo, através do Governo de São Paulo, e da

iniciativa privada, através do grupo que Vossa Excelência coordena, que possamos achar mecanismos urgentes para viabilizarmos a Suinocultura paulista, ou provavelmente estaremos estourado essa bomba nos próximos meses.

Recentemente, e não é uma reivindicação só nossa, Deputado, surgiu no dia 9 de maio um manifesto de Brasília, pela Associação, que diz o seguinte:

A Associação Brasileira de Criadores de Suínos e suas filiadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso e Goiás, reunidas em Brasília no dia 9 de maio de 2000, aprovaram uma manifestação contrária á implantação de grandes e megaprojetos nacionais e estrangeiros na produção de suínos no Brasil, financiados com recursos oficiais, em condições diferenciadas, pelo BNDES.

Este posicionamento baseia-se no fato de que o aumento de produção, que será proporcionado por esses investimentos. Sem a garantia de absorção pelo mercado, deverá gerar excedentes de carnes suínas, ameaçando assim irreversivelmente os suinocultores brasileiros, com isso agravando ainda mais a situação socioeconômica da classe.

Brasília, 9 de maio de 2000.

Assinam um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito Estados da Federação. Temos doze Estados com representatividade na suinocultura.

Esse manifesto é um alerta para o que aconteceu no ano passado na Suinocultura americana. A Suinocultura americana teve uma das maiores crises do seu setor. Com os problemas que ocorreram no mercado russo, com os problemas políticos que aconteceram na antiga União Soviética, os Estados Unidos perderam um grande mercado. E o suinocultor americano chegou a vender os seus suínos a 33 centavos de dólar por quilo, com um custo previsto, como apresentamos, em torno de 60 centavos de dólar. O que o governo americano fez? Acreditando que a suinocultura americana para o seu governo é importante, ele simplesmente foi lá e financiou, em determinado momento, como emergência, 40.000 toneladas de carne suína e jogou no mercado russo como uma carne até social. Esse foi o papel que o

Governo fez rapidamente e escoou o excesso, contribuiu para uma política macro de globalização e contribuiu para que o suinocultor americano pudesse tomar algumas medidas.

Não temos visto isso em nível de Brasil e principalmente em nível de São Paulo no momento.

O que fazer? Estamos chegando ao final e às vezes estamos começando a querer tentar jogar flechinhas. Onde acertamos? É um setor que não tem condições mais de correr riscos, Deputado, não sei se já falei esse número, eu o estou informando muito com números, mas Suinocultura de São Paulo hoje não consegue mais, por um custo de implantação, com menos de R\$ 1.200,00 por matriz alojada. Para uma granja de 500 matrizes alojadas, imagine o custo de implantação, que risco que tem esse mercado. Entretanto, estamos observando que vários suinocultores estão jogando flechinhas, para ver onde acerta.

Claro que queremos acertar o setor. E um deles, fiz uma homenagem até ao Roberto Canarruda, é isto daqui. Então, para quase fazermos o desfecho da nossa apresentação, o que estamos querendo é isso, Deputado. Que através do seu grupo temático possamos levar isso a uma discussão mais ampla, até fora da Capital, porque na Capital não produzimos suínos. Mas buscar esse interior do Estado de São Paulo, onde realmente está a produção, através de participação, pois na verdade quem sabe são eles. Somos meros agentes. Mas quem convive o dia-a-dia sabe dessas dificuldades. E por isso insisto, para fechar, que a Suinocultura paulista tem uma capacidade de geração de empregos que pode ajudar muito a viabilizar o Governo do Estado de São Paulo, principalmente já que um dos grandes traumas que ocorreu no Estado de São Paulo foi a questão do êxodo rural, que tirou o homem do campo. Tenho a convicção que neste momento a Suinocultura pode gerar mais 73.000 empregos, se tivermos algum tipo de incentivo, ou estaremos fadados a colocar os 73.000 empregos neste momento como um êxodo rural e tirando.

O que pedimos, então, neste momento? Como urgência, que através da sua importância como representante deste grupo, como vice-líder do Governo, que crie algumas alternativas dentro da Assembléia, junto com a Secretaria da Agricultura, algumas medidas que são medidas de sobrevivência do setor no momento.

A primeira delas é a que tenhamos uma igualdade de incentivos entre os Estados. Isso é fatal. Se não houver essa equiparação em termos do que custa lá embaixo e do que custa no meio e do que custa aqui, não teremos condições de competitividade.

Segundo, são recursos financeiros para os atuais criadores, principalmente para linhas operacionais e para linhas de investimentos. Neste momento é importante buscarmos recursos para a sobrevivência da Suinocultura de São Paulo.

Como falamos que 70% do nosso custo de produção está ligado à alimentação, necessariamente a política de abastecimento de grãos torna-se uma necessidade. Precisamos criar algumas linhas de mecanismos de taxas de diferença de exportação, para que esse milho e essa soa cheguem mais baratos no Porto de Santos, para que consigam chegar nas granjas com preços competitivos em nível de mercado de São Paulo. Essa relação de troca, hoje, com o preço internacional, foge completamente da realidade no momento.

*(Apresentação de vídeo.)*

**SR. DUARTE NOGUEIRA** – Quero, antes de qualquer coisa, cumprimentar o Waldomiro Ferreira, pela brilhante e emocionante exposição que fez, uma radiografia bastante completa desse setor, da sua importância para o estado de São Paulo e para o País. Fiquei pessoalmente bastante surpreso em algumas coisas que reconheço que desconhecia, e algumas outras que já somamos na análise, sobretudo nessa questão do subsídio, na questão do êxodo rural e alguns dados que foram aqui apresentados, que já são sobejamente conhecidos, pois já estamos debatendo isso desde a implantação do Fórum no ano passado. E sobretudo porque

também sou membro da Comissão de Agricultura e pecuária da Assembléia Legislativa, portanto afeto ao dia-a-dia dos segmentos desse setor primário, mas que, confesso, não tinha com tanta clareza, com tanta abrangência que hoje foi aqui exposta através da sua pessoa.

Antes de fazer qualquer observação, ou qualquer forma de sugestão de encaminhamento, gostaria de deixar a palavra em aberto, para quem dela queira fazer uso o fizesse, apenas se identificando, para que pudéssemos evidentemente registrar o autor dessas colocações, e posteriormente daríamos seqüência, no fechamento da reunião.

A palavra está em aberto. Quem evidentemente estiver sentado nas cadeiras externas aos microfones, podem vir se sentar e obviamente fazer uso do microfone, apresentando-se e fazendo as suas colocações.

**SR. LAURINDO** – Meu nome é Laurindo e gostaria apenas de reforçar o que o Waldomiro já apresentou. Apenas lembraria que o Brasil precisa ter uma política de produção de grãos, de milho, especialmente milho. O Brasil, sem dúvida, está vocacionado para produzir carnes. O Brasil tem um compromisso muito grande de produzir proteína de origem animal, tanto de suínos como aves, aqui temos mas interessados em suínos. E o Brasil não está produzindo milho suficiente. Estamos há vários anos batendo aí nas 30, 32, 33 milhões de toneladas. E se queremos ser um país que tem condições, em primeiro lugar, de dobrar o consumo de carne suína aqui dentro do mercado, temos condições, agora com a qualidade que temos hoje da carne suína, com a parte sanitária que está sendo resolvida, vamos ter realmente mercados abertos lá fora, mercados bons, e não vamos chegar a lugar nenhum se não tivermos milho. Se tivermos todo ano de importar aí 1 milhão, 2 milhões, este ano vamos precisar certamente de mais de 3 milhões de toneladas de milho, a produção que nós tivermos aqui no mercado interno, essa produção fica contaminada pelo preço alto, toda a produção. Não só aquilo que nós importamos. Estamos vendo em plena safra, o Waldomiro mostrou aqui, milho a R\$ 15,00, R\$



16,00 a saca, chegou-se a pagar R\$ 18,00 a saca aqui em São Paulo. E esse milho em relação à Bolsa de Chicago, nos últimos anos tem estado sempre acima do preço de referência da Bolsa de Chicago o milho no Brasil. O farelo de soja normalmente segue a Bolsa de Chicago. Mas o milho aqui no Brasil, nos últimos anos, sempre tem estado acima do preço de referência da Bolsa de Chicago.

Então, acho que o Deputado poderia, no Estado de São Paulo, um Estado poderoso politicamente, acho que deveria jogar esse peso político, para fazer com que realmente saíssemos desse marasmo de produzir 30, 32 milhões de toneladas de milho. Temos condições de dobrar a produção de milho em poucos anos.

Então, acho que isso aí seria uma coisa muito importante se um Deputado como o Nogueira, que é do Interior, é Engenheiro agrônomo, também sou, se encabeçasse alguma nesse sentido, para valer mesmo. Porque senão não vamos produzir carne, não vamos ser competitivos nunca. Fora esses outros problemas todos que endossamos e que Waldomiro levantou.

Obrigado pela atenção.

**SR. ALFREDO ROSSETO** – Meu nome é José Rosseto. Sou suinocultor e também faço a parte de abate. Queria ressaltar pouca coisa. Uma coisa que não vi aí na explanação do Waldomiro é sobre o dejetos suíno. O dejetos suíno hoje propicia uma grande geração de emprego e uma grande economia. O café, enfim, em toda a cadeia do setor produtivo agrícola.

Sobre o financiamento, sobre o crédito agrícola, que é o que estamos aqui reclamando hoje, tanto da parte do frigorífico como da criação, quero deixar só um relato meu.

Estamos com uma unidade frigorífica lá na nossa região. Tentamos no BNDES desde 1993. Não conseguimos nada. Só ficou passeando dentro do Banco. Só promessa e mais nada. Se você quiser financiar um trator, você não precisa nem sair da sua casa que você tem o financiamento lá, que não é para ajudar o produtor e sim as grandes indústrias.

**SR. PIRACI** – Meu nome é Piraci, Frigorífico Itapecerica. Cheguei a ter na minha empresa quase 400 funcionários. Hoje estou relativamente com cem. E encontramos muita dificuldade na comercialização aqui em São Paulo, pelas grandes companhias, vamos citar o nome, Sadia. O preço que eles aplicam, não temos condições aqui. Por enquanto a Suinocultura precisa de 1,44, existe no Sul uma integração de suínos a R\$ 1,00. E para chegarmos a competir com eles, precisamos bancar muita coisa do nosso bolso.

E pegamos jornais e vemos financiamentos de 120 milhões, números que nem passam pelas nossas cabeças, somos tão pobres que tantos zeros para nós é muita coisa. E nunca tivemos acesso ao BNDES. Isso que ele falou aqui é verdade. Vamos lá e somos maltratados, não levam a sério, ficam rodando para lá e para cá.

O senhor como representante, que gostaríamos que fosse, o que o senhor nos indicaria como um caminho mais rápido para chegar, que tipo de manifestação teríamos de fazer? Porque os frigoríficos aqui estão vivendo assim. Estamos vendendo os bens particulares para poder sobreviver.

O preço que eles aplicam hoje na carcaça que vem do Sul para cá não tem nem condição de pensar em fazer. Então, vamos ao encontro dos preços deles e perdemos dinheiro aqui, para não fecharmos os nossos estabelecimentos.

Então, estamos aqui mas em busca de um socorro. Não sabemos nem por onde caminhar. Se vamos a um gerente, ele não m sabe explicar. O BNDES faz uma série de coisas e demora dez, doze anos para falar não.

Então, gostaríamos que alguém levantasse uma bandeira para não fecharmos. Temos dó. Só a minha empresa poderia estar gerando 400 empregos. As dos colegas vão até mais do que isso. E não temos essa condição, porque o preço aplicado pelo Sul, em carcaça em corte, é 10, 12% mais barato do que o nosso custo.

Então, não sabemos o caminho que devemos tomar. Não temos ninguém para nos socorrer. Não temos ninguém para falar. Então, rezamos para acabar o

mês e ver se perdeu um pouquinho só. Quer dizer, então é uma coisa meio dramática. E o socorro não tem de onde vir.

**SR. JOSÉ CARLOS CAMARGO** – Sou pesquisador de Zootecnia da Estação de Suínos de Itapeva.

Queria colocar uma situação em razão de tudo o que foi colocado aqui e um lado que penso que poderíamos trabalhar em Suinocultura.

No caso específico de Itapeva, a região onde estou, é o principal produtor de milho, no caso o milho, do Estado de São Paulo. E os ensaios de pesquisas e ensaios de cultivares do Agrônomo dizem que a nossa região é a principal produtora em termos de produtividade, em termos de 11.000, 12.000 quilos de milho por hectare. E ouvimos aqui o Laurindo falando a respeito da nossa baixa produção de grãos, 32 milhões de toneladas no Brasil inteiro.

Se pensarmos que só em soja os Estados Unidos produzem 90 milhões de toneladas, vemos que é irrisória realmente. Mas penso que há um elo aí, um gargalo no meio que se chama assistência. Não sou representante dos Agrônomos, embora sendo Agrônomo, mas vou dizer o seguinte. Tem 4.000 Agrônomos sem trabalho no Estado de São Paulo. E notamos que o produtor está produzindo 2.000, 3.000 quilos de milho por hectare.

Então, pergunto: será que não estamos sabendo ligar as duas coisas, as duas pontas? Não temos preço de milho porque não temos volume. Basicamente é isso. E os agrônomos sem trabalho, sem falar em Zootecnia e em Veterinária.

Então, penso que a solução que queríamos também é de alguma maneira, não digo que o Estado deva contratar os Agrônomos todos. Mas a verdade é que dos 80.000 produtores de suínos que têm no Estado de São Paulo, levantamento pelo Instituto de Economia Agrícola, dos 80.000 produtores apenas são 35 são comercialmente atuantes, vamos dizer assim.

Mas o que poderíamos fazer com produção de suínos, com os dejetos, como o colega agora acabou de abordar, fazendo com produção de milho. E o Estado de

São Paulo, com esse potencial que tem, que está agora liberado para exportação a nível mundial.

Então, estou achando que está faltando algum planejamento de alguma ordem, de que maneira não sei, mas acho que o Deputado que está na ordem política da situação pode sugerir alguma coisa mais macro, em termos de São Paulo e em termos de assistência, para poder chegar nesses 79.965 produtores que não têm nem tecnologia para nada.

Então, se temos a pesquisa, temos a assistência e não conseguimos ligar as duas coisas, então ficamos realmente defasados. Acho que a preocupação que temos de ter é em produzir milho, produzir soja e fazer aquilo que o Laurindo falou, do nosso potencial como exportadores de carne suína, que é básico, o que é natural na nossa região. O nosso clima é indicado para isso.

E esses macroprojetos lá no Mato Grosso, como o Presidente já colocou, haja ar-condicionado para colocar esses porcos lá dentro. Estamos numa situação particularmente excepcional. O melhor mercado da América Latina é aqui dentro e não sabemos conjugar todas essas situações.

Acho que é uma coisa para se pensar, mas acho que a produtividade ainda é um jeito de baixarmos os nossos custos, tanto no grão como no porco.

**SR. JOSÉ BENVENGA** – O meu nome é José Benvenega e sou da Fazenda São Carlos, em Descalvado.

Acho que esta questão que foi levantada agora, da produtividade e produção de milho, acho que esbarramos num problema muito sério dos Municípios. Enquanto temos o pessoal técnico afeto, sob a responsabilidade do Governo do Estado, temos o Secretário, que é funcionário da Prefeitura do Município. Então, isso realmente deixa, faz com que não exista o entrosamento necessário. O que notamos é que tudo o que foi discutido com o Secretário, que já nos foi prometido várias vezes, o programa de plantio, o aumento de produção de milho, principalmente no Município onde estou, que é Descalvado, que tem características

de produção de frangos, de suínos. Temos uma necessidade, o senhor sabe disso, o senhor é da região, temos uma necessidade muito grande de milho.

**SR. DUARTE NOGUEIRA** – O Governador está lá hoje em Descalvado.

**SR. JOSÉ BENVENGA** – Está exatamente inaugurando o Banco do Povo.

Mas não vimos nenhuma ação. E no momento em que a Secretaria foi convocada pela Cooperativa, para que fizéssemos um trabalho, alegaram que não dispunham de máquinas, quando sabemos que isso não é verdade. Foi colocado maquinário pelo Governador, sabemos que foi colocado. E não sabemos o que foi feito com esse maquinário. Então, está lá.

Acho que como sugestão que poderia deixar, até que fosse feito o levantamento nas propriedades dos Municípios mais próximos, dos Municípios, das áreas consumidoras de milho, e que víssemos o que existe de propriedades em condições de serem habitadas, propriedades que o tempo está destruindo. Porque, realmente, o cidadão se desinteressou de trabalhar no campo. O cidadão foi enganado. Ele foi iludido com falsas promessas de emprego na cidade. Ele se endividou com casas populares. Deixou de ter a regalia, a segurança que ele tem na fazenda.

É importante que o senhor saiba que nós, como proprietários de propriedades agrícolas, de fazendas e de sítios, fazemos ali as vezes de um pai de um funcionário. Somos o Juiz de Paz, somos o Delegado. Quer dizer, fazemos tudo isso. Somos o Prefeito. Porque oferecemos toda uma infra-estrutura que se faz necessária para que possamos ter esse funcionário trabalhando e residindo na fazenda.

Ferreira citou o caso de funcionário que já tem o filho trabalhando. Isso é verdade. Como é verdade também que permanecemos ali ao lado dele praticamente 24 horas por dia.

O senhor veja o caso de uma granja de suínos, o que muita gente não sabe é que a granja precisa ter funcionários trabalhando 24 horas. E não é o guarda que fica tomando conta para não sermos roubados, não. É que precisamos ter funcionários trabalhando na nossa maternidade. Porque se não houver um acompanhamento, sem dúvida a mortalidade será maior. Então, precisamos ter gente trabalhando 24 horas por dia.

Na minha propriedade, além disso, trabalhamos com leite. Trabalhamos 20 horas por dia no estábulo.

Então, acho que isso são detalhes que precisam vir a público. Acho que são detalhes que têm de ser levados em consideração. Acho que não podemos mais ver a nossa atividade sendo tratada do jeito em que ela esta sendo tratada. Acho que no caso específico da Suinocultura, realmente se não existir, Deputado, uma política séria, se não tivermos um socorro, para que possamos permanecer na nossa atividade, não vejo futuro.

A minha propriedade na região é tida como propriedade modelo, porque existe um trabalho bem feito. Tive o campo como opção. Sou paulista de nascimento. Transferi-me para Descalvado. Trabalho ali 18, 19 horas por dia. Trabalho de Domingo a Domingo na propriedade. E mesmo assim estou encontrando muita dificuldade para me manter na atividade. Mas muita dificuldade.

Esses números que Ferreira levantou para o senhor, nós hoje trabalhamos com R\$ 25,00 a R\$ 30,00 de prejuízo por suíno. Tenho 750 matrizes, vendo em média 1.300 animais por mês. Se considerarmos R\$ 30,00, eu perco R\$ 39.000,00 por mês. Ponho do bolso. Ou seja, quando trabalhamos. E não temos lucro. Empatar é uma coisa. Agora, colocar do bolso para trabalhar! E se isso fosse feito numa média anual. Mas, não. Já estamos enfrentando essa situação há dois, três anos, como Ferreira demonstrou.

Então, sinceramente, estamos aqui mais pedindo um socorro ao senhor. Já nos cansamos. Já batemos em várias portas. Tenho acompanhado Ferreira, através

da Associação e dos companheiros também. Em várias portas já batemos e nos foi prometido, mas até agora nada foi feito.

Se não houver realmente alguma coisa no sentido de nos ajudar, de revertermos essa situação, não estamos querendo subsídios. Capacidade e competência temos, pelos números que o Ferreira demonstrou. Temos condições de responder. O que precisamos é que o nosso produto tenha um preço de comercialização compatível com o nosso preço de custo.

Então, é possível que os homens da área econômica não saibam disso, porque são pessoas inteligentes, são pessoas preparadas. Só que acho que chegou o momento de eles olharem pela Agricultura do Brasil. Porque se temos esse plano dando resultados, com essa inflação, que não chego a dizer que seja de 6%, 7%, como eles divulgam, sabemos que é um pouco maior, mas se houve o controle da economia foi porque pagamos a conta. Pagamos a conta com o nosso trabalho, com parte da nossa saúde que já se foi, e isso ninguém vai recuperar, com o patrimônio nosso, que já deixamos ir embora, e com dívidas que estamos assumindo, dívidas que estamos assumindo para continuarmos com as nossas atividades. Porque, hoje, quando se vai a um Banco, pedir qualquer financiamento, como a sua atividade é tida como atividade de alto risco, ou damos um pedaço da terra em garantia, ou não temos o recurso. Acho que tem de ser colocado um basta nisso. Produtor rural não é bandido. Não roubamos o nosso capital. Não tenho a obrigação de trabalhar de graça para ninguém. Por que vou produzir o meu suíno, produzir o meu frango, produzir o meu leite, produzir a minha laranja e vou entregar abaixo do preço que me custa produzir? Se tenho consciência de que estou produzindo dentro do que existe de melhor. A melhor técnica que existe estou implantando. Faço uso de todo subproduto na minha propriedade. Eu não aplico adubo químico na minha propriedade há mais de quatro anos. Faço a utilização de todo o adubo orgânico da fazenda de frango e de suíno, e nem assim consigo sobreviver, não consigo me manter de pé.

Então, acho que chega de brincar com o produtor. Acho que esse pessoal tem de criar vergonha na cara. Tem de parar de falar mentira. E tem de realmente olhar o problema como ele tem de ser visto.

O problema da Agricultura, particularmente da Suinocultura no Estado de São Paulo, tem de ser visto de frente. Acho que chega de promessa. Acho que chega de enganar o produtor, pensando que o produtor é um analfabeto, que o produtor é um homem do campo.

E outra coisa que gostaria de deixar bem claro para o senhor. Infelizmente, sei que pago um preço um pouco caro, porque no passado essa minha atividade foi desenvolvida por pessoas que não tinham nada a ver com o campo. Ou era o grande empresário da Capital, era o banqueiro, que tinha uma maneira de nessa atividade descarregar o seu Caixa 2. Hoje não existe mais. Precisa ser bem claro isso. Porque quem permaneceu na atividade é que tem o campo como opção. É o empresário do campo. Não estamos descarregando nada. Precisamos ser visto como empresários, como homens trabalhadores. Estamos aptos a que comprovem tudo o que estou falando. Estou citando a minha propriedade como exemplo, mas é extensivo á propriedade de todos os companheiros que estão aqui.

Então, finalizando, pediria que o senhor nos ajudasse. Acho que esta é a última porta em que venho bater. Já comentei com o Ferreira, se for para mim trabalhar numa condição diferente da condição que trabalho, vendo o meu patrimônio caindo, para que amanhã não tenha condições de levantar um barracão que caiu, sinceramente, vou desistir da atividade, deixo a atividade.

Muito obrigado pela atenção de todos.

**SR. TADEU** – Sou do Instituto de Tecnologia de Alimentos.

Deputado Duarte Nogueira, gostaríamos de deixar aqui, perante os vários relatos que foram realizados, diria assim pelo setor produtivo, mas também da cadeia produtiva dos suínos. Estamos trabalhando em parceria com a Associação Paulista de Criadores de Suínos há quase dez anos. Lembro-me de que em 1991,



quando começamos o nosso projeto de tese em Doutorado, percorri praticamente todos os frigoríficos do Estado de São Paulo, para poder desenvolver a parte prática desse trabalho. E, infelizmente, não consegui. Precisei me deslocar até Santa Catarina, para poder executar o trabalho na oportunidade. Por quê? Porque toda a infra-estrutura que precisávamos para a execução desse trabalho, dentro do frigorífico, e também o manejo desses animais, até a chegada ao frigorífico, não encontrávamos na oportunidade no Estado de São Paulo.

Hoje, já temos, graças a Deus, essa infra-estrutura aqui no Estado de São Paulo, para executarmos um trabalho. Inclusive, brinquei com alguns colegas aqui do frigorífico, Piraci, Neto, Rosseto, sobre o porquê que ainda temos dificuldades de realizar trabalhos dentro dos frigoríficos do Estado de São Paulo, e com uma maior facilidade vamos a Santa Catarina, Dourados, em Mato Grosso, Goiás, e ali fazemos todo esse trabalho, executamos a maioria deles nesse complexo agro-industrial de suínos nesses Estados.

Então, os problemas que foram apresentados hoje, eles mesmos dizem a resposta. Hoje, estamos com uma Suinocultura na base da sobrevivência. Foi bem relatada a história do milho, a história do preço do suíno no frigorífico.

Então, se não vencemos esses obstáculos, essas barreiras, como poderemos oferecer, nós, que estamos no Instituto de Pesquisa, toda essa tecnologia que está disponível para esses frigoríficos aqui no Estado de São Paulo?

Então, vejo que, preliminarmente, essas reivindicações que hoje estão sendo encaminhadas para o Deputado, acho que é o primeiro passo para que o complexo agro-industrial de suínos possa ter esse avanço.

Quem não gostaria daqui, hoje, exportar carne suína para Hong Kong, para a Argentina e tudo o mais? Temos condições? Temos. Temos tecnologia? Temos. Temos um plantel de suínos em nível de qualquer país do mundo? Temos. O que precisa realmente é passar por esses primeiros passos da tributação e de todo esse elenco de situações que foi colocado.

Nós, do Instituto de Tecnologia de Alimentos, estamos sempre junto, em parceria com a Associação Paulista, sempre procurando fazer alguns trabalhos em conjunto, como já fizemos alguns, e em alguns frigoríficos também. Mas queremos mais, para podermos aí sentir uma contribuição maior do nosso Instituto, que está lotado aqui no Estado de São Paulo.

Muito obrigado a todos os presentes.

**SR. DUARTE NOGUEIRA** – Não havendo mais oradores dispostos a fazer uso da palavra, vou passar a palavra ao Presidente da Câmara Setorial e ao vice-presidente da Associação Paulista de Criadores de Suínos, o Olinto Rodrigues.

**SR. OLINTO RODRIGUES DE ARRUDA** – Gostaria inicialmente de agradecer ao Deputado pela presteza e atenção com que ele nos recebeu. Quer dizer, há muito tempo desejávamos um encontro com os representantes legais, perante a nossa comunidade, perante o Governo, e conseguimos isso muito rapidamente. Quer dizer, depois da última reunião na Câmara Setorial, foi agendado esse compromisso e ele foi muito rapidamente atendido.

Gostaria de agradecer a presença de todos os companheiros de trabalho, que deixaram a sua unidade de produção e se deslocaram até aqui. Isso é aquilo que o Ferreira falou, participação.

Gostaria só de fazer uma observação, como representante, como Presidente hoje da Câmara Setorial. Todos sabemos que a resistência de uma corrente é diretamente proporcional ao seu elo mais fraco. Então, hoje, acho que dentro da Câmara setorial não existe mais Agricultura ou pecuária e sim existe um agronegócio. Esse agronegócio, como disse o José Rosseto, começa lá na produção de milho, que temos de fomentar. O Estado de São Paulo, todos sabemos, tem hoje mais de 10 milhões de hectares de pastagens, a maioria delas já depauperadas, que precisam de renovação.

Hoje, com a pesquisa, que já existe, com as novas tecnologias, isso é bem recente, com o plantio direto e outras coisas mais, é possível se incrementar o plantio de milho de uma forma bem rápida e obtendo produtividade aí muito acima da média que hoje se obtém no Estado e com isso aumentar a oferta tanto de milho como de soja, ou mesmo de sorgo, que hoje é um produto muito utilizado na produção de aves e suínos, e com isso baratear muito o nosso custo de produção.

Por outro lado, a tecnologia de produção de suínos também precisa ser fomentada. Quer dizer, para incrementar, dentro do processo produtivo, esses criadores que o colega de Itapeva se referiu.

Então, parece-me que temos de analisar o processo de criação de suínos, a viabilidade de toda essa cadeia de uma forma assim conjunta. É possível. O Estado é um Estado viável, que oferece condições de vias de acesso que nenhum outro Estado da Federação oferece. Temos portos que precisam ser mais bem trabalhados, para que em épocas oportunas, dentro do mercado globalizado, possam servir para trazer produtos de outros países, se for o caso. Temos vias de escoamento de produção melhores do que qualquer outro Estado.

Não é possível, hoje, por exemplo, compramos milho a 500 km, a 600 km além de Cuiabá, quer dizer 2.500 km daqui. Esse milho vem para cá e estamos utilizando esse milho na nossa produção de suínos. Quer dizer, esse milho é justo que ele seja produzido lá. Mas também ele pode ser produzido aqui, dentro de um programa de uma política agrícola bem orientada e bem formulada. Isso são coisas que não dá para se fazer assim de um momento para outro. Mas é possível que se programe e que se fomente o desenvolvimento dela.

É isso que pedimos ao Deputado, que dentro daquilo que lhe for possível, que ele nos dê esse apoio.

Outra coisa, quando nos referimos ao crédito, hoje existe crédito no Brasil. O orçamento do BNDES para este ano é de 24 bilhões de reais. É muito dinheiro. A demanda anterior era inferior ao ofertado pelo BNDES até o ano passado. Neste ano, graças à recuperação da economia, ela está em 30 bilhões de reais, quer dizer,

superior ao que o BNDES está oferecendo. Mas, segundo as últimas notícias, o BNDES vai deixar um pouco de financiar as privatizações. Quer dizer, vão sobrar, dentro da atual orientação do BNDES, mais recursos para que eles sejam aplicados na pequena e média empresa. Isso em nível de Brasil. Agora estamos falando em nível de São Paulo. Em São Paulo realmente é complicado conseguirmos recursos para a pequena e média empresa.

Quer dizer, existia um agente de fomento em São Paulo, até pouco tempo atrás, que era o Badesp. Com a extinção do Badesp, essa função de fomentar o desenvolvimento da pequena e média empresa paulista ficou a cargo praticamente do Banespa. Hoje, o Banespa está em vias de ser privatizado e, portanto, assim não está dando assistência efetiva e nem representando o agente de desenvolvimento que representou até bem pouco tempo atrás.

Então, solicitamos ao Deputado se ele pode interferir de alguma forma junto à Nossa Caixa, que me parece que hoje é um instrumento muito interessante de crédito, para que possa oferecer linhas de crédito não só aos produtores, como capital de giro, linha de crédito para investimentos para modernizar as suas operações, mas também aos abatedouros, aos frigoríficos e às indústrias de carne. Porque se elas não forem eficientes, não adiante produzirmos um suíno dentro da porteira a um preço competitivo. Essa indústria tem de ser muito competitiva, quer dizer, tem de ser muito eficiente para que também ela não encareça esse produto no processo de industrialização e distribuição.

Então, quer dizer, precisamos de crédito não só para a produção, mas para a produção, para a indústria e para o comércio, a taxas comparáveis às de outros Estados da Federação.

Então, Deputado, muito obrigado pela atenção. E gostaria de entregar ao senhor um resumo da palestra que Ferreira apresentou. Obrigado.

**SR. DUARTE NOGUEIRA** – Antes de partir para o encerramento da reunião e o fechamento daquilo que hoje aqui tratamos, queria passar a palavra ao

Waldomiro, para que como palestrante do dia e como o principal articulador desta reunião, faço aqui a ressalva de que a reunião próxima do Fórum, do Grupo Temático Agricultura e Agronegócios está marcada para o dia 28, na qual vamos tratar aqui sobre a questão do desenvolvimento e a irrigação no Estado. E essa reunião foi pedida com urgência, dada à relevância obviamente do assunto que aqui hoje já foi tratado. E não tínhamos data, porque esta semana é uma semana que tem o feriado de Corpus Christi na Quinta-feira. Tentamos marcar a reunião para a quarta-feira, portanto amanhã, mas estamos em cima de um processo de concentração de projetos para que sejam votados antes do recesso deste meio de ano, sobretudo também pendente na pauta, para discussão e votação, o Plano Plurianual de Investimentos e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Mas dada a importância e a maneira que de pronto entendi a emergência do setor, fizemos marcar a reunião no dia de hoje, que é uma terça-feira. E, hoje, sendo terça-feira, é uma reunião que acontece ao mesmo tempo em que está acontecendo a reunião do Colégio de Líderes da Casa, que acontece todas às terças-feiras, a partir das 10 horas. É praxe da Casa, para que seja discutida a pauta de votações e as discussões da semana como um todo. E temos, obviamente, estou aqui emprestado, apesar de ser o Coordenador do Grupo Temático, porque estou no exercício da Liderança do Governo, enquanto aguardamos o retorno do Líder do Governo, que está temporariamente ausente da atividade parlamentar. E o outro vice-líder, que é o Deputado Clauri, também é membro da Comissão de Agricultura e Pecuária e está em representando na reunião do Colégio de Líderes, para que pudesse estar aqui presidindo esta reunião. E convidei, obviamente, os Deputados membros da Comissão de Agricultura e Pecuária, e regra geral, sempre nas nossas reuniões, temos a presença do Presidente da Comissão de Agricultura e Pecuária, que é o Deputado Edson Gomes, que também é Líder de Partido, é Líder do PPB, que está agora lá na reunião do Colégio de Líderes, na Presidência da Casa. E a Comissão de Agricultura e Pecuária também, além do Líder do PPB e da minha pessoa como Líder do Governo em exercício, o Líder do PDT também é membro da

Comissão de Agricultura e Pecuária, assim o vice-líder do Governo, o Deputado Clauri. Então, a nossa Comissão tem parlamentares bastante destacados e ativos, e alguns exercem cargos de liderança. Mas de pronto, quero, antes de fazer as minhas observações, dizer que todas as orientações que estão aqui sendo colocadas, quase que como na forma de desabafo, de companheiros que militam nesse segmento produtivo aí durante toda a sua vida, todas elas serão encaminhadas a cada um dos membros da Comissão desta Casa. E, posteriormente, depois da fala do Waldomiro, quero fazer um apanhado do que vi e do que pretendo fazer enquanto encaminhamento formal do Fórum, deste grupo de Agricultura e Agronegócios. E na oportunidade o farei após a participação do Waldomiro nas suas conclusões.

**SR. WALDOMIRO FERREIRA** – Vou ser bastante breve porque o nosso interesse neste momento é ouvir o Deputado. Mas para nós, como o Deputado bem disse, esse desabafo, vamos entender assim como um desabafo do setor, em relação às conseqüências da Suinocultura neste momento, mas o que de fato queremos, Deputado? Com a sua liderança, com o seu conhecimento na Agricultura, gostaríamos de, num primeiro momento, que o Deputado, e por isso pedimos urgentemente esta reunião, até porque, e aí até gostaria de endossar as palavras do Olinto, pela sua presteza, pela sua assessoria, imediatamente, quando foi à Câmara Setorial há 15 dias atrás, teve a sensibilidade de entender que o momento era muito difícil, e imediatamente conseguimos fazer esta reunião, mas antes ainda do recesso parlamentar. O que queremos de fato?

Em primeiro lugar, que o Deputado seja o nosso portador diante do Governador, em conjunto com a Secretaria da Agricultura, que leve esse projeto que está em disquete, que o Olinto entregou a Vossa Excelência, que é um projeto que tem como tese, Projeto da Suinocultura Paulista denominado Suíno Paulista. É um projeto abrangente, que envolve toda a cadeia produtiva da carne suína. Esse projeto traz uma perspectiva de um estudo macroeconômico basicamente

embasado pelo Instituto de Economia Agrícola, pelo Itai, Instituto de Tecnologia de Alimentos, pelo Instituto de Zootecnia. É embasado pela Associação Brasileira da Indústria de Derivados de Suínos, ABPECS, que é a associação das indústrias, em conjunto com o Sindicato dos Frigoríficos do Estado de São Paulo e nós produtores.

Esse projeto é um projeto hoje que estamos colocando como prioridade para o Estado de São Paulo, para o estudo de viabilidade do nosso setor.

Ao mesmo tempo, esse projeto encaminhado hoje já está dentro da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, e na verdade precisamos para executá-lo recursos neste momento. Recursos praticamente. Porque esse projeto já passou por todas as fases de negociação. Ele já está redondo. Já existe uma aprovação completa de todos os setores da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Precisamos viabilizá-lo dentro de uma emenda orçamentária, quem sabe, que seria até como prudência, passar pela Assembléia Legislativa.

Só gostaria de encerrar agradecendo a presença dos suinocultores principalmente, dos frigoríficos, enfim, de todos os representantes da cadeia produtiva. A nossa falta de habilidade às vezes de em alguns momentos de não poder ter uma explicação mais profissional, mas na verdade estamos sentindo muito na pele. E colocar ao Deputado o seguinte, Nogueira, você que é nosso contemporâneo de escola, dizer que estamos prontos. A Suinocultura paulista fez a sua lição de casa. Ela está pronta para corresponder aos anseios aí de produzirmos uma proteína animal, e não deu tempo porque a máquina furou, mas quero dizer o seguinte. Quando fazemos um pouco de marketing da nossa carne é porque temos a convicção de que temos de melhorar um pouco o nosso trabalho daqui para fora. Melhorar a nossa imagem da porteira para fora.

E não poderia, quero aproveitar esta oportunidade, para dizer que acabamos, por uma iniciativa de uma grande empresa de *fast-food* do Brasil, que é uma empresa americana, que acabou de lançar em suas lojas um lanche à base de carne suína. E os resultados hoje do McDonalds, vim para cá hoje de manhã, e ontem obtive os primeiros resultados, são surpreendentes os resultados da carne

suína como lanche. Já encaminhamos um documento ao McDonalds, que estava prevista sua campanha até 31 de julho. Queria dizer, em primeira mão, que já há um estudo hoje, pela direção do McDonalds, que provavelmente eles devem estender esse prazo, até porque está dando muito certo.

Isso para nós é muito importante, Deputado, porque, em termos de produto, somos o produto que tem o maior mito em relação a qualquer outro produto. A história da carne cru de porco vem desde a Bíblia. E os mitos que foram criados em relação ao nosso produto requer um trabalho árduo. A imagem que o urbanista de São Paulo tem do nosso produto ainda é a de que criamos um porco no sistema de lama. É utópico dizer para a imprensa que o nosso produto basicamente é sustentado por grãos nobres, à base de milho e soja. É até utópico dizer isso, já que 32 milhões de habitantes passam fome neste país. Ou seja, a população ainda tem a imagem errada do nosso produto.

E recentemente, embasado pelo Ital e pelo Instituto do Coração, estamos neste final de ano adquirindo o selo do Instituto do Coração, mostrando o desenvolvimento que foi dado, ao longo desses anos, em relação à qualidade da carne suína, com alto valor protéico e saborosa.

Estamos prontos, aguardando um sinal verde do Deputado. E como o Benvenga falou, estamos convocando o Deputado Duarte, para que você possa nos representar nessa empreitada, já que falta muito pouco para conseguirmos.

O que precisamos? Que este Projeto Suíno Paulista tenha orçamento, sejam alocados esses recursos dentro do orçamento do Estado, para que possamos viabilizá-lo, a fim de que a Suinocultura possa responder rapidamente. Com certeza, temos capacidade de neste momento responder a todas as expectativas do mercado de proteína animal no Estado de São Paulo.

Mais uma vez quero te agradecer pela rapidez com que você pôde nos atender. Se esta Casa hoje não está cheia, quero fazer agora um depoimento bem pessoal, se esta Casa hoje não está cheia é porque hoje está até difícil sair das nossas granjas. Tem gente aqui que andou 450 km e não vê a hora de ir embora,



porque não se habitua mais dentro da cidade de São Paulo. Porque queremos voltar a uma frase que o próprio Governo de São Paulo tem usado muito. Queremos ter orgulho de ser paulista, mas queremos ter orgulho de ser paulista na área rural, porque não sabemos fazer outra coisa senão ficar no nosso pedacinho de chão, lá na nossa roça, lá no nosso Interior. Porque é lá que temos condições de dar sustentabilidade a esse projeto maior do Governo de São Paulo, que é a viabilidade da Agricultura paulista. Muito obrigado.

Quero te entregar também em mãos, para que você encaminhasse ao Presidente Edson Gomes, que conhece bastante o setor, que é o Presidente da Comissão Permanente de Agricultura, para que levasse também este nosso trabalho com o Selo Paulista.

**SR. DUARTE NOGUEIRA** – Quero procurar ser bastante sucinto. Mas de saída quero dizer a todos os senhores, com a maior sinceridade possível que não tenho a solução para o problema. E acho importante fazê-lo, para quem, dentro da minha responsabilidade da qual certamente os senhores hoje trazem a esta reunião, essa esperança, essa grande manifestação de desacertos e necessidade de correção de rumos, pessoalmente não tenho os caminhos para a solução.

Agora, posso dizer aos senhores que vão encontrar nos nossos trabalhos, e nos companheiros que vou procurar sensibilizar e conseguir sensibilizar nesta Casa, a começar pelos companheiros da Comissão de Agricultura e Pecuária, a necessidade de que a Assembléia Legislativa, o poder Legislativo seja o porta-voz de alguns gritos que aqui estou hoje ouvindo. E que na verdade são sugestões e mais do que isso, são soluções que se apresentam e que precisam se efetivar na prática.

Então, ouvi atentamente a cada um dos senhores. Tomei anotação. Obviamente vamos transcrever isso na forma de uma ata, depois de transcrever a fita. E vamos, através das nossas assessorias, elencar tudo aquilo que foi aqui tratado, da maneira mais objetiva possível.

Mas daquilo que pude anotar ao longo desta reunião e recordar, na medida com que esta Casa vem ao longo desse período e principalmente nesta Legislatura realizando, nessa direção do incentivo, do estímulo ao setor Agropecuário, do setor da nossa Agroindústria, do nosso Agronegócio, é desnecessário dizer que o Governo, ao que nos parece tem colocado com muito destaque, e de fato procurando com bastante clareza confirmar aquilo que o Governador ele próprio colocou, que elegeu o Agronegócio como o negócio de São Paulo.

Agora, precisamos de fato transformar isso em algo palpável, realizável e interessante para o nosso produtor, que é quem está na linha produzindo os nossos alimentos, os nossos produtos primários ou agregando valor à nossa produção pecuária, e confesso, com uma discrepância lá na ponta, para o consumidor final, que desconhecia, Waldomiro. Fiquei perplexo. Sabia que isso acontecia em vários setores, mas no setor de suínos isso está acontecendo quase que de uma maneira aberrante.

E, obviamente, este é um assunto que não só interessa aos produtores como é de interesse público.

Depois do que temos percebido, ao longo dos últimos anos, e isso vemos em função dos nossos parceiros internacionais mais desenvolvidos, e portanto mais aquinhoados com recursos, que têm irrigado de uma maneira diria abusiva os seus produtores e os seus exportadores, de uma maneira desleal do ponto de vista humano com os países em desenvolvimento e que não têm condições de estabelecer uma política de subsídios dessa grandeza, isso ainda vem ainda mais a se agravar num processo dito de globalização, onde cada vez mais percebemos uma concentração econômica. E ao haver uma concentração econômica e uma concentração de renda, obviamente se acentuam as desigualdades sociais.

Isso acontece nos países que podem subsidiar e subsidiam seus produtores de uma maneira quase que por não querer nem se preocupar com aquele setor rural. Está lá na terra. Não quero sujar o pé. Não quero me preocupar com isso aí.

Então, vou lá, encho aquele pessoal de dinheiro, resolvo o problema dentro do meu país. Mas eles estão exportando os problemas para todos nós.

Vejo isso com muita clareza. Desde que instalamos este Fórum, Waldomiro, isso não se dá só no setor da Suinocultura. Isso se dá em todos os segmentos do Agronegócios.

E vejam os senhores, e os senhores têm os números, mas no PIB de São Paulo, que é em torno de 35% do PIB paulista, que dá em torno de 350 bilhões de reais, mais ou menos, desses 350 bilhões, o setor primário entra, em termos de contribuição para esse PIB, em torno de 10 bilhões. Mas quando você leva em consideração toda a cadeia produtiva do Agronegócios, isso se multiplica por 12.1 vezes, vai para 121 bilhões. É praticamente 35%, e isso tende a aumentar, do PIB do nosso Estado.

Então, é desnecessário dizer da importância desse segmento para a economia do Estado de São Paulo, que é o Estado mais importante da Federação.

Quero apresentar outros dados que levantamos aqui, através da Fundação Seade: 52% da população que mora na zona rural já não trabalha mais em atividades do setor primário. A maioria do pessoal que hoje mora no campo, nas fazendas trabalham em outras atividades, ou da Agroindústria, ou de serviços sociais ou da construção civil ou de outras formas. Mas não são ligadas, não estão empregadas no setor primário.

Então, além do aspecto do êxodo rural, há também uma inversão de nicho de mercado de trabalho do próprio morador da zona rural. E, obviamente, isso significa que há uma mudança estrutural nessa cadeia de geração de empregos, que se fosse levar em conta os levantamentos que o Instituto de Economia Agrícola tem apresentado, o setor agrícola e agro-industrial tem desempregado, por função não só da concentração de atividades, ganho de escala, ganho de produtividade, melhoria de tecnologia, essa é uma questão inexorável, é imutável.

Então, o que temos de fazer não é só procurar preservar esses empregos, mas é garantir a produção. É garantia a produção. Não podemos nos conformar e

ficar quietos com essa questão de megaprojetos. Isso é uma coisa que vai contrário à questão de sobrevivência do país.

Ganhamos muito com essa questão de produtividade, de tecnologia, de biotecnologia. Mas se ao mesmo tempo ganhamos, criamos alguns fantasmas que estão aí a nos assombrar.

Tenho percebido que, apesar de ser o grande discurso de que o setor rural é a âncora do Plano Real e tudo o mais, estamos segurando isso nas costas e na verdade não estamos, pelo contrário, acho que estamos perdendo essa guerra.

Sou produtor rural, sou engenheiro agrônomo e tenho clareza nessa questão. Fui colega do Waldomiro e o Waldomiro foi Presidente do Centro Acadêmico na Faculdade de Agronomia de Pinhal. E tenho certeza de que temos de colocar a boca no trombone, porque é só assim que a sociedade vai dar valor ao nosso setor. E colocar não de maneira agressiva ou de maneira contestatória, mas de maneira inteligente, como vocês estão fazendo. Essa questão de apresentar, de quebrar esses tabus culturais que arrastamos desde a época das nossas avós, dos nossos bisavós: Olha, não come muita carne de porco, porque esse negócio aí faz mal para a saúde. Você vai morrer do coração. Vai entupir a sua veia. Esse é um negócio que todo mundo acredita. É por isso que 90% do nosso mercado de pecuária é bovino e de aves. Precisamos ampliar o mercado de suínos, para poder de fato atender. Havendo mercado, todas essas coisas vão-se corrigir. Tenho certeza disso.

E, hoje, em função da vida moderna, essa questão de *fast-food* não acontece só na questão dos suínos. Isso aí é que está de fato reativando até o cinturão verde das nossas cidades, criando valores agregados e dando oportunidade de emprego para quem está cultivando um tomate, um alface para poder ganhar esses mercados, que são altamente competitivos. E não é só uma cadeia, são “n” cadeias, algumas internacionais e outras de brasileiros. Porque a vida moderna está exigindo essa mudança de comportamento das pessoas terem esse tipo de produto. E acho que não é só na questão do *fast-food*. Acho que temos de criar essa mudança de comportamento para com a carne do suíno, através de campanhas de publicidade,

através de manifestações de parlamentares, de representantes e é isso que vamos procurar fazer nessa linha do que o Waldomiro aqui nos apresentou.

Não vou entrar aqui em detalhes dos números que foram apresentados porque isso já temos aqui em forma de disquete. Mas queria levar em consideração algumas coisas que estão aqui, que esta Casa aprovou e que deveremos aprovar, e que acho importante os senhores participarem disso.

Entre os projetos que foram aprovados no setor da Agricultura, do Agronegócios, aprovamos recentemente aqui o Selo Qualidade e Produto de São Paulo, que vai um pouco na linha de você maximizar o efeito de publicidade e de qualidade dos produtos que são produzidos em São Paulo, o que é uma forma de você criar uma vantagem comparativa em relação a outros Estados, porque, ao receber o Selo Produto de São Paulo, esse produto tem uma diferenciação em relação a outros produtos que estão colocados no mercado. E acho que isso precisa se tornar cada vez mais divulgado, para que de fato isso na prática possa se efetivar.

Aprovamos aqui o Projeto de Sanidade Vegetal, que vai certificar os produtores e o setor de comercialização dos produtos de origem vegetal do Estado de São Paulo. E por que digo isso? Porque temos aqui tramitando na Casa, chegou aqui na semana passada, o Projeto de Sanidade Animal. E acho que esse, os senhores precisam tomar ciência, analisar o projeto, até para que possamos, estando discutindo esse projeto agora, incorporar a ele emendas ou alterações que de fato não só contemplem a questão da pecuária, mas que seja uma contribuição também do setor da Suinocultura. O projeto está fresquinho aqui na Casa, acho que ainda na pauta de recebimento de emendas, correndo prazo para emendas.

Outro assunto relevante, e acho que vamos sempre bater nessa tecla, achei que íamos conseguir avançar, mas me desapontei, como todos nós do setor, e de outros setores também, que é a questão da reforma tributária. Essa carga de trinta e tantos por cento, isso é uma distorção clara do sistema tributário brasileiro, que penaliza o setor produtivo, quando na verdade ele tinha de estar taxando renda e

consumo e deixar o setor produtivo arejado, para poder não só ter relação de competição interna e sobretudo externa, mas que pudesse de fato agregar o componente mais importante nesse momento que estamos vivendo de manutenção do nosso programa de estabilização, que é a geração de empregos.

Felizmente, aos trancos e barrancos, o Brasil vem, no quinto mês consecutivo, empregando mais do que desempregando. Mas ainda para poder atingir patamares razoáveis daqueles que estão hoje desempregados, e não é só a questão do desemprego na economia formal, mas sobretudo na informalidade, que é o grande componente da miséria ou de faixas da miséria no país, está nessa questão de absorver essa mão-de-obra.

Então, queria colocar isso, porque acho que nesse fato não vamos avançar neste ano. Mas acho que temos tomado, ou precisamos tomar mais medidas aqui em São Paulo, para combater essa tal da guerra fiscal. E isso todo mundo está claramente ciente que o Governador chamou para ele essa briga. Primeiro porque não entrou na guerra fiscal porque sabia que essa é uma luta fratricida. O Estado de Goiás está verdadeiramente, a longo prazo, quebrado. Está verdadeiramente, a longo prazo, quebrado. Assim como outros Estados, que a pretexto de fazer algo que possa parecer interessante para a sociedade, para a geração de emprego num primeiro instante, é pura peça de demagogia do administrador que toma esse tipo de medida. Os Estados não conseguirão, por abrirem mão de uma maneira escancarada desses recursos, fazer frente às suas necessidades de receitas para atender ao seu mínimo necessário, para poder equilibrar suas contas. E São Paulo não entrou nessa guerra. E agora está fazendo mais. Vai combatê-la de maneira, com a mesma moeda que estão utilizando conosco.

Ouvi do Secretário de Ciência e Tecnologia, portanto diz respeito à própria figura do Governador, que as empresas que estão saindo de São Paulo e que posteriormente quiserem vir aqui pegar o nosso mercado consumidor, eles estão tomando medidas para que esse pessoal não consiga vender em São Paulo. Não

sei que tipo de instrumento legal vai ser utilizado, mas vai ser utilizado. Sobretaxa. Vai ser feito.

Agora, só isso não vai resolver o problema dos senhores. Apesar de que me lembro que com os ajustes que foram feitos e instrumentos legais que aprovamos aqui na Assembléia, se não me falha a memória, conseguimos reabrir dez frigoríficos em São Paulo, acho que nove de bovinos e um de aves. Mas isso, obviamente, não teve reflexos no setor da suíno, pelo menos diretamente.

Quero ressaltar também que ao longo pelo menos das últimas duas Legislaturas, da anterior e desta que está em vigor, a Assembléia não recebeu nenhuma vez, por parte do Executivo, aumento de carga tributária. A Casa não teve de votar nenhum projeto de aumento de carga tributária aqui. pelo contrário. Reduziu alguns, seja na cesta básica, seja no Simples Paulista, seja o mais recente, na indústria moveleira e assim por diante.

Acho que essa política de redução de alíquota naquilo que cabe aos tributos estaduais é algo extremamente, não vou dizer nem salutar, mas extremamente racional, no momento que estamos vivendo. Vai de fato ao encontro do que há de mais coerente do ponto de vista dessas pressões que o mundo globalizado realiza e que, portanto, temos de compensar carga tributária com geração de emprego e com produção.

E acho que São Paulo tem ainda um grande leque de atividades e setores, que precisam ser estudados, discutidos. Não sei como é que está essa questão da Suinocultura, e a Câmara Setorial deve ter alguma coisa nessa linha junto à Coordenação de Arrecadação tributária. Mas nos dispomos aqui a estar acompanhando isso junto com os senhores.

Isso gera não só esse canibalismo, mas é o maior colaborador, no caso dessa guerra fiscal, para essa desvantagem comparativa, que é criada de maneira irreal. Porque se o Estado de São Paulo tem bons produtores, tem bons técnicos, usa tecnologia, utiliza a melhoria genética das suas matrizes e dos seus produtos, e portanto faz a sua lição de casa, depois de fazer tudo isso, temos de pegar outros

que não fazem nada disso, mas que conseguem, por influências distorcidas dessa guerra fiscal, fazer esse produto de péssima qualidade em relação ao nosso ganhar de nós nesse mercado. E é isso que estou vendo com muita clareza que está acontecendo com o setor dos senhores.

Então, a questão do megaprojeto aqui, acho que temos a oportunidade de colocar isso de uma maneira mais efetiva, e se de fato é o BNDES que está financiando isso, acho que São Paulo tem de fazer valer a sua influência também junto ao BNDES, seja para se posicionar contrariamente a esse tipo de coisa, seja para se posicionar favoravelmente aos nossos produtores.

Na semana passada, solicitei uma audiência ao Secretário de Ciência e Tecnologia porque naquela Secretaria tem havido um canal direto com o representante estadual do BNDES. E o fiz, e vou dizer aos senhores, através de um pedido de uma empresa de medicamentos veterinários do Município de Ribeirão Preto, não sei se os senhores conhecem, a Ouro Fino, que nunca conseguiu um centavo de recurso público ou de financiamento público para aumentar a sua produção. E vem aumentando significativamente e hoje é uma das empresas de capital nacional, de tecnologia nacional que compete com as multinacionais e inclusive conseguiu fazer reduzir o preço do Ivomec no preço de mercado. Os senhores devem saber disso. Então, fomos lá para tentar obter uma linha de crédito do BNDES. E hoje está tendo uma reunião do representante do BNDES e do agente escolhido da Secretaria pelo Secretário, lá na Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Então, o que me proponho, como um dos pontos, Waldomiro, é tentar marcar com o Secretário de ciência e Tecnologia, para que, acho que com a presença do Presidente da Câmara Setorial e do Presidente da Associação Paulista de Criadores de Suínos, para que possamos colocar de uma maneira mais contundente, mais clara, e numa reunião franca e direta, para a área do Governo do Estado que está atuando diretamente no BNDES no nosso Estado.

E o que o pessoal reclama? Que o BNDES financia só grandes projetos. Então, o pessoal da Ouro Fino, só citando como exemplo, foi lá e falaram: Não. Aqui



é de 10 milhões de reais para cima. Não. Não quero dez milhões. Quero muito menos do que isso para aumentar a minha produção, para gerar emprego e para competir com o mercado de multinacionais, para fazer interesse brasileiro, divisa nacional. Não quero 10 milhões. Ah, então você tem de ir lá nos nossos representantes, nos agentes do Banco do Brasil e outros Bancos que operam essa linha. E aí vira aquele calvário em que nada acontece.

Então, acho que é isso que estamos tentando atender, para essa questão específica que aqui disse. E acho que podemos tentar fazê-lo na direção do setor da Suinocultura também.

**SR. WALDOMIRO FERREIRA** – José, você tem o projeto efetivamente e você poderia nos acompanhar. Pode ser? Porque o José tem um projeto efetivo com relação a isso.

**SR. DUARTE NOGUEIRA** – Ia chegar nele. Pontuei o que cada um dos que fizeram intervenções aqui apontaram.

Outro aspecto que acho importante que poderemos lançar mão para utilizar é toda forma de pressão. E a forma de pressão se dá através de reuniões como esta, de manifestações, da moção que foi colocada.

Gostaria também de receber, Waldomiro, uma cópia da moção, se eventualmente ela já não foi... Está aqui junta, não é? Se eventualmente ela já não foi colocada aqui através de algum parlamentar desta Casa, pretendo fazê-lo, não através de iniciativa minha, mas quero ver, submeter isso á iniciativa da Comissão de Agricultura e Pecuária como um todo, fazendo uma moção de apoio a essa nota de repúdio colocado com o tratamento dos megaprojetos e outras coisas que foram aqui apresentadas.

Acho que podemos estender este assunto, porque me lembro bem que no ano passado, quando foi formatado o pacto do setor sucroalcooleiro para a manutenção dos empregos nesse agronegócio, havia uma absoluta dificuldade, não

apenas do setor produtivo ou da indústria, mas todo mundo estava com a corda no pescoço. Lembro-me bem que o álcool estava sendo vendido lá na destilarias, nas usinas ao preço de 15 centavos, totalmente fora, metade do valor do custo de produção. E houve um realinhamento, uma união dos setores. O Governador se dispôs a ir ao Presidente da República. Foram realizados os leilões de compra. Foram estabelecidos os canais de aumentos de 24 a 26% da gasolina. Foi colocada, com uma certa resistência da indústria automobilística, sobre a necessidade de se disponibilizarem veículos a álcool. E só no ano passado foram vendidos 5.500 veículos a álcool. No ano anterior tinham vendido acho que 10% disso. Mas o mais importante não foram os resultados obtidos pontuais, mas foi a união do setor que aconteceu, e, portanto, se estabilizou.

Hoje temos um outro problema, que é a questão da estiagem, queda da produção em função da falta de reformas, mas o setor sucroalcooleiro vocês vêem que não está gritando, não está chiando.

Quem está agora é o setor da laranja, pelas mesmas razões em que estavam no ano passado, e está se tentando criar um encaminhamento. Talvez numa diferença muito grande, porque o setor da indústria, no caso da Citricultura, está numa posição muito forte e intransigente.

Mas temos de fazer valer isso, através da Câmara Setorial da Citricultura, porque já vimos acontecer aqui neste país, por várias vezes, o cidadão que se senta na sua tranquilidade, mas de repente o formigueiro aparece e ele se arrebenta. Então, se o produtor hoje está numa situação de fragilidade, porque ele tem de por a sua produção num preço às vezes bem abaixo às vezes até do valor de mercado, e a indústria está com toda a sua capacidade de absorção tranqüila, e não tem interesse de superprodução, porque isso causa diminuição no valor do suco de laranja nos preços internacionais, e o Brasil é o maior produtor mundial, não há interesse nesse momento. Mas acho que a questão de se despertar as campanhas de consumo *in natura*, e isso certamente vai mexer com a indústria, vale também para o que está acontecendo hoje na Suinocultura. Apesar de que aqui vemos que

está todo mundo junto. E na verdade está precisando de um alento e de medidas concretas e efetivas do setor público, no meu entendimento, para que possamos de fato recuperar esse importante para o nosso Estado.

Então, posto isso, quero passar aqui já, indo para o encerramento, com a colaboração individual daqueles que fizeram uso da palavra.

A questão do Laurindo, que é a questão da política de produção de milho, a questão do mercado internacional, vou procurar, em parceria com a Comissão de Agricultura e Pecuária, estabelecer com o Secretário da Agricultura aquilo que de fato se iniciou, mas que efetivamente acabou não acontecendo lá em Descalvado. Isso em função de uma colocação que você fez também.

O José Rosseto tocou na questão do financiamento. Portanto, conseguindo agendar com o Secretário de Ciência e Tecnologia, o Rosseto, até por iniciativa aqui do Waldomiro, vai estar convidado para estar nessa reunião.

O Piraci acho que também aqui colocou com muita propriedade que o BNDES trata mal o produtor. É verdade, porque o BNDES só quer financiar o grande. E quando diz que financia o pequeno, e faz não diretamente, mas repassando para Bancos que operam na linha do BNDES, esses projetos não se efetivam. Então, vamos ver se conseguimos algum êxito nessa questão, com o tratamento que a Secretaria de Ciência e Tecnologia vem procurando dar para essa questão do produtor que não tem conseguido linhas de crédito nessas modalidades do BNDES.

José Carlos Camargo, na questão da assistência técnico, que de fato trata da extensão rural, acho que esse, além de um aspecto de Governo, é também um aspecto que tem de ser tratado com o setor como um todo. O setor tem de aferir o quanto é importante para ele, e acho que, até porque sou profissional da área, é de fundamental importância absorver profissionais para assistir a melhoria da tecnologia, assistir as novas modalidades que estão cada vez mais aparecendo no setor. Mas certamente, e obviamente, para poder absorver essa mão-de-obra, o produtor tem de ser bem remunerado. Como ele não está conseguindo nem pagara s contas dele, como é que ele vai absorver mais mão-de-obra no setor. Então, acho

que são coisas que estão entrelaçadas, que estão diretamente ligadas a essas discrepâncias que estão se apresentando no setor neste momento.

O José Benvenga, da Fazenda São Carlos, que coloca o problema do aumento de plantio, do aumento de produção. Acho que acabamos abordando esse exemplo, e vou-me dispor e o farei junto à Comissão de Agricultura e Pecuária. E especificamente nesse caso de Descalvado, para saber em que pé que está esse projeto da Secretaria, porque certamente deve ser um dos projetos piloto da Secretaria e precisa se viabilizar para cumprir com o seu propósito.

Tadeu, do Itai, coloca a questão da parceria. Acho que isso é fundamental para o bom encaminhamento do setor e da relação entre os Institutos, oferecendo aí alternativas para essa produção.

E, por último, a questão do Olinto, que de fato diz respeito a uma inversão, por força até da necessidade, do papel da Nossa Caixa Nosso Banco no Estado de São Paulo.

O Banespa, em função da sua praticamente insolvência, e pelo buraco que nele foi criado, de maneira irresponsável, ao longo dos últimos anos que antecederam ao atual Governo, a Nossa Caixa não só pôde pagar os seus 5 bilhões e refinar os seus passivos, como vem dando lucro ao longo dos últimos quatro anos. E que agora, reestruturada, tem cada vez mais de cumprir o papel que antigamente o próprio Banespa fazia, que era de fomento á produção. Mas, claro, um fomento não só criando linhas de crédito compatíveis com o produtor, mas não gerando um prejuízo lá na frente, para o próprio Estado, que redundou até na questão do problema do Banespa.

E nesse caso, acho que especificamente o setor da Suinocultura, não sei se a própria Secretaria de Agricultura e Abastecimento, ou a Secretaria de Ciência e Tecnologia já está em parceria com a Nossa Caixa Nosso Banco, mas nesse caso específico, até pela reunião havida no dia de hoje, aí vou, no meu caso pessoalmente, conversar com o Presidente da Nossa Caixa Nosso Banco, Dr. Geraldo Gardenali, na direção de saber se podemos criar ou discutir com ele

alguma linha de crédito específica para o setor da Suinocultura, como aqui foi colocado, seja na forma de custeio, seja na forma de investimentos.

Sei que existem algumas linhas para o produtor rural. Mas não sei se existem algumas linhas específicas para o setor da Suinocultura. E dada aí a relevância e as dificuldades que o setor atravessa, é até uma medida estratégica do Estado de São Paulo, além das questões de combate á guerra fiscal, às políticas de investimento e de busca de estímulos á produção, tratar talvez de maneira diferenciada um setor da pecuária, que a exemplo do que estou aqui percebendo, está numa situação extremamente complicada em relação a setores como a Pecuária de produção de bovinos ou de aves.

Então, basicamente estas foram as informações que pudemos colher ao longo desta reunião.

Quero dizer aos senhores que foi uma reunião altamente produtiva. O Fórum São Paulo Século 21 foi criado para estreitar o canal com a sociedade, para poder ouvir, de uma maneira mais direta vários setores, no caso o setor da Agricultura e do Agronegócios, que é de fundamental importância para a nossa economia. Acho que temos conseguido cumprir com o papel pelo qual nos lançamos quando do lançamento do Fórum. E se neste momento o Fórum, além de criar não apenas o levantamento das informações, porque acho que só ficar no diagnóstico e não apontar soluções, diagnóstico qualquer firma de consultoria faz levantamentos, utiliza os dados dos Institutos, dos órgãos e das entidades representativas e apresenta um relatório do diagnóstico do panorama do setor. Acho que não precisamos disso. Isso já temos. Acho que precisamos aqui de fato é apontar soluções concretas. E acho que ninguém melhor do que os representantes do setor, no qual militam no segmento da nossa Agroindústria, para apresentar quais são as soluções. Algumas de difícil atendimento a curto prazo. Mas quando tratamos de processo de negociação e quando briga por aquilo que acreditamos e pelo nosso negócio, pela nossa sobrevivência, temos de estabelecer o leque maior de coisas e procurar colocar os objetivos. E acho que com isso vamos dar alguns passos em

algumas coisas que estão pendentes e que precisam urgentemente serem resolvidas.

Quero dizer que além disso, vou, disse aqui a questão da Agricultura, disse aqui a questão da Nossa Caixa, a Ciência e Tecnologia, a Comissão de Agricultura e Pecuária, além de fazer chegar essa questão nos debates da Casa, usar a tribuna, divulgar isso na Televisão da Assembléia, que apesar de ter um público diferenciado, acho que atingimos alguns setores da sociedade e desperta a sociedade para a importância desse setor como um todo, para a nossa sobrevivência em São Paulo, vou tirar uma cópia desse material, Waldomiro, e também vou encaminhar ao Governador. E tenho certeza de que se somarmos esforços com os seus Assessores diretos, com os seus Secretários, mas também procurar motivá-lo de maneira pessoal, acho que vamos encontrar nele certamente um parceiro, tendo conhecimento mais detalhado das agruras que atravessa um setor, um parceiro qualificado, para tentarmos avançar um pouco na solução dos problemas que o setor da Suinocultura hoje apresenta.

Agora, digo aos senhores que, repito aqui as minhas palavras iniciais, não tenho o caminho da solução dos problemas, mas digo aos senhores que podem contar conosco, com os nossos colegas, os quais estaremos aqui sensibilizando, na certeza de que vamos nos somar aos esforços que os senhores vêm realizando, para tentar dar alguns passos, espero que de maneira concreta, na busca efetiva de soluções para o setor da Suinocultura. E acho que essa luta certamente não vai-se esgotar aqui.

Portanto, a Câmara Setorial, os senhores produtores, a Associação Paulista de Criadores de Suínos e a Câmara Setorial, através aqui do seu representante, de antemão já estão convidados a participarem de todas as reuniões do nosso Fórum. E vou procurar mantê-los informados, em especial aqui o Waldomiro e o Olinto, daquilo que ficou aqui apontado, e quanto as audiências na Secretaria de Ciência e Tecnologia, vou mantê-los informados sobre qual que é o retorno que vou ter do

debates - a sociedade se manifesta – Agricultura e Agronegócios

Presidente da Nossa Caixa Nosso Banco, do Secretário da Agricultura, e encaminhar ao Governador, como disse, o que hoje recebi dos senhores.

Se ninguém mais quiser fazer uso da palavra, vou encerrar esta reunião, e de antemão já agradecendo a presença de todos.

Está encerrada a reunião. Muito obrigado.

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

***Deputado Vanderlei Macris***

Relator Geral do Fórum São Paulo Século 21

***Deputado Arnaldo Jardim***